



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

LUIZ FERNANDO CAMARGO

**SUSTENTABILIDADES SOCIAL E CULTURAL:  
ESTUDO DE CASO EM UMA FUNDAÇÃO DE CULTURA  
ARTÍSTICA**

---

Londrina  
2018

LUIZ FERNANDO CAMARGO

**SUSTENTABILIDADES SOCIAL E CULTURAL:  
ESTUDO DE CASO EM UMA FUNDAÇÃO DE CULTURA  
ARTÍSTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientadora: Profa. Dra. Sonia Regina Vargas Mansano.

Londrina  
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

CAMARGO, LUIZ FERNANDO.

SUSTENTABILIDADES SOCIAL E CULTURAL: ESTUDO DE CASO EM UMA FUNDAÇÃO DE CULTURA ARTÍSTICA / LUIZ FERNANDO CAMARGO. - Londrina, 2018.  
125 f.

Orientador: SONIA REGINA VARGAS MANSANO.

Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2018.  
Inclui bibliografia.

1. Sustentabilidade Social, Sustentabilidade Cultural, Subjetividade. - Tese. I. VARGAS MANSANO, SONIA REGINA. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

LUIZ FERNANDO CAMARGO

**SUSTENTABILIDADES SOCIAL E CULTURAL:  
ESTUDO DE CASO EM UMA FUNDAÇÃO DE CULTURA ARTÍSTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Profa. Dra. Sonia Regina Vargas  
Mansano  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Luís Miguel Luzio dos Santos  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Kennedy Piau Ferreira  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 21 de março de 2018.

Dedico este trabalho a minha mãe  
Diva, que cuidou dos meus sonhos de  
todas as maneiras.

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Profa. Dra. Sonia Regina Vargas Mansano, por acreditar no meu potencial. Por aceitar o desafio da minha pesquisa e me apresentar uma literatura riquíssima e de extrema importância para minha formação tanto como sujeito e, também, como pesquisador. Por sua orientação ímpar na construção desta pesquisa, acompanhando, discutindo e corrigindo cada linha e detalhe deste trabalho.

Aos fundadores da Fundação de cultura, pela disponibilidade e atenção em todos os momentos necessários para a construção desta pesquisa. Por serem firmes e não se esquivarem em nenhum momento de qualquer assunto abordado. Por responder a todas as questões com clareza, apresentando uma vivência e um domínio no conteúdo exposto. Por possibilitar aos menos favorecidos o contato com o campo das artes.

Aos professores Dr. Luís Miguel Luzio dos Santos e Dr. Kennedy Piau Ferreira, pelo aceite para compor minha banca de defesa e pelas excelentes considerações prestadas desde o exame de qualificação. Suas contribuições foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

A todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), pelos ensinamentos, pelas disciplinas ministradas, pelos materiais fornecidos e pela dedicação intensa durante todo o processo. De forma também especial, aos professores Dr. Luís Miguel Luzio dos Santos e Dra. Patrícia de Oliveira Rosa da Silva, por dividirem seu conhecimento de maneira singular, mostrando que é possível exercitar o conhecimento de maneira prazerosa.

Ao pessoal do grupo de pesquisa “Sustentabilidade Afetiva” do Departamento de Psicologia Social e Institucional da UEL, por todas as discussões, ideias, propostas e literaturas apresentadas, que foram de extrema importância na construção deste trabalho.

Aos amigos do mestrado da turma de 2016, em especial, a Juliana, que sempre esteve do meu lado em todos os trabalhos, processos e projetos. A Aline, Raphaela e Matheus, pelos trabalhos e discussões que fizemos, principalmente em TO. A Nati, Maitê, Lucas e Tiago, pelos vinhos em casa e as boas conversas nos períodos de folga. Ao Spiri, por trazer sempre humor no grupo, mesmo quando os momentos eram tensos.

Aos demais amigos das turmas de 2015 e 2017, principalmente Eduardo e Nicole, que me auxiliaram durante meu primeiro ano no programa, e, mesmo com a saída de vocês, continuaram me apoiando e auxiliando. A Ana e o Juliano, pelas lembranças alegres do mestrado, foi uma delícia fazer disciplina com vocês, participar de eventos acadêmicos e por todas nossas conversas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro concedido durante todo o processo de pesquisa.

Aos meus pais Diva e Valdemar, minhas irmãs Mara e Ciane, meus sobrinhos João Victor, Heron, Heloise e Ana Luiza, por me apoiarem e acreditarem no meu potencial.

Ao meu companheiro Danillo, pelo apoio durante o processo de pesquisa e pelos riquíssimos debates sobre arte contemporânea, que se estenderam por madrugadas. Seu carinho e paciência foram fundamentais para tornar esta jornada mais leve e construtiva.

Aos meus cachorros, Chicão, Preta, Nina e Ci, por me receberem com amor todas as vezes que estava cansado.

Aos demais familiares, em especial minha vó Lourdes, que, mesmo não estando presente, contribuiu para minha formação nos principais momentos da minha vida, com suas histórias e ensinamentos.

Aos meus amigos Yara, Soraya, Fabi, Gleici, Nataly, pelo companheirismo, apoio e compreensão. Mesmo com a minha ausência devido à dedicação aos estudos, quando nos encontrávamos, ouviam todas as vezes sobre a construção da minha pesquisa. À Suellen, por sempre se mostrar interessada em ouvir minhas argumentações sobre Administração e Arte.

À Deus, por estar sempre presente em minha vida.

A todos vocês, muito, muito obrigado!

CAMARGO, Luiz Fernando. **Sustentabilidades social e cultural**: estudo de caso em uma fundação de cultura artística, 2018. 125 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2018.

## RESUMO

A sustentabilidade é uma temática que vem sendo abordada nos mais diversos contextos e por diferentes atores sociais. Analisar a sustentabilidade remete a uma complexidade de concepções, práticas, discursos, acontecimentos e pesquisas que evidenciam a necessidade premente de desenvolver alternativas que contemplem, de maneira significativa, as reais necessidades humanas e naturais de nosso planeta. Trazer o debate sobre a sustentabilidade para o campo da Administração tornou-se um grande desafio, pois essa área de conhecimento tem como foco principal ações e estratégias que contribuam para geração e o acúmulo de capital carecendo, por vezes, de uma análise crítica sobre os efeitos dessa opção. Assim, o presente estudo teve por objetivo analisar as dimensões social e cultural da sustentabilidade, explorando outros horizontes do tema e reconhecendo o sujeito como seu principal protagonista. Para tanto, o trabalho foi dividido em uma parte teórica, na qual são abordados: a história da sustentabilidade e seus desdobramentos políticos; a sustentabilidade social; e a importância da cultura para o desenvolvimento coletivo de uma sociedade. A pesquisa também contou com uma parte empírica, na qual é apresentado um estudo de caso sobre uma fundação de cultura que atua na cidade de Londrina/PR e que tem na disseminação da arte sua maior finalidade. Deste modo, o presente trabalho justifica-se por elaborar uma análise aprofundada sobre a relevância social da cultura no debate sobre a sustentabilidade. Como resultado parcial, a pesquisa entrevê que iniciativas microsociais, como é o caso das ações realizadas pela fundação estudada, colaboram para disseminar práticas sustentáveis que levam em consideração as múltiplas dimensões do humano e as possibilidades de transformação social.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade Social. Sustentabilidade Cultural. Subjetividade.

Camargo, Luiz Fernando. **Social and cultural sustainability**: case study in an artistic culture foundation. 2018. 125 p. Dissertation (Master Degree in Business Administration) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2018.

## **ABSTRACT**

Sustainability is a theme that has been approached in different contexts and by different social actors. Sustainability analysis refers to a complexity of conceptions, practices, discourses, events, and research that highlight the urgent need to develop alternatives that contemplate in a significant way the real human needs and the natural ones of our planet. Bringing the sustainability debate to the field of administration has become a major challenge since this area of knowledge focuses on actions and strategies for capital generation and accumulation, which requires a critical analysis of the effects of this option. Thus, the purpose of this study was to analyze the social and cultural dimensions of sustainability by exploring other horizons of the theme and recognizing the individual as the main protagonist. Therefore, this paper is divided into a theoretical part, in which sustainability's history and its political unfoldings, social sustainability, and the culture's importance for the collective development of a society are approached, and an empirical part that contains the case study about a cultural foundation that operates in Londrina / PR and has art's dissemination as greater purpose. Thereby, this study is justified by the elaboration of an in-depth analysis of the social relevance of culture in the sustainability debate. As a partial result, the research shows that micro-social initiatives such as the actions performed by the foundation collaborate to the dissemination of sustainable practices that take into consideration the human's multiple dimensions and the possibilities of social transformation.

**Keywords:** Social Sustainability. Cultural Sustainability. Subjectivity.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Percurso da Pesquisa.....	16
<b>Figura 2</b> – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável .....	29
<b>Figura 3</b> – Três pilares da sustentabilidade apresentados por Elkington.....	31
<b>Figura 4</b> – Oito dimensões da sustentabilidade apresentadas por Sachs.....	33
<b>Figura 5</b> – Obra Caminhando.....	64
<b>Figura 6</b> – Obra Parangolé.....	66
<b>Quadro 1</b> – Percentual de contribuição.....	72
<b>Quadro 2</b> – Entrevistados selecionados .....	79
<b>Quadro 3</b> – Categorias para organização e análise dos dados .....	80

## LISTA DE TERMOS, ABREVIATURAS E SIGLAS

ACALON	Associação da Criança e do Adolescente de Londrina
COP	Conferência das Partes
EMC	Estratégia Mundial de Conservação
FEPROC	Fundo Especial de Incentivo à Cultura
FICART	Fundos de Investimento Cultural e Artístico
FNC	Fundo Nacional da Cultura
GEE	Gases do Efeito Estufa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços
MINC	Ministério da Cultura
PIB	Produto Interno Bruto
PNC	Plano Nacional de Cultura
PROFICE	Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura do Paraná
PROMIC	Programa Municipal de Incentivo à Cultura
PRONAC	Programa Nacional de Apoio à Cultura
SNC	Sistema Nacional de Cultura
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OTS	Organizações do Terceiro Setor
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>SUSTENTABILIDADE: HISTÓRIA E DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS</b> .....	<b>19</b>
<b>2.1</b>	<b>Conceito e contexto histórico</b> .....	<b>19</b>
<b>2.2</b>	<b>As múltiplas dimensões da sustentabilidade</b> .....	<b>30</b>
<b>3</b>	<b>SUSTENTABILIDADE SOCIAL E SEUS DESAFIOS</b> .....	<b>38</b>
<b>3.1</b>	<b>Delineando a sustentabilidade social</b> .....	<b>38</b>
<b>3.2</b>	<b>A importância do social no debate da sustentabilidade</b> .....	<b>43</b>
<b>3.3</b>	<b>O sujeito como agente de transformação social</b> .....	<b>50</b>
<b>4</b>	<b>CULTURA, ARTE E SOCIEDADE</b> .....	<b>55</b>
<b>4.1</b>	<b>Da cultura à arte: conceito e história</b> .....	<b>55</b>
<b>4.2</b>	<b>O alcance da arte no contexto social</b> .....	<b>60</b>
<b>4.3</b>	<b>Estado: programas e políticas públicas</b> .....	<b>67</b>
<b>5</b>	<b>DELINEANDO O PROCESSO DA PESQUISA</b> .....	<b>76</b>
<b>6</b>	<b>SUSTENTABILIDADES SOCIAL E CULTURAL EM UMA FUNDAÇÃO DE CULTURA ARTÍSTICA</b> .....	<b>82</b>
<b>6.1</b>	<b>Primeiro eixo de análise: a construção histórica da fundação</b> .....	<b>83</b>
<b>6.2</b>	<b>Segundo eixo de análise: sustentabilidade social</b> .....	<b>89</b>
<b>6.3</b>	<b>Terceiro eixo de análise: sustentabilidade cultural</b> .....	<b>98</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>110</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>116</b>
	<b>APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE</b> .....	<b>123</b>
	<b>APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA</b> .....	<b>125</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A sustentabilidade é uma temática que vem sendo abordada a cada dia nos mais diversos contextos, sejam eles sociais, ambientais ou empresariais. Pensar em sustentabilidade remete a uma complexidade de ideias, práticas, acontecimentos e estudos que têm apresentado a necessidade premente de desenvolver alternativas que contemplem de maneira significativa as reais necessidades humanas e naturais.

Trazer o debate sobre a sustentabilidade ao campo da Administração torna-se um grande desafio, pois essa área de conhecimento tem como foco principal ações e estratégias que contribuem para a geração e o acúmulo de capital. Isso, de maneira geral, traz como efeito uma exploração predatória dos recursos naturais do planeta. Desta forma, essa área de conhecimento necessita recorrer aos conhecimentos produzidos em outras áreas, como a Psicologia Social, a Ciência Social, a Biologia e a Geografia, para alcançar um melhor entendimento da temática, fazendo a crítica necessária aos modos de produção vigentes.

Ao pensar sobre a dimensão social da sustentabilidade, o campo da Administração tem apresentado pouco interesse e estudos limitados, pois a maior produção de conhecimento da área está voltada para áreas de estratégias que priorizam o acúmulo de capital. Desta forma, há uma grande dificuldade em encontrar algum tipo de pesquisa que aborde a sustentabilidade social para além da geração de emprego e renda (COLANTONIO, 2007; LITTIG; GRIEBLER, 2005), ou seja, que focalize o contexto social, o sujeito e suas necessidades.

Problemas relacionados à questão social têm se destacado nas últimas décadas, principalmente nos países em desenvolvimento. Pensar em alternativas que atendam e minimizem os problemas sociais é o grande desafio do nosso país. A abordagem dos problemas sociais gerados pela depredação da natureza requer uma atenção especial, pois deve atentar para a multiplicidade e complexidade de fatores que afetam essa área.

A dimensão social não pode ser analisada de forma generalizada e reducionista. Torna-se relevante avaliar essa dimensão a partir de uma perspectiva mais ampla e que priorize o sujeito, suas necessidades e suas práticas. O grande problema de uma visão reducionista é que ela busca soluções que atendam somente as necessidades básicas de sobrevivência. Desta forma, acredita-se que a geração de emprego e renda seria suficiente para sanar essa carência. Ao

aprofundar sobre as reais necessidades do sujeito, percebe-se que ela é muito mais complexa. O sujeito é um ser vivo e multidimensional, sendo construtor de desejos, símbolos, representações, comunicação, ação e subjetividades (CHANLAT, 1996). Para um efetivo enriquecimento coletivo e uma sustentabilidade social, torna-se relevante pensar em ações que ultrapassem a geração de emprego e renda. Portanto, é indispensável conhecer as múltiplas dimensões desse sujeito, potencializando suas experiências sociais e contribuindo para um maior crescimento desse coletivo populacional.

A preocupação nacional em contribuir para a diminuição dos problemas sociais possibilitou a criação de projetos de incentivos e de organizações que desenvolvam atividades que estendam à população por ação do Estado nas esferas federais, estaduais e municipais. Parte dessas ações atende a realidade local, como, por exemplo, a Fundação de Cultura Artística, objeto de estudo dessa investigação, localizada na cidade de Londrina – PR, que desenvolve atividades culturais de dança e teatro dirigidas à população.

A fundação aqui analisada é uma entidade que pode ser caracterizada como Organização do Terceiro Setor (OTS). O terceiro setor surgiu como meio para atender demandas da sociedade civil organizada e é formado por organizações privadas de interesse público ou com finalidade pública. A organização social é constituída em “três esferas: O Estado (‘primeiro setor’), o mercado (‘segundo setor’) e a ‘sociedade civil’ (‘terceiro setor’)” (MONTAÑO, 2002, p. 53).

As OTS têm sua abrangência estendida a múltiplas e variadas áreas funcionais, que apresentam singularidades e diferentes visões de mundo. Essas organizações envolvem os:

movimentos populares, organizações ligadas a igrejas, organizações comunitárias, entidades representativas de classe, movimentos sociais de reivindicação junto ao Estado, além de iniciativas patrocinadas por empresas privadas em nome da responsabilidade social corporativa (LUZIO DOS SANTOS, 2015, p. 183).

O terceiro setor surgiu na década de 1970, com características diferentes do modelo apresentado no Brasil, que teve seu início na década de 1980. No modelo americano, as organizações foram influenciadas pelo associativismo e possuíam um caráter despolitizado. Já no Brasil, essa realidade se fez a partir dos movimentos sociais com um caráter político bastante forte, que se caracterizou pelo “[...]”

arraigado componente de politização, o que lhe dá um caráter mais crítico e reflexivo em relação as estruturas sociais dominantes no país; porém, a pluralidade e multiplicidade de iniciativas e propósitos dão tônica ao setor” (LUZIO DOS SANTOS, 2014, p. 109).

As OTS possuem os mais variados segmentos e estão inseridas onde o Estado não consegue atender de maneira satisfatória às necessidades da população e o mercado, por sua vez, não tem interesse de investimento, devido à inviabilidade de execução ou pelo fato de não atender seus interesses.

A abrangência do atendimento das OTS provoca sua aproximação com o Estado, à medida que elas desenvolvem atividades que muitas vezes são exclusivas do Estado e, ao mesmo tempo, estão próximas dos movimentos sociais, fontes de politização e pressão. Com esse caráter politizado das OTS, “[...] teve início uma nova era nos movimentos sociais e no engajamento de grupos da sociedade civil, principalmente norteados por ideais de esquerda, de forte influência marxista com aspirações políticas mais profundas” (LUZIO DOS SANTOS, 2014, p. 109).

A influência marxista contribuiu com uma visão mais progressista das OTS, buscando atender cada vez mais as classes menos privilegiadas em diversos segmentos como saúde, educação, cultura e esporte. Isso resultou na inserção das OTS em atividades antes pertencentes exclusivamente ao governo ou negligenciados por ele. Salienta Luzio dos Santos:

Há de se compreender a complexidade dos tempos atuais, que ultrapassam a tradicional dicotomia entre Estado e mercado, e entender a limitação desse reducionismo, já que as OTS são o espaço privilegiado para atender demandas não alcançadas pelas políticas públicas tradicionais, além de canal privilegiado de manifestação da voz das ruas (LUZIO DOS SANTOS, 2015, p. 184).

As OTS, em sua grande maioria, têm se destacado cada vez mais no cenário atual, pois devido à complexidade das formas de vida da sociedade no contexto contemporâneo, ela vai além das manifestações e lutas pelo direito da comunidade, conseguindo atender e possibilitar o acesso da comunidade a diversos recursos e serviços. Salienta o autor:

As OTS demonstram-se especialmente vocacionadas para representar interesses comunitários, de minorias e grupos específicos, fortalecendo a mobilização popular em defesa de demandas coletivas, além de serem o campo propício ao

experimentalismo de novas tecnologias sociais, que, ao se demonstrarem exitosas, poderão se transformar em políticas públicas (LUZIO DOS SANTOS, 2015, p. 184).

Desta forma, o papel social das OTS é extremamente importante, pois elas apresentam uma dimensão democrática e facilitadora da comunicação e do acesso às necessidades da comunidade desprivilegiada que, em grande parte, não são ouvidas ou atendidas. A mobilização de uma organização social nessa direção contribui para o fortalecimento de segmentos sociais menos favorecidos na busca por seus direitos de acesso e experimentação das artes, educação, saúde e esporte, para ficar apenas em alguns exemplos.

A ideia de desenvolver a presente pesquisa em uma fundação de cultura, descrita aqui como pertencente ao terceiro setor, originou-se de uma vivência do pesquisador que manteve contato com esta organização e participou diretamente de algumas atividades por ela oferecidas. Tal participação despertou o interesse de compreender como a fundação contribui para o desenvolvimento social da referida cidade, por meio de atividades artísticas, e qual o impacto dessas ações na vida da população atendida pela fundação.

Ao ingressar no Programa de Pós-graduação em Administração e no Grupo de Pesquisa sobre sustentabilidade afetiva, o pesquisador entrou em contato com diversos autores que tematizam a sustentabilidade e as organizações (ELKINGTON, 2001; PORTO-GONÇALVES, 2012; KALLIO; NORDBERG, 2006; SHWOM, 2009; STARIK; KANASHIRO, 2013), tendo condições de realizar um aprofundamento dos estudos, possibilitado uma nova leitura dessa temática. Assim, a inquietação sobre a fundação se acentuou e levou o pesquisador ao desafio de compreender como a sustentabilidade social é por ela vivenciada, tendo como foco a questão cultural.

A sustentabilidade é atualmente um tema bastante discutido tanto na sociedade como nas organizações e vem se fortalecendo cada vez mais. Embora sua definição seja de grande abrangência, alguns autores (SACHS, 2009; FOLADORI, 2002) trazem uma leitura em que pensar apenas as três dimensões (ambiental, econômico e social) não seria o suficiente para atender de forma efetiva as reais implicações presentes na sustentabilidade.

Dois dimensões – a econômica e a ambiental - possuem uma maior quantidade de estudos e mais clareza em seus pressupostos, facilitando seu exercício ou execução. A que não possui tanta clareza, a dimensão social, resulta

num menor entendimento de sua definição e, conseqüentemente, na sua abrangência (COLANTONIO, 2007; LITTIG; GRIEßLER, 2005).

Para o entendimento de uma efetiva dimensão social, o pesquisador recorreu às noções de cidadania, sociedade civil e solidariedade para compreender como são construídas as relações sociais tendo no sujeito e em suas relações os protagonistas da sustentabilidade social. Para isso, foi necessário entender melhor o sujeito, que está em constante movimento, como agente social, recorrendo ao estudo de Chanlat (1996), que aborda as múltiplas dimensões desse indivíduo, e também o estudo de Lane (1980), trazendo as contradições entre as práticas do falar e do fazer.

Ao pensarmos nesse constante movimento do sujeito em uma relação direta com o contexto social, tem-se como resultante a possibilidade de gerar novas experiências, afetos, encontros e conexões. Isso está diretamente ligado à maneira como a fundação de cultura artística aqui investigada desenvolve o papel de transformação social, proporcionando aos seus usuários novas experiências, vivências e afetos. Assim, o problema da presente pesquisa consiste em compreender: como é vivenciada a sustentabilidade social numa fundação de cultura artística na cidade de Londrina?

Como desdobramento desse problema de pesquisa, elaborou-se o seguinte objetivo geral: compreender como é vivenciada a sustentabilidade social na fundação de cultura artística na cidade de Londrina tendo os sujeitos como protagonistas. A partir disso, elencaram-se os seguintes objetivos específicos:

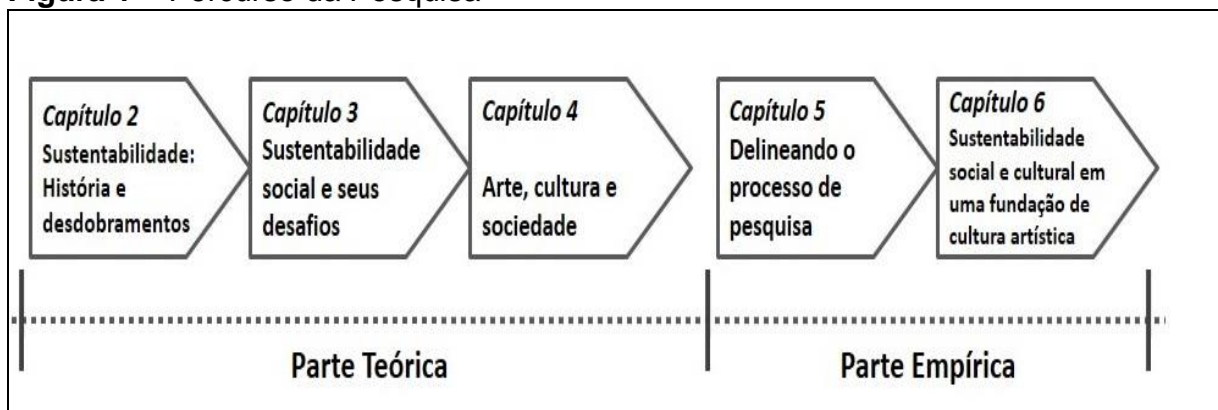
- a) Levantar aspectos históricos e documentais referentes à criação da fundação de cultura artística na cidade de Londrina, destacando sua relação com o contexto histórico da sustentabilidade e suas dimensões;
- b) Questionar a noção de sustentabilidade social e seus desdobramentos a partir de uma perspectiva em que o sujeito é o agente de transformação social;
- c) Verificar e analisar como a sustentabilidade social é exercida pela fundação de cultura artística a partir dos depoimentos de seus fundadores.

Diante desses objetivos, o presente trabalho justifica-se ao propor uma leitura específica da dimensão social da sustentabilidade em sua interface com a questão cultural. Ao abordarmos as relações sociais na contemporaneidade e os modos desiguais de gerar e distribuir riquezas, percebemos que está presente um

esgotamento desse sistema. O modo capitalístico<sup>1</sup> de produção, com sua prioridade voltada à produtividade e ao lucro, vem apresentando sinais de fadiga, tornando necessária a implementação do debate sobre as questões sociais. Para isso, é importante compreender quem é esse sujeito, quais suas necessidades e desejos, uma vez que ele está em constante movimento, possui diversas dimensões e é o principal agente da transformação social. Neste estudo, compreendemos o modo capitalístico de produção de subjetividades a partir de Guattari e Rolnik. Para esses autores, o indivíduo é resultado de uma produção social, sendo, em larga medida, serializado e modelado por “[...] essa grande máquina capitalística que produz inclusive aquilo que acontece conosco quando sonhamos, quando devaneamos, quando fantasiamos, quando nos apaixonamos e assim por diante” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.16).

A fim de compreender a dimensão social presente na fundação de cultura artística na cidade de Londrina, o percurso trilhado nesta pesquisa deu ênfase ao principal ator na questão social: o sujeito. Desta forma, o presente trabalho se divide em duas partes: teórica e empírica. A parte teórica é composta por três capítulos e a parte empírica é composta pela metodologia utilizada e pelo estudo de caso. A Figura 1 explicita o percurso:

**Figura 1** – Percurso da Pesquisa



**Fonte:** Elaborado pelo autor.

O segundo capítulo, intitulado “Sustentabilidade: história e desdobramentos políticos”, tem por objetivo evidenciar a sustentabilidade nas dimensões histórica e conceitual, resgatando os fatos históricos que contribuíram para o debate da

<sup>1</sup>O termo capitalístico utilizado por Félix Guattari se refere ao modo de produção de subjetividade disseminado no contexto do sistema econômico capitalista, que aciona no indivíduo uma série de elementos subjetivos que tendem a reproduzir os valores de acumulação e lucro.

sustentabilidade e os seus desdobramentos sociais, políticos, econômicos e ambientais. O capítulo vai delinear a construção atual do conceito e suas dimensões por meio das preocupações e transformações que ocorreram no âmbito ambiental, econômico e social desde o final do século XIX, quando surgem as primeiras manifestações de preocupação ambiental. No século seguinte, começam a ser realizadas as primeiras conferências mundiais sobre o meio ambiente que apresentaram os principais debates sobre o conceito.

O terceiro capítulo, intitulado “Sustentabilidade social e seus desafios”, tem como foco analisar a dimensão social da sustentabilidade de modo aprofundado, uma vez que ela é a dimensão chave do presente trabalho. Em nosso entendimento, a questão social é a que demanda uma maior atenção, tendo em vista a baixa quantidade de estudos encontrados (COLANTONIO, 2007; LITTIG; GRIEßLER, 2005; BAINES; MORGAN, 2004). Por ser a última a entrar no debate da sustentabilidade, a dimensão social apresenta maior fragilidade em sua efetivação e abrangência. O sistema capitalista tem proporcionado cada vez mais a desigualdade social, limitando o acesso às vantagens sociais a uma pequena classe favorecida (SANTOS, 2005). A partir da constatação dessa desigualdade, a área social vem ganhando força no cenário mundial e demandando uma necessidade de repensar políticas que contemplem o desenvolvimento econômico juntamente com o exercício da cidadania, apresentando alternativas sociais que atendam ao interesse da população. Ao pensar em alternativas para o desenvolvimento social, se faz necessário compreender o principal agente de transformação, o sujeito. Assim, o capítulo busca demonstrar e compreender as transformações e fragilidades da dimensão social, delineando a importância de abordar as necessidades sociais e afetivas desse sujeito.

No quarto capítulo, denominado “Cultura, Arte e Sociedade”, é apresentado como o acesso à arte e aos movimentos artísticos provocam afetações que potencializam experimentações, encontros e conexões. A arte e suas manifestações na contemporaneidade não priorizam a produção de mercado e têm por interesse as afetações e sensações que elas podem proporcionar ao público interessado. A arte, portanto, vem apresentando um caráter facilitador, integrador e inclusivo. Embora haja um reconhecimento da importância da arte para a vida nas cidades, seu acesso pela população está longe de ser expressivo. Diante deste obstáculo, o Estado tem desenvolvido propostas de políticas públicas para facilitar a integração do cidadão

ao objeto ou manifestação artística, mas que ainda estão longe de serem satisfatórias. Desta forma, este capítulo buscará analisar os conceitos de cultura e arte, os canais de acesso, os programas e as políticas públicas desenvolvidas pelo governo federal, governo do estado do Paraná e pelo governo municipal da cidade de Londrina. Por fim, abordará a relação do sujeito com a arte como possibilidade concreta de transformação social.

A parte empírica é composta por dois capítulos. No quinto capítulo, denominado “Delineando o processo da pesquisa”, é apresentado o caminho metodológico adotado para coletar e analisar os dados empíricos. O capítulo descreve a natureza da pesquisa, a estratégia de investigação, os instrumentos de coleta dos dados e a forma escolhida para a realização da análise dos dados.

No sexto capítulo, denominado “Sustentabilidade social e cultural em uma fundação de cultura artística”, será exposto um histórico da fundação, elencando suas atividades, abrangência e atuação, como também serão apresentados os dados empíricos da pesquisa. Assim, este capítulo terá como objetivo construir a relação entre o referencial teórico e o material coletado por meio dos documentos e das conversas com os entrevistados, dando concretude ao estudo de um caso institucional que coloca em prática a sustentabilidade social.

Ao final deste trabalho, pretende-se ter contribuído para uma análise crítica da importância do aprofundamento e da inserção de novos elementos que cooperem para dar consistência à dimensão social no debate da sustentabilidade. Espera-se ainda que este trabalho contribua para que a dimensão social seja objeto de novas pesquisas, evidenciando o principal agente da transformação social: o sujeito e suas relações.

## 2 SUSTENTABILIDADE: HISTÓRIA E DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS

A sustentabilidade tornou-se um tema bastante discutido tanto no contexto das organizações quanto na sociedade. Não existe uma definição universal para a sustentabilidade, porém, etimologicamente, a palavra tem origem do latim “*sustentare*”, que significa sustentar, apoiar ou conservar (CUNHA, 1986, p. 746). Seu foco está na preocupação com a sobrevivência do planeta, ou seja, na relação do homem com a extração dos recursos naturais, que são finitos.

O objetivo deste capítulo consiste em problematizar a sustentabilidade nas dimensões histórica e conceitual. Para tanto ele buscará, em um primeiro momento, apresentar algumas perspectivas conceituais da sustentabilidade e, posteriormente, fazer um resgate histórico dela: como ela foi sendo delineada em estudos e eventos internacionais. Em seguida, será apresentado um panorama geral da sustentabilidade, descrevendo suas principais dimensões. Ao final do capítulo, será apresentada especificamente a sustentabilidade social, que concentra o interesse maior desta investigação.

### 2.1 Conceito e contexto histórico

Mesmo sendo uma temática bastante discutida nos diversos campos, a definição de sustentabilidade é muito abrangente, o que resulta em uma imprecisão que dificulta sua aplicação e prática. Todavia, alguns autores (PORTO-GONÇALVES, 2012; DOVERS, 1996; CASTRO, 2004) apresentam algumas perspectivas para discutir e conceituar a sustentabilidade. Para Porto-Gonçalves (2012, p. 20), “[...] são profundas as implicações do debate contemporâneo sobre a natureza, o que nos insta a pôr em questão a própria tradição de pensamento que forjamos e que nos forjou”. O autor afirma que a noção de sustentabilidade é construída em um campo político de questões sociais amplas e complexas, mas também em um campo epistêmico atravessado por diferentes ideologias e formas de compreensão do mundo (Idem).

O’Connor (2002) expõe uma discussão sobre a palavra sustentar presente na raiz da sustentabilidade e apresenta alguns significados que considera elementares: “[...] sostener’ es ‘apoyar’, ‘mantener el curso’ o ‘preservar un estado de cosas’ [...] ‘proveer de alimento y bebida, o de medios de vida’ [...] ‘persistir sin ceder””

(O'CONNOR, 2002, p. 27).<sup>2</sup> De acordo com o autor, a sustentabilidade pode ser definida como sustentar a acumulação capitalista sem diminuir ou abrir mão dos direitos de povos que estão desfavorecidos economicamente e submetidos a condições salariais insuficientes para sustentar suas necessidades básicas. O sistema capitalista não se preocupa em prover qualidade de vida para a sociedade como um todo, o que resulta na falta de condições para práticas ecológicas e sustentáveis. Para O'Connor (2002), estamos

[...] en presencia de una lucha a escala mundial por determinar cómo serán definidos y utilizados el "desarrollo sostenible" o el "capitalismo sostenible" en el discurso sobre la riqueza de las naciones. Esto quiere decir que la "sostenibilidad" es una cuestión ideológica y política, antes que un problema ecológico y económico (O'CONNOR, 2002, p. 28).<sup>3</sup>

Outra definição de sustentabilidade que consideramos importante é apresentada por Dovers:

Sustainability is the ability of a natural, human or mixed system to withstand or adapt to, over an indefinite time scale, endogenous or exogenous changes perceived as threatening. Sustainable development is a pathway of deliberate endogenous change (improvement) that maintains or enhances this attribute to some degree, while answering the needs of the present population (DOVERS, 1996, p. 304).<sup>4</sup>

Na contemporaneidade, é notável que o planeta vem apresentando sinais de fadiga em diversos âmbitos. Sua principal característica está nas desigualdades geradas, sejam elas sociais, ambientais ou econômicas. Daí a importância de compreender historicamente seus desdobramentos sociais e políticos.

No século XIX, as classes aristocráticas europeias tinham ideias românticas e nostálgicas sobre a vida rural, impulsionando assim a criação de reservas naturais, preservação de cotas de caça e de espaços turísticos. Ao mesmo tempo, nos

<sup>2</sup>Sustentar é apoiar", "manter o curso" ou "preservar um estado de coisas" [...] "fornecimento de comida e bebida, ou meios de subsistência" [...] "Sustentar sem ceder" (Traduzido pelo autor).

<sup>3</sup>[...] testemunhando uma luta mundial para determinar como serão definidas e usados o "desenvolvimento sustentável" ou "capitalismo sustentável" no discurso sobre a riqueza das nações. Isto significa que "sustentabilidade" é uma questão ideológica e política, em vez de um problema ecológico e econômico (Traduzido pelo autor).

<sup>4</sup>A sustentabilidade é a capacidade de um sistema natural, humano ou misto resistir ou adaptar-se a, em uma escala de tempo indefinido, mudanças endógenas ou exógenas percebidas como ameaçadoras. O desenvolvimento sustentável é um caminho de mudança endógena deliberada (melhoria) que mantém ou aprimora esse atributo em algum grau, respondendo às necessidades da população atual (Traduzido pelo autor).

Estados Unidos, a preocupação era com a exploração florestal excessiva, uma vez que, no final do século, a maior parte das terras do território nacional estava sob domínio privado (PIERRI, 2001).

A Inglaterra e os Estados Unidos foram os primeiros a criar associações e leis para a defesa da natureza. No final do século XIX, os Estados Unidos criaram o primeiro parque nacional do país e do mundo, o Yellowstone, em 1872. Após a criação desse parque, outros países seguiram essa tendência e adotaram a ideia como, por exemplo, o Brasil, que, alguns anos depois, mais precisamente 1896, criou “[...] o primeiro parque brasileiro, o Parque Estadual da Cidade de São Paulo, precursor do atual Horto Florestal de São Paulo” (PELICIONI, 2014, p. 417).

Também foram eles, os Estados Unidos e a Inglaterra, os responsáveis por aprovar as primeiras leis que regulam a gestão dos recursos naturais e o serviço de conservação de terras. Nesse mesmo período, levantou-se uma concepção global do meio ambiente, na obra chamada “*Man and nature: or physical geography as modified by human action*”<sup>5</sup>, escrita pelo norte americano George Perkins Marsh (PELICIONI, 2014). Nesta obra, Marsh (1864) argumenta que as antigas civilizações do Mediterrâneo entraram em colapso devido à degradação ambiental; o desmatamento produziu solos erodidos que levaram à diminuição da produtividade deles. A obra de Marsh contribuiu para lançar o movimento de conservação moderna com que surgem as primeiras ideias de criar uma coordenação internacional para a proteção da natureza.

No início do século XX, ocorreram os primeiros eventos internacionais para a discussão dos temas ambientais e a necessidade de buscar alternativas cabíveis para o problema. Nessa direção, foram se constituindo órgãos como a Organização nas Nações Unidas (ONU) em 1945. A transformação do capitalismo nas duas primeiras décadas do século XX, influenciadas pelo taylorismo e fordismo, aceleraram a produção e consumo em massa, com a utilização do petróleo e da eletricidade como fontes de energia. Isso provocou uma mudança radical na utilização dos recursos naturais. A exploração desenfreada da natureza desencadeou, a partir de 1945, uma preocupação com o futuro do planeta devido a dois acontecimentos chave: a explosão da primeira bomba atômica, que representou uma ameaça planetária criada pela própria humanidade, e o começo do

---

<sup>5</sup>“Homem e natureza: ou geografia física modificada pela ação humana” (PELICIONI, 2014, p. 415).

desenvolvimento econômico, baseado na geração do taylorismo-fordismo, que se estendeu até o fim dos anos 60, época em que começa uma mudança na percepção dos efeitos negativos desses processos (PIERRI, 2001).

Os primeiros alarmes da crise ambiental na esfera política se iniciaram no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, por meio de relatórios científicos como “*Le planete au pillage*” em 1949, no qual Fairfield Osborn anunciava a imensidade do risco criado pela própria humanidade. É em obras como:

Primavera Silenciosa (1962), de Rachel Carson, Population Bomb (1968), de Paul Erlich, da Estratégia do Desperdício de Vance Packard (1965), do The Economic Process and the Entropy Law de Nicholas Georgescu Roegen (1971), do The Limits to Growth de Meadows e Meadows (1972), do Para una crítica de la ecologia política, de Hans Magnus Enzensberg (1973), até O Mito do Desenvolvimento de Celso Furtado (1974), que o debate sobre a natureza ganha dimensões políticas explícitas (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 19).

Essas obras contribuíram para denunciar alguns efeitos e impactos da ação humana sobre o meio ambiente e fortaleceram a aliança entre o movimento ambiental nascente e os cientistas. Neste contexto, foi realizada a Conferência sobre o Meio Humano da ONU, realizada em Estocolmo, no ano de 1972, em que foram levantadas diferentes formas de compreender e assumir o problema do meio ambiente por países em desenvolvimento e países desenvolvidos (PORTO-GONÇALVES, 2012).

Com a força do movimento ambientalista, nos anos 1960, surgiram grupos de ecologistas, como é o caso do *Greenpeace*. Trata-se de uma organização cujo objetivo consiste em proteger o meio ambiente por meio de ações e manifestos para garantir que as gerações futuras tenham acesso a um planeta sustentável e com qualidade de vida. O ambientalismo se expandiu primeiro pela Europa e, mais tarde, nos anos 1970, pelos países em desenvolvimento como Índia, Quênia e Brasil. Suas características, todavia, eram diferenciadas dos países desenvolvidos por associar as reivindicações ecologistas com as sociais. A declaração de Estocolmo, por exemplo, deu ênfase aos países desenvolvidos, onde foram evidenciados os problemas de contaminação causada pela acelerada industrialização e urbanização, o esgotamento dos recursos naturais e o crescimento populacional (PIERRI, 2001).

De certa forma, os países pobres tiveram uma resistência para entrar nesse debate, pois alegavam que os objetivos gerais da reunião estavam voltados apenas

para os interesses dos países ricos. Esses últimos estavam mais preocupados em manter seus excessos de produção e consumo, considerando que já alcançaram um bom nível social de vida. Os países pobres, por sua vez, entendiam que o problema real deveria atender de imediato as necessidades básicas de subsistência de uma parcela da humanidade que estava dominada pela pobreza, desnutrição, enfermidades e miséria.

Foi a partir daí que aconteceram reuniões para debater o problema social. Inicialmente, elas aconteceram em Founex, na Suíça, que resultou no chamado relatório de Founex. Este levantou as principais preocupações econômicas e ecológicas dos países menos desenvolvidos. Outras reuniões ocorreram em Nova York, em 1972, nas quais se definiu que o termo meio ambiente não deveria incluir apenas questões ecológicas, mas também questões relativas ao âmbito social. Assim, PIERRI (2001, p. 36) relatou que:

El verdadero problema que había que atender de inmediato era que 2/3 de la humanidad estaba dominada por la pobreza, malnutrición, enfermedades y miseria, y que eso pasaba por priorizar el desarrollo, de donde la filosofía del "no crecimiento" era absolutamente inaceptable. Como corolario, a partir de cierto momento, pasaron a reivindicar que se reconociera que su problema "ambiental" principal era la pobreza, y quedó claro que, de ese reconocimiento dependía que la reunión se realizara o el espíritu "amigable" de la misma (PIERRI, 2001, p. 36)<sup>6</sup>.

Após Estocolmo, houve alguns fatos que aumentaram a evidência da crise ambiental no âmbito global, como a catástrofe químico-ecológica em Seveso na Itália, que ocorreu em 1976, onde se espalhou dioxina contaminando a população e os animais daquela região (PIERRI, 2001). Outro fato foi a segunda crise do petróleo em 1978, em que o preço teve um aumento exorbitante. Em 1981 foi anunciado pelos cientistas britânicos o aumento do buraco na camada de ozônio. Em 1984 aconteceu o Desastre de Bhopal, que implicou o vazamento de gases tóxicos numa fábrica de pesticidas pertencente à multinacional norte americana Union Carbide. Em 1986 ocorreu o desastre de Chernobyl, onde a explosão e o incêndio de uma

---

<sup>6</sup>O verdadeiro problema que teria que atender de imediato era que 2/3 da humanidade estava dominada pela pobreza, desnutrição, doenças e miséria, e que passou a priorizar o desenvolvimento, de onde a filosofia de "sem crescimento" era absolutamente inaceitável. Como conjunto, depois de um certo tempo, passaram a reivindicar que se reconhecesse que seu principal problema "ambiental" era a pobreza, e tornou-se claro que desse reconhecimento dependia que a reunião fosse realizada ou o espírito "amigável" dela (Traduzido pelo autor).

usina nuclear lançaram partículas radioativas no ar em grande parte da União Soviética e Europa ocidental (PIERRI, 2001). Para Pelicioni:

O efeito desses e de outros problemas ambientais foi atrair maior atenção do público no tocante às ameaças que recaíam sobre o meio ambiente, pois os custos potenciais de um desenvolvimento econômico descuidado eram visíveis, daí o apoio crescente a uma série de campanhas de cunho ambiental, locais e nacionais (PELICIONI, 2014, p. 421).

Concomitante a essas crises ambientais iniciou-se uma crise econômica que, para ser enfrentada, buscou recuperar a taxa de lucros, aumentando o uso da tecnologia para favorecer a produtividade e diminuindo o número de trabalhadores. Já os países do sul, pressionados pela pobreza, seguiram pelo caminho da desindustrialização e do desemprego. Desta forma, os países pobres tiveram, de um lado, a baixa utilização de recursos naturais devido à baixa produção e, do outro lado, o aumento do desemprego e da pobreza. Assim, mesmo que a utilização dos recursos naturais fosse baixa devido à baixa produção, o impacto social foi alto, pois com o desemprego e as condições precárias houve um aumento na precariedade das condições de existência. Tomando em consideração essas discrepâncias nas questões sociais que envolviam os países do norte e os do sul, a ONU criou, em 1980, a Comissão de Brandt para discutir medidas e novos horizontes, incluindo o meio ambiente, afirmando a necessidade de favorecer o desenvolvimento da economia mundial e dos países em desenvolvimento. Da comissão de Brandt surgiu o Relatório Norte-Sul ou Brandt Report. Este:

[...] discute medidas para ofrecer nuevos horizontes a las relaciones internacionales, la economía mundial y los países en desarrollo. Esos horizontes incluyen el medio ambiente globalmente, como una herencia a ser preservada bajo cooperación internacional. Plantea que el problema principal para el lento crecimiento del Sur es el proteccionismo del Norte, a la vez que el proteccionismo del Sur causa estancamiento en el Norte porque restringe sus mercados, de donde la solución sería abrir todas las economías. Proponía entonces, crecimiento en el Norte y en el Sur, transferencia masiva de capitales (del primero al segundo), expansión del comercio mundial, el fin de proteccionismo, un sistema monetario ordenado, y un movimiento dirigido a la igualdad y paz internacionales. Argumentaba que disminuir la pobreza terminaría con el crecimiento demográfico, que es un problema global, y no sólo de los países del

III Mundo, requiriendo de la acción multilateral, no sólo por imperativo moral, sino por interés mutuo (PIERRI, 2001 p. 52).<sup>7</sup>

O termo desenvolvimento sustentável alcançou maior relevância em 1980, com a apresentação da Estratégia Mundial de Conservação (EMC), que tinha como objetivo a ser alcançado na esfera global a conservação dos recursos naturais (PIERRI, 2001). Para a EMC, a conservação e o desenvolvimento são complementares, compatíveis e dependentes; sob seu ponto de vista, ambos devem caminhar juntos para alcançar o desenvolvimento. A EMC contribuiu não só com a sistematização do conceito de desenvolvimento sustentável, mas também politicamente, pois fez com que a questão ambiental fosse pautada pelos objetivos dos governos e das ONGs, dando base para a elaboração do Relatório Brundtland. A Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, criada em 1983, deu origem ao documento conhecido como “Nosso Futuro Comum” ou “Relatório de Brundtland”, finalizado em 1987. O Brundtland tem como premissa que o meio ambiente e o desenvolvimento não podem ser separados, pois o desenvolvimento não se sustenta diante de um meio ambiente degradado. Diz também que o meio ambiente não pode ser protegido sem o desenvolvimento. Desta forma, o desenvolvimento sustentável faz uma apelação para a mudança das estratégias utilizadas até o momento, tanto na política do desenvolvimento como na ambiental, com o objetivo de manter a estabilidade social e ambiental, valendo-se de novas estratégias. Isso ocorreu pelo fato de que a forma como estava sendo conduzido o desenvolvimento era extremamente destruidora.

Assim, sob o ponto de vista histórico das conferências e documentos, para alcançar a eficiência do crescimento econômico se fez necessária uma articulação entre o desenvolvimento e o meio ambiente, tanto para diminuir a pobreza quanto para investir em novas tecnologias. Os documentos assinalam que a satisfação das

---

<sup>7</sup>[...] discute medidas para oferecer novos horizontes para as relações internacionais, para a economia global e para os países em desenvolvimento. Estes horizontes incluem o meio ambiente de forma global, como um patrimônio a ser preservado no âmbito da cooperação internacional. Levanta que o principal problema para o crescimento lento do Sul é o protecionismo do Norte, ao mesmo tempo que o protecionismo do Sul provoca estagnação no Norte porque restringe os seus mercados, de onde a solução seria a abertura de todas as economias. Propõe-se então o crescimento no Norte e no Sul, a transferência maciça de capital (da primeira para a segunda), expansão do comércio mundial, o fim do protecionismo, um sistema monetário ordenado, e um movimento destinado à igualdade e paz internacional. Argumentava que a redução da pobreza acabaria com o crescimento da população, que é um problema global, e não apenas dos países do terceiro mundo, exigindo uma ação multilateral, não só por imperativo moral, mas por interesse mútuo (Traduzido pelo autor).

necessidades deveria ser atendida em todas as regiões do globo, tanto no hemisfério norte como no sul, e até mesmo naquelas regiões onde a precariedade e a fome são mais acentuadas. Para conseguir algum impacto significativo na diminuição do índice de pobreza seria primordial conseguir um crescimento mínimo significativo nos países menos desenvolvidos. No que se refere especificamente à busca pela equidade social, foram levantadas ideias que seriam facilitadas por meio de sistemas políticos que assegurassem a participação efetiva dos cidadãos na tomada de decisão e uma maior democracia no sistema internacional. Brundtland considerava que os limites para o crescimento não são só físicos, mas também sociais e técnicos (PIERRI, 2001).

O relatório de Brundtland, entretanto, também foi muito criticado. Quanto aos seus limites, Castro faz as seguintes considerações:

First, sustainable development as conceived by environmental economics is basically the same as capitalist development. It links the periphery to the core by markets and promotes the market as a solution to poverty and environmental sustainability. Second, the whole model is imposed on the communities of the countries of the periphery. It does not empower people. Development experts assume that the countries of the periphery should look like the countries of the core, and environmental economists make their analysis as if people did not matter. Development experts "know" what these societies need: to be part of the international market, to have liberal democratic institutions, to be modernized. There is no regard for cultural and institutional diversity. Even individuals need to be transformed (CASTRO, 2004, p. 206).<sup>8</sup>

Na perspectiva do autor, o relatório informa que a pobreza é indicada como o principal fator de degradação do meio ambiente, pois a tentativa de sobrevivência leva à exploração dos recursos naturais de forma insustentável. Entretanto, pouca atenção é atribuída ao papel das indústrias do norte como as maiores agentes poluidoras. Outro limite reconhecido pelo autor é que a solução indicada pelo relatório volta-se para o desenvolvimento econômico, com o funcionamento de um

---

<sup>8</sup>Em primeiro lugar, o desenvolvimento sustentável, tal como concebido pela economia ambiental, é basicamente o mesmo que desenvolvimento capitalista. Ela liga a periferia ao núcleo pelos mercados e promove o mercado como uma solução para a pobreza e a sustentabilidade ambiental. Em segundo lugar, o modelo todo é imposto às comunidades dos países da periferia. Isto não capacita as pessoas. Os especialistas em desenvolvimento assumem que os países da periferia deveriam se parecer com os países do núcleo, economistas ambientais fazem a sua análise como se as pessoas não importassem. Os especialistas em desenvolvimento "sabem" o que estas sociedades precisam: ser parte do mercado internacional, ter instituições liberais democráticas, serem modernizadas. Não há respeito pela diversidade cultural e institucional. Mesmo as necessidades individuais precisam ser transformadas. (Traduzido pelo autor).

livre mercado para que os países do norte ou os países desenvolvidos consigam transferir conhecimento, capital e tecnologia aos países do sul ou em desenvolvimento. Isso, supostamente, diminuiria a pobreza e estimularia a economia. Sob o ponto de vista adotado no relatório, os recursos naturais continuariam a ser explorados de maneira predatória.

O relatório de Brundtland teve grande importância nas discussões levantadas sobre a sustentabilidade, porém a preocupação não parou; houve novas conferências para levantar e discutir os problemas econômicos, sociais e ambientais de acordo com a realidade atual. As principais conferências foram Rio-92, Rio+10, Rio+20 e a Convenção do Clima ou Conferência das Partes (COP) realizada na cidade de Paris.

A conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Rio-92, realizada no Rio de Janeiro em 1992, teve como principal objetivo a celebração das diretrizes dominantes para a questão ambiental, tendo como norteadora a noção de Desenvolvimento Sustentável. Nela, foram assinados os mais importantes acordos ambientais globais da história da humanidade: as Convenções do Clima e da Biodiversidade, a Agenda 21, a Declaração do Rio para Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Declaração de Princípios para Florestas (CORDANI; MARCOVITCH; SALATI, 1997).

Em 2002, na cidade de Johannesburgo - África do Sul, aconteceu a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, Rio+10, que teve como foco a discussão das soluções propostas na Agenda 21, bem como avaliar a mudança global desde a conferência Rio-92. Esta última não obteve resultados satisfatórios e nem previsões otimistas, sendo constatado que os níveis de desigualdade não melhoraram de forma significativa na maioria dos países e ainda pioraram em comparação com o mundo desenvolvido. Os níveis de pobreza relativa diminuíram apenas marginalmente e o número de pessoas impossibilitadas de cobrir minimamente suas necessidades básicas cresceu na última década do século XX (GUIMARAES; FONTOURA, 2012).

Duas décadas após da realização da Rio-92, aconteceu, novamente na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência Rio+20, que teve como objetivo a renovação dos compromissos políticos com o desenvolvimento sustentável por parte dos governos, firmados anteriormente nas principais cúpulas sobre o tema. Além disso, buscou-se avaliar o progresso no cuidado ecológico, identificar possíveis

lacunas na implementação das decisões adotadas e estabelecer novos compromissos. Entre os compromissos assumidos nessa conferência destacam-se a efetivação com a segurança alimentar, o avanço na credibilidade científica, a busca por uma economia verde e, por fim, a importância do setor privado para o desenvolvimento sustentável. Tais discursos foram amplamente debatidos, sendo tanto defendidos quanto rejeitados (GUIMARAES; FONTOURA, 2012).

Desde a Rio-92, foi estabelecida a necessidade de iniciar uma discussão especificamente sobre a questão climática planetária. Essa discussão culminou em um tratado internacional com o objetivo de estabilizar a concentração de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera em níveis que evitem o aquecimento perigoso da temperatura média do planeta. Ficou definido que os países membros da Convenção do Clima se reuniriam anualmente na chamada Conferência das Partes (COP) para decidir as ações em defesa da atmosfera terrestre (ALVES, 2015).

Em 2015 aconteceu, em Paris, a 21ª Convenção do Clima (COP – 21), em que foi constituído o acordo composto por 29 artigos e quatro objetivos. O primeiro objetivo é manter o aumento da temperatura média global abaixo de 2°C com relação aos níveis pré-industriais e procurar limitar esse aumento de temperatura a 1,5°C. O segundo objetivo consiste em alcançar o balanço entre fontes e sumidouros de gases do efeito estufa (GEE) durante a segunda metade deste século. O terceiro visa rever os termos do acordo a cada 5 anos. O último objetivo consiste em prover anualmente 100 bilhões de dólares para medidas de combate à mudança do clima e adaptação em países em desenvolvimento (BARCELLLOS; HACON, 2016).

Os Estados Unidos, embora apresentem uma posição favorável em relação ao acordo de Paris (COP – 21) e seus objetivos, anunciaram, no ano de 2017, a desistência deste compromisso. A mudança de posição do governo americano ocorreu por questões políticas, uma vez que houve a troca de presidente naquele ano e os governos não partilham dos mesmos interesses.

As ações e documentos assinados na COP – 21 trouxeram contribuições para definir estratégias de acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar para todos, proteger o meio ambiente, além das ações de enfrentar as mudanças climáticas. Essas ações resultaram nos Objetivos do Desenvolvimento sustentável (ODS), que compõem 17 objetivos a serem alcançados a partir do ano de 2015 até o ano de 2030.

A experiência com a definição de objetivos globais já havia sido vivenciada anteriormente com os chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Os ODM foram definidos no ano 2000 e contemplavam oito pontos de combate à pobreza que deveriam ter sido alcançados até o final do ano de 2015, sendo eles: Acabar com a fome e a miséria, Educação básica de qualidade para todos, Igualdade entre sexos e valorização da mulher, Reduzir a mortalidade infantil, Melhorar a saúde das gestantes, Combater a aids, a malária e outras doenças, Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente e Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento (ONU, 2017).

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio comprovaram que o estabelecimento de metas globais funcionam, pois eles ajudaram a diminuir significativamente a pobreza, seus avanços expressivos foram realizados:

A pobreza global continua diminuindo; Mais crianças do que nunca estão frequentando a escola primária; Mortes infantis caíram drasticamente; O acesso a água potável expandiu significativamente; As metas de investimento para combater a malária, a aids e a tuberculose salvaram milhões de pessoas (ONU, 2017).

Com a avaliação da ONU dos resultados significativos alcançados pelos ODM, surgiu a necessidade de uma complementação que atenderia de maneira mais ampla a um maior número de pessoas. Assim, os ODM serviram como base para a criação dos 17 objetivos que compõem os denominados Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme figura 2 abaixo:

**Figura 2 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**



Fonte: (ONU, 2017).

O grande desafio para o alcance desses objetivos está no trabalho conjunto entre as ONGs e o Estado para que se consiga criar mecanismos e políticas públicas que atendam cada meta. O cenário político atual no Brasil, entretanto, apresenta limites para o cumprimento dos objetivos, uma vez que os interesses deste governo não vão ao encontro dos interesses dos ODS.

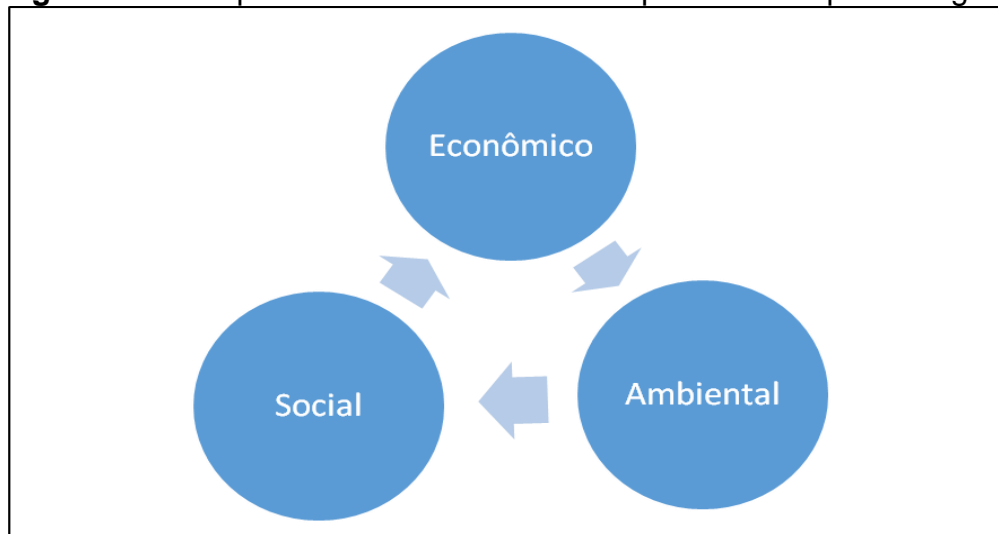
Com base nesse breve panorama histórico da sustentabilidade e seu debate em conferências internacionais, passamos a discutir os desdobramentos da noção, identificando suas principais vertentes.

## **2.2 As múltiplas dimensões da sustentabilidade**

O objetivo deste tópico consiste em analisar a noção de sustentabilidade e suas variadas dimensões. Conforme visto no item anterior, o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu em 1987, com o relatório de Brundtland. No mesmo ano, John Elkington publicou seu livro *“The Green Capitalists”*, no qual mostrou que tanto o capitalismo quanto a sustentabilidade, em suas diversas formas, seriam a onda do futuro. Em sua análise, da mesma forma como o crescimento mundial proporcionaria um fortalecimento do capitalismo, com um maior estímulo do consumo e da produção, a sustentabilidade seria discutida em proporção semelhante.

Esse livro foi escrito em decorrência do desastre de Bhopal, ocorrido na Índia em 1984, que envolveu um acidente industrial da empresa norte-americana de pesticidas, Union Carbide, no qual 40 toneladas de gases tóxicos vazaram na fábrica expondo mais de 500 mil pessoas aos seus efeitos danosos. Tomando esse acidente em consideração, Elkington, a partir do relatório de Brundtland, realizou estudos que originaram no conceito do *Triple Bottom Line*, que contempla os três pilares da sustentabilidade (*People, Planet e Profit*), ou seja, prosperidade econômica, qualidade ambiental e justiça social (ELKINGTON, 2001). A definição dos três pilares da sustentabilidade apresentados por Elkington também se baseou em sua experiência de consultoria empresarial e pode ser observado na Figura 3, abaixo:

**Figura 3** – Três pilares da sustentabilidade apresentados por Elkington



**Fonte:** Elaborado pelo autor, com base em Elkington (2001).

Conforme é possível observar na figura acima, os pilares são interdependentes e podem sofrer constantes variações, uma vez que estão expostos a pressões sociais, políticas, econômicas e naturais, em nível local e global. Daí a necessidade de compreendê-los de maneira situada.

O pilar econômico tem por objetivo levantar os dados financeiros da empresa e analisar a viabilidade dos empreendimentos. Para Elkington (2001, p.77), o “[...] pilar de uma empresa é o lucro, representando os ganhos por ação, como parte da contabilidade padrão”. Sob sua perspectiva, toda organização precisa se preocupar com a sustentabilidade do capital econômico, prezando pela viabilidade das atividades desenvolvidas, como os custos da produção, a demanda sobre os produtos e serviços e os lucros.

O pilar ambiental está preocupado com a interação de processos produtivos com o meio ambiente, tendo por objetivo causar o menor dano possível à natureza. Pode-se dizer que este pilar é o mais complexo, pois a mensuração de valores não está apenas em um objeto específico, mas em toda uma cadeia do ecossistema na interface com os sistemas produtivos. Afirma o autor:

[...] o interesse sobre o pilar ecológico das empresas é como a capacidade de suporte da maioria dos ecossistemas varia em relação ao número – e comportamento – dos atores econômicos que operam neles. Como resultado, esses pilares vão variar com o tempo e espaço. Quanto mais eficientes forem os atores, mais atores poderão ser sustentados (ELKINGTON, 2001, p.83).

Por fim, o autor explica que o pilar social considera o estabelecimento de ações justas para pessoas, trabalhadores, parceiros e sociedade. A principal preocupação presente nesse pilar está na busca pela equidade entre as pessoas, diminuindo o nível de pobreza e aumentando suas condições e acessibilidade à educação, saúde e alimentação. Esse pilar se faz importante porque as organizações estão inseridas dentro da sociedade e, portanto, são primordiais para estabelecer uma relação de confiança entre a empresa e os *stakeholders*. Ele ainda acrescenta que a “[...] falta de confiança em uma sociedade impõe um tipo de taxação em todas as formas de atividade econômica, uma taxa que as sociedades com alto grau de confiança não têm de pagar” (2001, p. 90).

A abordagem de Elkington dos três pilares da sustentabilidade teve por objetivo melhorar a capacidade produtiva e o fortalecimento das organizações diante dessa nova realidade do mercado, que coloca a importância da sustentabilidade econômica e nos meios de produção. Seus argumentos acentuam a relevância de tomar em conta a limitação dos recursos naturais e a preservação da biodiversidade, com foco na justiça social e na conservação da natureza, a fim de que ela possa ser acessível para as futuras gerações – posição condizente com o Relatório Brundtland.

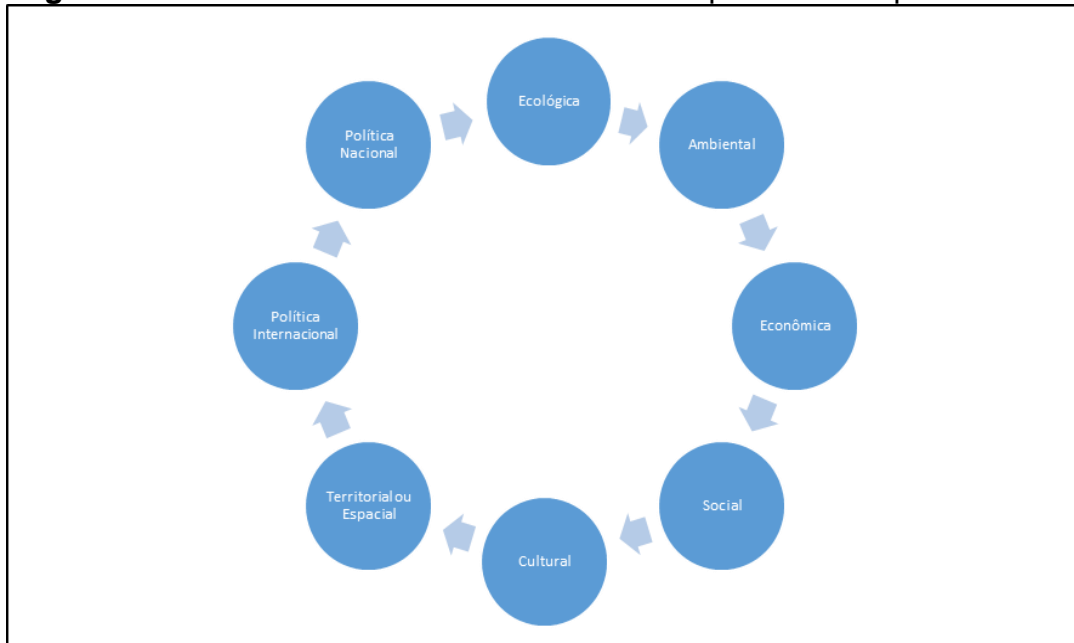
Esse modelo tridimensional inicial, entretanto, tem sido discutido criticamente por diversos autores (SACHS, 2009; FOLADORI, 2002). Eles concluíram que apenas as três dimensões eram insuficientes para uma efetiva prática da sustentabilidade e que sua abordagem não estava compatível com a complexidade da realidade social atual.

Outra crítica da tridimensionalidade da sustentabilidade é a de que a preocupação com o pilar da natureza era ínfimo diante do pilar econômico. Assim, a escassez dos recursos naturais poderia interferir gravemente no crescimento econômico e da produção, tornando-se um problema para o sistema capitalista. Uma forma clara de perceber a incoerência dos três pilares iniciais é que eles, embora tenham sido concebidos com o mesmo peso na tridimensionalidade, na prática não ganham a mesma importância (FOLADORI, 2002).

Diante dos limites da tridimensionalidade, o estudo mais recente de Sachs (2009) apresenta uma abordagem mais ampla e focada no processo de transformação social. Para o autor, a sustentabilidade poderia ser pensada em oito

dimensões, sendo elas: ecológica, ambiental, econômica, social, espacial ou territorial, cultural, política nacional e internacional, conforme a figura seguinte:

**Figura 4 – Oito dimensões da sustentabilidade apresentadas por Sachs**



**Fonte:** Elaborado pelo autor baseado em Sachs, 2009.

A sustentabilidade ecológica tem como foco a preservação dos recursos naturais, a produção de recursos renováveis e a limitação da exploração dos recursos não renováveis. Nessa dimensão, é atribuída importância à conservação, reciclagem e limitação do consumo material. Busca-se priorizar as tecnologias limpas e definir regras para exploração ambiental. Para Sachs (2009, p. 86), o foco está na “[...] preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis”.

Para Sachs (2004, p.15), o pilar ambiental implica “[...] sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como ‘recipientes’ para a disposição de recursos”. O critério para a sustentabilidade ambiental, de acordo com o autor (2009, p. 86), consiste em “[...] respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais”.

Os pilares ecológico e ambiental apresentados por Sachs (2004, 2009) consistem em duas dimensões que retratam o meio ambiente. A primeira “[...] são sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos” (SACHS, 2008, p. 15) e a segunda apresenta-se como “[...] ‘recipiente’ para a disposição de resíduos (Idem, p. 15).

A sustentabilidade econômica abrange a eficácia em termos macrossociais, atingível com medidas como desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, segurança alimentar e capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção. Para alcançar qualquer sustentabilidade, Sachs (2004, p. 15) considera que “[...] a viabilidade econômica é a *conditio sine qua non* para que as coisas aconteçam”.

Com relação à sustentabilidade social, Sachs defende a ideia de preservação e acesso aos recursos materiais e não materiais, objetivando maior equidade na distribuição da renda. Para ele, isso melhoraria substancialmente os direitos e as condições de vida da população, com vistas a alcançar “[...] um patamar razoável de homogeneidade social com distribuição de renda justa, emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais” (SACHS, 2009, p. 86). Sachs declara que o pilar social é “[...] fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais, por causa da perspectiva de disrupção social que paira de forma ameaçadora sobre muitos lugares problemáticos do nosso planeta” (SACHS, 2004 p. 15).

Nota-se que essas quatro primeiras dimensões já estavam presentes nos estudos de Elkington (2001), sendo redefinidas por Sachs a partir de um viés mais político e social. O autor ainda acrescenta quatro outras dimensões. A sustentabilidade espacial ou territorial atua na configuração rural-urbana, buscando melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas. Em suas palavras, é relevante conceber:

[...] configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público); melhoria do ambiente urbano; superação das disparidades inter-regionais; estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento) (SACHS, 2009 p. 86).

A sustentabilidade cultural diz respeito ao conhecimento específico e situado das práticas culturais de cada região, garantindo continuidade e conexão entre a tradição e a inovação. Ele esclarece alguns critérios para alcançar essa dimensão, que envolve a “[...] capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos

alienígenas); autoconfiança combinada com abertura para o mundo” (SACHS, 2009 p. 85).

A cultura tem diversos significados, dos quais dois são mais utilizados no discurso público: um está relacionado com valores sociais e outro com a noção de artes. Assim como esses dois significados, todos os outros relacionados à cultura têm um ponto chave em comum que é a ação humana. Para Hawkes, a cultura tem duas definições inter-relacionadas, sendo a primeira: “[...] the social production and transmission of identities, meanings, knowledge, beliefs, values, aspirations, memories, purposes, attitudes and understanding”<sup>9</sup> (HAWKES, 2001, p. 3). Na segunda definição, o autor aborda a cultura como: “[...] the ‘way of life’ of a particular set of humans: customs, faiths and conventions; codes of manners, dress, cuisine, language, arts, science, technology, religion and rituals; norms and regulations of behavior, traditions and institutions”<sup>10</sup> (Idem).

Diante da abordagem acima, podemos identificar que a cultura envolve todos os aspectos das relações humanas, considerando-a como necessidade básica da sociedade, ou seja, seu alicerce. Daí a importância dessa dimensão da sustentabilidade, que abre caminhos para sua valorização e ampliação.

Por fim, a sustentabilidade política se desdobra em dois níveis: nacional e internacional. No que se refere ao primeiro, ela se baseia na democracia, sendo esta definida “[...] em termos de apropriação universal dos direitos humanos; desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores; um nível razoável de coesão social” (SACHS, 2009 p. 87). Já a esfera internacional tem sua eficácia em vários domínios: na prevenção de guerras e na promoção da cooperação internacional. O nível internacional implica também:

[...] controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios; controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica (e cultural); gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade; sistema efetivo de cooperação científica e

<sup>9</sup> [...] a produção social e a transmissão de identidades, significados, conhecimentos, crenças, valores, aspirações, memórias, propósitos, atitudes e compreensão (Traduzido pelo autor).

<sup>10</sup> [...] o " modo de vida" de um conjunto particular de seres humanos: costumes, crenças e convenções; códigos de boas maneiras, vestimentas, culinária, língua, artes, ciência, tecnologia, religião e rituais; normas e regulamentos de comportamento, tradições e instituições (Traduzido pelo autor).

tecnologia internacional e eliminação parcial do caráter de commodity da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade (SACHS, 2009, p. 88).

A ampliação das dimensões da sustentabilidade realizada por Sachs demonstra o quanto esta questão ainda está em processo de investigação e demanda estudos que possam torná-la menos abstrata e mais factível tanto em nível local quanto global.

A coexistência das diferentes abordagens das dimensões da sustentabilidade leva à indagação de como construir uma prática eficaz de atuação junto à natureza, à população e ao espaço urbano que as abriga. Assim, a crítica que se mantém da sustentabilidade refere-se à supremacia da dimensão econômica. Afinal, como pode existir sustentabilidade dentro do sistema capitalista, uma vez que ele tende a uma destruição sistemática dos recursos naturais e mesmo das relações sociais? Como sustentar um sistema que a cada dia multiplica o número de pessoas vivendo abaixo da pobreza? Como conviver com o fato de que os mais pobres sejam os mais afetados com as crises? (O'CONNOR, 2002).

O'Connor assinala que a sustentabilidade é um mecanismo criado pelo próprio sistema capitalista, para fortalecer e manter suas bases vivas e atuantes. Por isso, as ações da sustentabilidade têm como ideia principal o foco econômico. Desta forma, o autor mostra que não existe um sistema capitalista sustentável e levanta duas contradições: a contradição "interna" e a contradição chamada de "lucros marginais". De acordo com O'Connor: "Hoy en día, una economía sostenible presupone un sistema político y económico global con capacidad para identificar y regular esta "primera" contradicción – o contradicción "interna" – del capitalismo"<sup>11</sup> (2002, p. 35).

Definido desta maneira, O'Connor relata que "[...] el capitalismo mundial podría resultar mucho menos sostenible de lo que piensan muchos economistas"<sup>12</sup> (2002 p. 35). Com relação à segunda contradição, a noção de crise econômica surge ao lado dos custos, evidenciando os limites que o próprio sistema cria em relação à manutenção de suas próprias metas de exploração predatória. Assim:

---

<sup>11</sup>Hoje em dia, uma economia sustentável pressupõe um sistema político e econômico global com capacidade de identificar e regular esta "primeira" contradição - ou contradição "interna" - do capitalismo (Traduzido pelo autor).

<sup>12</sup>[...] o capitalismo mundial poderia ser muito menos sustentável do que pensam muitos economistas (Traduzido pelo autor).

Las crisis de costos se originan de dos maneras. La primera ocurre cuando capitales individuales defienden o recuperan ganancias mediante estrategias que degradan las condiciones materiales y sociales de su propia producción, o que no logran mantenerlas a lo largo del tiempo. La segunda manera se presenta cuando los movimientos sociales exigen que el capital aporte más a la preservación y a la restauración de estas condiciones de vida, cuando demandan mejor atención de salud, protestan contra el deterioro de los suelos, y defienden los vecindarios, urbanos de formas que incrementan los costos de capital o reducen su flexibilidad (O'CONNOR, 2002, p. 37).<sup>13</sup>

Diante dessa diversidade de análises da história da sustentabilidade e o esforço para conceituá-la, a sua dimensão social coloca-se, em nosso entendimento, como aquela que demanda mais estudos e análises. Ao voltar-se para a investigação das possibilidades políticas de transformação social, ela consegue abranger uma parcela significativa da população e um maior número de dimensões vitais, pois se preocupa com buscar efetivamente uma maior equidade social, como veremos a seguir.

---

<sup>13</sup>As crises dos custos surgem de duas maneiras. A primeira ocorre quando capitais individuais defendem ou recuperam os lucros por meio de estratégias que degradam as condições materiais e sociais da própria produção, ou que não conseguem mantê-las ao longo do tempo. A segunda maneira é quando os movimentos sociais exigem que o capital forneça mais contribuição para a preservação e restauração dessas condições de vida, quando demandam por melhores cuidados com a saúde, protestam contra a degradação dos solos, e defendem os bairros urbanos, de maneira que aumentam os custos de capital ou reduzem sua flexibilidade (Traduzido pelo autor).

### 3 SUSTENTABILIDADE SOCIAL E SEUS DESAFIOS

Durante as últimas três décadas, foi desenvolvida a noção de sustentabilidade buscando atender inicialmente as dimensões sociais, ambientais e econômicas. Desde seu surgimento, essas dimensões foram analisadas de perspectivas diferentes por diversos autores da comunidade científica, sendo que alguns deles observaram que somente as três eram insuficientes para o desenvolvimento sustentável, expandindo assim seu leque de abrangência (FOLADORI, 2002; SACHS, 2009).

Partindo da diversidade presente nas interpretações das dimensões, acreditamos que a dimensão social necessita de uma maior atenção, requerendo estudos e análises. Desta forma, o objetivo deste capítulo consiste em aprofundar a definição da dimensão social. Em seguida, abordará os desdobramentos e o fortalecimento dessa dimensão. Ao final do capítulo será apresentada a relação da dimensão social com as demais áreas da sustentabilidade, chegando assim à esfera cultural.

#### 3.1 Delineando a sustentabilidade social

Os debates sobre sustentabilidade começaram devida à preocupação com as questões ambientais. Posteriormente, a questão econômica foi inserida aos debates e, por último, o debate sobre a dimensão social também passou a ser incluído nas conferências. Assim, Colantonio assinala:

[...] environmental and economic issues dominated the sustainable development debate at its beginning whilst it is only in the late 1990s that social issues were taken into account within the sustainability agenda. This is mainly because sustainable development was born out of the synergy between the emerging environmental movement of the 1960s and the 'basic need' advocates of the 1970s<sup>14</sup> (COLANTONIO, 2007, p. 3).

---

<sup>14</sup>[...] as questões ambientais e econômicas dominaram o debate sobre o desenvolvimento sustentável em seu início, enquanto apenas no final de 1990 as questões sociais foram consideradas na agenda da sustentabilidade. Isto se deu principalmente porque o desenvolvimento sustentável nasceu da sinergia entre o movimento ambiental emergente da década de 1960 e os defensores da "necessidade básica" da década de 1970.

Embora a sustentabilidade e suas dimensões iniciais devessem buscar os objetivos sociais, ambientais e econômicos de maneira integrada, o que se observa é que, muitas vezes, a preocupação estava voltada apenas com atender os ganhos ambientais e econômicos, dando pouca atenção aos aspectos sociais. Uma justificativa para essa discrepância no tratamento dos três pilares pode ser encontrado em Littig e Grießler, que afirmam:

[...] the fact that such equality does not exist in the real world, that economic arguments often tend to be more convincing, and that the equal ranking of priorities is rarely an issue in the political context<sup>15</sup> (LITTIG; GRIEßLER, 2005, p. 67).

Outra justificativa seria a falta de clareza nos objetivos da sustentabilidade social, uma vez que as dimensões ambiental e econômica têm objetivos bem definidos. Nessa perspectiva, a sustentabilidade social não consegue ser definida como uma dimensão independente, pois não se consegue analisá-la de forma isolada. A falta de conceituação do termo social e a dificuldade de circunscrevê-la de maneira mais concreta torna-se um problema, pois ela pode ser entendida com foco diferente dentro da mesma abordagem. Desse modo, Littig e Grießler relatam:

An analysis of selected national and international social sustainability concepts shows that the selection of indicators frequently is not founded in theory but rather in a practical understanding of plausibility and current political agendas<sup>16</sup> (LITTIG; GRIEßLER, 2005, p. 68).

Diante dessa dificuldade, a sustentabilidade social acaba sendo definida de diferentes maneiras, tendo como base as normas sociais, a sustentabilidade institucional e os direitos democráticos. Os autores dizem ainda que a dificuldade em conceituá-la se deve à falta de uma diferenciação clara entre os aspectos analíticos, normativos e políticos presentes no termo social. Assim:

One reason for this problem can already be found in the broad and multi-faceted connotation of the word 'social', which has an analytical as well as a normative meaning. Sustainability demands that development can no longer be seen without its natural prerequisites, as it is inseparably connected with the reproduction thereof. And this

---

<sup>15</sup>[...] o fato de que essa igualdade não existe no mundo real, que os argumentos econômicos muitas vezes tendem a ser mais convincente e a classificação de prioridades é raramente um problema no contexto político (Traduzido pelo autor).

<sup>16</sup>Uma análise dos conceitos nacionais e internacionais selecionados de sustentabilidade social mostra que a seleção dos indicadores muitas vezes não é fundada na teoria, mas sim em um entendimento prático de plausibilidade e agendas políticas correntes.

is indeed a deeply socio-scientific subject matter, not just a question of natural sciences. It is no longer deemed sufficient to meet the standards defined by the natural sciences; the social processes which shape a society's interactions and relationships with 'nature' need to be analysed as well<sup>17</sup> (LITTIG; GRIEßLER, 2005, p. 69).

Tal indefinição implicou mudanças no seu delineamento e nos seus objetivos durante as últimas décadas, uma vez que o foco da sustentabilidade social “[...] teve como eixo central a pobreza e o incremento populacional” (FOLADORI, 2002, p. 108). As questões relacionadas à qualidade de vida e à equidade social estiveram presentes desde os primeiros estudos do tema; entretanto, o eixo central era a pobreza e o incremento populacional. Assim, tanto a redução da pobreza como a limitação do crescimento populacional eram o foco dos programas de sustentabilidade social, pois ambos tinham uma relação direta com a questão ambiental e econômica. Desta forma, apesar de a pobreza ser considerada um problema de insustentabilidade social:

[...] o verdadeiro problema está na insustentabilidade ecológica que provoca [...] Os pobres se reproduzem mais; neste caso, o problema da insustentabilidade social é a pobreza. Porém, o interesse não explícito mas evidente é de que o aumento da população pressione os recursos e incremente os resíduos (FOLADORI, 2002, p. 106).

De acordo com Foladori, a sustentabilidade social tende a ser utilizada de forma limitada, quando ela se torna apenas um meio ou um instrumento para se alcançar a meta ecológica.

A definição de sustentabilidade social é pouco encontrada na literatura acadêmica. Uma de suas definições é apresentada da seguinte maneira:

Social sustainability is a quality of societies. It signifies the nature-society relationships, mediated by work, as well as relationships within the society. Social sustainability is given, if work within a society and the related institutional arrangements: satisfy an extended set of human needs; are shaped in a way that nature and its reproductive capabilities are preserved over a long period of time

---

<sup>17</sup>Uma razão para este problema já pode ser encontrada na conotação ampla e multifacetada da palavra "social", que tem um significado analítico e normativo. Sustentabilidade exige que o desenvolvimento não seja mais visto sem considerar seus pré-requisitos naturais, visto que está inseparavelmente conectado com a sua produção. Este é, de fato, um assunto profundamente sociocientífico e não apenas uma questão das ciências naturais. Satisfazer os padrões definidos pelas ciências naturais já não é considerado suficiente; os processos sociais que moldam as interações e as relações de uma sociedade com 'natureza' precisam ser analisados também (Traduzido pelo autor).

and the normative claims of social justice, human dignity and participation are fulfilled<sup>18</sup> (LITTIG; GRIEßLER, 2005, p. 72).

Nota-se que o foco da sustentabilidade social está no trabalho e na sua consequente geração de renda. De acordo com essa visão, o trabalho é um conceito chave para a conquista da sustentabilidade social. Por meio dele haveria a regulação dos processos de exploração por um princípio normativo entre a relação homem e natureza. Assim, centra-se inicialmente na gestão social dos recursos naturais que, em longo prazo, poderia assegurar a distribuição equitativa dos recursos e o fornecimento das exigências ecológicas básicas para a reprodução social.

Como as relações entre natureza e sociedade em contexto capitalista não são sustentáveis, coloca-se a necessidade de uma reorientação da economia, da política e da cultura, em que cada uma dessas dimensões seria absolutamente necessária. Essa perspectiva de mudança social nas relações entre homem, natureza e economia transformaria então os modos predominantes de produção e consumo. Assim, “[...] one important starting point in this context must clearly be the reorganization of work in our society”<sup>19</sup> (LITTIG; GRIEßLER, 2005, p. 73).

Na descrição da sustentabilidade social com ênfase no trabalho, são levantadas outras questões além da geração de renda. É o caso das funções psicossociais, a qualidade de vida no trabalho, o significado do trabalho para coesão social e a igualdade do tratamento entre ambos os sexos nas questões sociais, econômicas e jurídicas. Desse modo:

[...] this project as a new, ideal type of [...] employment, is taken to be essential for social sustainability; it is expected to open up new opportunities and provide additional ways to ensure social welfare<sup>20</sup> (LITTIG; GRIEßLER, 2005, p. 73).

---

<sup>18</sup>[...] a sustentabilidade social é uma qualidade de sociedades. Isto implica a relação entre sociedade e natureza, mediadas pelo trabalho, bem como nas relações dentro da sociedade. A sustentabilidade social é dada, se o trabalho dentro de uma sociedade e os arranjos institucionais correspondentes: satisfaçam um vasto conjunto de necessidades humanas; sejam moldados de forma que a natureza e as suas capacidades reprodutivas sejam preservadas durante um longo período de tempo e as reivindicações normativas de justiça social, dignidade humana e participação sejam cumpridas. (Traduzido pelo autor).

<sup>19</sup>Um ponto de partida importante, neste contexto, claramente é a reorganização do trabalho em nossa sociedade. (Traduzido pelo autor).

<sup>20</sup>[...] este projeto como um novo tipo ideal de [...] emprego, é considerado essencial para a sustentabilidade social; espera-se abrir novas oportunidades e oferecer outras maneiras de garantir o bem-estar social.

Outras formas de trabalho também são abordadas nos estudos sobre sustentabilidade social. É o caso dos chamados trabalhos mistos. Estes vão além do emprego remunerado, incluindo atividades não remuneradas como o trabalho social e o trabalho comunitário. Assim, “[...] the concept of mixed work takes up basic transformation processes in our existing working society and demands a normative focusing on sustainability”<sup>21</sup> (LITTIG; GRIEBLER, 2005, p. 74).

Com essa nova concepção de trabalho misto, partindo da sustentabilidade social, a necessidade pessoal ou social pode ser atendida além da geração de renda, ou seja, as necessidades da sociedade poderiam ser atendidas também através do trabalho social e do trabalho comunitário.

A oportunidade de emprego e renda para a satisfação das necessidades da sociedade tornou-se um ponto chave dentro da sustentabilidade social. Colantonio amplia seu campo de análise, relatando:

[...] social sustainability refers to the personal and societal assets, rules and processes that empower individuals and communities to participate in the long term and fair achievement of adequate and economically achievable standards of life based on self-expressed needs and aspirations within the physical boundaries of places and the planet as a whole. At a more practical level, social sustainability stems from improvements in thematic areas of the social realm of individuals and societies, ranging from capacity building and skills development to environmental and spatial inequalities<sup>22</sup> (COLANTONIO, 2007, p. 7).

Outros autores, como Baines e Morgan (2004), não apresentam uma definição geral de sustentabilidade social, mas se esforçam para estudar e levantar as suas principais características e os temas-chave nela abrangidos. Assim, podemos observar que, por mais que a sustentabilidade social não possa ser analisada isoladamente, suas interpretações derivam de áreas temáticas diversas, como a ambiental, a econômica, a política e a cultural. Tal conjunto pode ser definido

---

<sup>21</sup>O conceito de trabalho misto se refere a processos de transformação básicos em nossa sociedade de trabalho existente e exige um foco normativo na sustentabilidade (Traduzido pelo autor)

<sup>22</sup>[...] sustentabilidade social se refere aos bens pessoais e societários, regras e processos que permitam a participação de longo prazo das pessoas e comunidades e a realização justa de normas adequadas e economicamente viáveis de vida embasadas nas necessidades autoexpressas e nas aspirações dentro dos limites físicos dos locais e do planeta como um todo. Em um nível mais prático, a sustentabilidade social decorre de melhorias em áreas temáticas da área social dos indivíduos e das sociedades, que vão desde a capacitação e desenvolvimento de competências até as desigualdades ambientais e espaciais (Traduzido pelo autor).

como “[...] basic needs and social well-being, social capital, equity and social and cultural dynamism”<sup>23</sup> (COLANTONIO, 2007, p. 5).

### 3.2 A importância do social no debate da sustentabilidade

O debate sobre as questões referentes à dimensão social vem acontecendo desde o início do capitalismo, porém ele só começou a ganhar forças nas últimas duas décadas (SANTOS, 2005). Desta forma, a discussão sobre a ação social vem aumentando, apresentando os problemas, as alternativas e as perspectivas do desenvolvimento social. Dada à necessidade de discutir de modo aprofundado a questão social, iniciaremos esta seção pela abordagem de três conceitos: cidadania, sociedade civil e solidariedade. Em seguida, apresentaremos a contribuição da economia para uma visão social.

O conceito de cidadania foi abordado a partir de variadas perspectivas (CARVALHO, 2008; GOHN, 2000; VIEIRA, 2001). De acordo com Vieira, a cidadania necessariamente deve incluir direitos universais promulgados em lei e garantidos a todos. O autor afirma que a cidadania implica:

[...] uma afirmação de igualdade, equilibrando-se direitos e deveres dentro de certos limites. A igualdade é formal, garantindo a possibilidade de acesso aos tribunais, legislaturas e burocracias. Não se trata de igualdade completa, mas em geral garante-se o aumento nos direitos dos subordinados em relação às elites dominantes (VIEIRA, 2001, p. 35).

O exercício da cidadania implica a definição de direitos e deveres a serem assegurados junto à população de forma igualitária, buscando respeitar ao máximo a diferença no que se refere à classe, cor, etnia, gênero, orientação sexual. Para a efetivação do exercício da cidadania, faz-se necessária a presença do Estado, que atua no sentido de regulamentar e encontrar os melhores meios para sua implantação. Assim, em outra perspectiva, a cidadania pode ser compreendida como:

[...] a relação entre Estado e cidadão, especialmente no tocante a direitos e obrigações. Teorias acerca da sociedade civil, preocupadas com as instituições mediadoras entre o cidadão e o Estado, adicionam a compreensão dessa relação numa gama mais variada de possibilidades (VIEIRA, 2001, p. 36).

---

<sup>23</sup>[...] necessidades básicas e bem-estar social, o capital social, a equidade e o dinamismo social e cultural (Traduzido pelo autor).

Os deveres e os direitos do cidadão, uma vez regulamentado pelo Estado, abrangem diversas esferas da existência, incluindo as não estatais, como a esfera privada, o mercado, as organizações comunitárias e as ONGs. Desta forma, a cidadania é um exercício a ser praticado por toda a sociedade civil. Esta última é outro ponto importante para este debate, uma vez que se faz indispensável e apresenta várias perspectivas. Na concepção marxista, ela é definida como algo que:

[...] constituiria uma esfera não-estatal de influência que emerge do capitalismo e da industrialização. Por sua vez, a definição normativa leva em conta o desenvolvimento de efetiva proteção dos direitos dos cidadãos contra abuso de direitos (VIEIRA, 2001, p. 36).

Nota-se que a cidadania e a sociedade civil têm bases diferentes, pois a cidadania tem como alicerce o Estado que a regulamenta, garantindo o direito igual para todos. Já a sociedade civil abrange diversos grupos sociais, como empresas, indústrias, ONGs e movimentos sociais. Para que a cidadania e a sociedade civil interajam de maneira satisfatória e consigam resultados eficazes de organização social, é indispensável uma integração com a teoria política, seja ela liberal ou comunitarista. A política liberal tem ênfase no indivíduo e propõe que os direitos envolvem liberdades inerentes a cada pessoa. Já a comunitarista tem sua ênfase oposta do liberalismo, ela prioriza a comunidade, sociedade ou nação. Podemos dizer então, que a:

[...] cidadania vincula-se intimamente à ideia de direitos individuais e de pertença a uma comunidade particular, colocando-se, portanto, no coração do debate contemporâneo entre liberais e comunitaristas (VIEIRA, 2001, p. 227).

Com o foco voltado mais para o social, o principal objetivo da política comunitarista consiste em construir uma sociedade baseada em valores como solidariedade, participação e integração. Essas relações se apresentam enfraquecidas no cenário atual. Elas começaram a perder força a partir do capitalismo, cujo foco principal é a produção a todo custo, a subordinação e o controle sobre a população em geral e a classe trabalhadora especificamente.

O enfraquecimento das relações sociais e o desenvolvimento de uma visão mais individualista de mundo e de sociedade, que começaram no capitalismo,

causaram, ao longo do tempo, a dissolução das relações políticas ligadas aos interesses da coletividade. Assim, diante da:

[...] moderna vida urbana e industrial, foi fundamental a generalização do dinheiro intermediando todas as relações sociais. Porém, a socialização pelo dinheiro empobrece emocionalmente o ser humano, levando-nos a viver em relações despersonalizadas, utilitaristas e instrumentais, o que nos incapacita para suportar as relações humanas (LISBOA, 2003, p. 242).

Com o retraimento das relações sociais, as articulações dos indivíduos se voltaram apenas para a vida privada e para si próprio, trazendo uma crescente insensibilidade e indiferença em relação às questões de ordem coletiva, inviabilizando assim uma perspectiva mais política e social. Um efeito decorrente desse enfraquecimento foi uma espécie de naturalização da desigualdade que, por sua vez, levou à perda do sentido de equidade legal entre os sujeitos, enfraquecendo a solidez do corpo social. Esse enfraquecimento da solidariedade e das relações sociais cobra um preço muito alto, pois “[...] ao eclipsar o sentido de solidariedade deixamos de perceber que tudo existe em relação e tudo nos afeta mutuamente: se uma parte vive mal, a outra também será afetada” (LISBOA, 2003, p. 242).

A partir deste contexto, percebe-se que o enfraquecimento das relações sociais vem produzindo efeitos adversos nas relações sociais cotidianas, pois vivemos um empobrecimento da dimensão social, principalmente nas relações de trabalho. Assim:

[...] o trabalho cooperativo e imaterial envolve um forte componente de afetividade, de contato e interação humanos, de cuidados mútuos. Num mundo de fartura, onde a escassez é socialmente produzida, o verdadeiro fator escasso é o carinho e atenção humana (LISBOA, 2003, p. 244).

Neste cenário, é notável que as relações sociais estão acontecendo de forma insustentável. É nessa direção que a noção de solidariedade ganha relevância. Para Lisboa:

[...] a solidariedade não é pura emoção, mas é também uma situação concreta que alimenta uma dimensão ontológica: como tudo está interconectado, também na vida social a reciprocidade é removível e faz parte da condição humana. Além do mais, a solidariedade humana é também atitude, compromisso político e ético com o destino comum que une a vida neste planeta (LISBOA, 2003, p. 245).

A solidariedade desperta e contribui para uma nova visão sobre as relações sociais contemporâneas. Todavia, ela precisa caminhar junto com a razão e valores éticos que são desenvolvidos cultural e socialmente. A efetivação desses valores éticos pode ser colocada como política, que é coletiva e pública, ou seja, como uma política social que se esforce para atender aos princípios de equidade social.

A política social busca reduzir a desigualdade social e a pobreza. Para a eliminação da pobreza, não podemos pensar de forma limitada, pois ela não envolve apenas a carência material, compreendida como fome. Existem outras formas de pobreza, como a pobreza de cultura, de conhecimento, de sentimentos. A pobreza também pode ser definida como “[...] o processo de repressão do acesso às vantagens sociais” (DEMO, 1994, p. 19).

Com essas vantagens desigualmente distribuídas, nota-se a importância de uma intervenção efetiva na área social, no que se refere ao combate direto à pobreza. Demo acrescenta:

[...] ser obrigado a passar fome, enquanto alguns comem à custa da fome da maioria. [...] No fundo, a pobreza é injustiça, o que leva a ressaltar, por outro lado, a necessidade da consciência política da pobreza (DEMO, 1994, p.19).

Compete, então, uma análise da pobreza não apenas como fator socioeconômico que evidencia a precariedade do bem estar social como a fome, o desemprego, os limites da saúde, da segurança e da educação, mas também o âmbito político, que encontra uma grande dificuldade na emancipação do pobre para superar a condição de objeto manipulado e assumir uma postura de sujeito consciente para lutar pelos seus direitos e interesses. Assim, “[...] o processo de emancipação funda-se em duas pilstras mutuamente condicionadas: uma econômica voltada para a auto-sustentação, outra política, plantada na cidadania” (DEMO, 1994, p. 23).

A política social precisa ser pensada e reformulada para que consiga diminuir a desigualdade social. Para isso, se faz necessário pensar não somente na distribuição de renda, mas também avaliar a importância de outros fatores como, por exemplo, o conhecimento e a ação social, uma vez que a sociedade poderia participar de forma emancipatória nos processos de tomada decisão sobre questões que afetam a coletividade.

Cabe considerar também a necessidade de desmistificar a pobreza como falta de sorte e sina, retomando a noção de cidadania baseada na realidade social, fato que poderia colaborar para promover a dimensão emancipatória. Por meio dela, o sujeito menos favorecido economicamente poderia ser um protagonista no enfrentamento das desigualdades, sendo ele também um participante crítico das distribuições da riqueza social.

O sistema de produção capitalista, entretanto, levou à insustentabilidade da dimensão social. O maior desafio atualmente está em repensar novos caminhos e novas formas de distribuição de renda e poder, diminuindo a desigualdade social e favorecendo o máximo possível a equidade. Diante disso:

[...] a crescente afirmação da solidariedade sinaliza o esgotamento de uma modernização radical, sendo parte de uma transição civilizatória. Nesta transição evapora-se a diferenciação entre a dimensão pessoal e as macrossociais, entrelaçam-se o subjetivo e o objetivo, razão e emoção, economia e solidariedade (LISBOA, 2003, p. 248).

O debate sobre as relações sociais e os modos desiguais de gerar e distribuir riqueza tem apresentado um esgotamento, um limite. Ao reconhecer que estamos atuando de forma insustentável, começamos a tomar em consideração os problemas gerados que, no caso específico da economia, prioriza a produção incessante de lucro.

A busca incessante pelo lucro na organização econômica capitalista tem levantado um questionamento sobre as regras do jogo (DAWBOR, 2008), tendo em vista que se elas “[...] dilapidam os recursos do planeta e excluem a imensa massa da população do acesso a uma vida digna, elas estão erradas” (DAWBOR, 2008, p. 180). Também os processos de produção merecem uma análise crítica, uma vez que:

[...] os custos extras gerados nos diversos níveis serão contabilizados como aumento do PIB, dando uma impressão que estamos com o nível de vida (entenda-se por PIB per capita) mais elevado. O fato de a qualidade de vida ter baixado não entra no cálculo (DAWBOR, 2008, p. 182).

Assim, a avaliação do impacto da produção na esfera social não pode ser considerada apenas pelo PIB. É preciso analisar a qualidade de vida da população nos mais diferentes níveis: educacionais, culturais, de saúde e segurança. De

acordo com esse contexto, cabe ao Estado avaliar e criar medidas que atendam à coletividade e não somente a uma classe que acaba sendo favorecida.

Cabe também abordar nesse debate as relações de produção e de sociabilidade dentro de uma perspectiva da democracia participativa, da equidade e da sustentabilidade sistêmica. Nessa perspectiva, o bem comum se sobrepõe ao interesse individual e a referência de desenvolvimento é definida pela qualidade de vida dos membros mais frágeis da sociedade. Assim:

a ênfase é dada ao fato de que a democracia, modelada sobre o mercado e sobre a desigualdade socioeconômica, é uma farsa bem sucedida, visto que os mecanismos por ela acionados destinam-se apenas a conservar a impossibilidade efetiva da democracia (CHAUI, 2003, p.141).

Pensar uma nova maneira de abordar a dimensão social se faz necessária no cenário atual, pois não cabe mais pensar apenas em ganho com a produtividade e com o lucro. Cabe incluir no debate a população e suas necessidades tanto sociais quanto ambientais. Percebe-se que a realidade econômica está mudando profundamente, pois estamos numa era em que o conhecimento, os serviços sociais e outros intangíveis se tornaram temas centrais na economia e por isso não podem ser analisados da mesma forma que as sociedades anteriores. Assim:

[...] a racionalização do processo necessita, por exemplo, de intervenção democrática sobre a organização da jornada de trabalho, com decisões que envolvam não só a eterna “competitividade” mas o resultado para a população em termos de equilíbrio social, sustentabilidade ambiental, e a prosaica qualidade de vida (DAWBOR, 2008 p. 192).

Buscar alternativas que atendam concomitantemente ao desenvolvimento econômico e ao exercício da cidadania, apresentando alternativas solidárias, não é uma tarefa fácil, pois “[...] as maiores dificuldades na área social têm a ver com a persistência das grandes desigualdades sociais” (CARVALHO, 2008, p. 207).

Desta forma, notamos o quanto ainda precisa ser debatida a sustentabilidade que incorpore a dimensão social. A construção da dimensão social da sustentabilidade vem acontecendo desde o início do capitalismo, mas foi abordada de forma mais específica apenas nas últimas duas décadas e de maneira inda pouco relevante e crítica.

Conforme apresentado até aqui, o “[...] crescimento econômico é impossível de sustentar sem destruir as condições de vida sobre a terra” (SANTOS, 2005, p. 54). Para superar esse limite, faz-se relevante abrir o debate para elaborar alternativas por meio de políticas públicas, mas que também envolvam os setores privados e as ONGs. Estamos diante do desafio de estender a riqueza e a qualidade de vida também para os países periféricos ou semiperiféricos, principalmente como é o caso do Brasil, onde:

[...] a democracia política não resolveu os problemas econômicos mais sérios, como a desigualdade e o desemprego. Continuam os problemas da área social, sobretudo na educação, nos serviços de saúde e saneamento, e houve agravamento da situação dos direitos civis no que se refere à segurança individual (CARVALHO, 2008, p. 199).

Ao pensar na elaboração de políticas públicas que deem suporte às demandas sociais da população, pode-se resgatar a noção de solidariedade, abordada por Luzio dos Santos, a partir de duas perspectivas: a solidariedade micro e macrossocial. A diferença entre as duas é que a solidariedade microssocial está:

[...] ligada ao universo das relações interpessoais, às atitudes espontâneas e voluntárias, organizadas ou não, que fazem nos aproximar uns dos outros e nos envolver com o semelhante. Já a solidariedade macrossocial é institucionalizada e empenha-se na construção de direitos que resultem em políticas sociais universalizadas (LUZIO DOS SANTOS, 2015, p. 186).

Ambas as perspectivas envolvem uma relação de interdependência, pois tanto a institucionalização por meio do Estado como a mobilização de agentes microssociais são fatores fundamentais para atender as diferentes esferas da vida social. Ao Estado cabe instituir políticas que promovam o desenvolvimento social. Mas, tal ação isolada não é suficiente, pois demanda a participação direta da população na elaboração e efetivação dessas políticas.

Deste modo, para a construção de uma sustentabilidade que de fato esteja comprometida com o social é preciso compreendê-la em dimensões múltiplas, que atuem de forma a contemplar a saúde, bem-estar, educação, segurança e, no caso específico deste estudo, também a cultura. Nesse sentido, ressaltamos que a dimensão social precisa de uma atenção mais cautelosa e crítica para não colocá-la como apenas uma coadjuvante da sustentabilidade.

Outro ponto interessante a ser levantado neste trabalho é o de que não podemos pensar no coletivo e na sociedade sem identificar o sujeito que está inserido nesse contexto. Desta forma, o objetivo da próxima seção será analisar a inserção social do sujeito e seu impacto na efetivação de uma dimensão social mais democrática.

### **3.3 O sujeito como agente de transformação social**

Conforme afirmado no decorrer deste trabalho, a dimensão social da sustentabilidade carece de uma atenção especial no que se refere a seus pressupostos e conceitos. Para uma melhor compreensão e definição, levantamos neste capítulo alguns pontos que consideramos essenciais para uma possível leitura desta dimensão: a cidadania, a sociedade civil e a solidariedade. Acreditamos também que, além de analisar esse contexto por meio das relações sociais, é relevante entender como o sujeito está inserido nessa sociedade. Desta forma, esta seção tem por objetivo analisar o sujeito como agente social por meio de três abordagens: as múltiplas dimensões do humano, as contradições entre as práticas do falar e do fazer e, por fim, a noção de subjetividade em uma perspectiva de construção e movimento.

A noção de sujeito social vem despertando interesse de áreas como a Administração, em especial nas teorias organizacionais, mas também a Sociologia e a Economia. Um dos motivos que despertou tal interesse, especificamente na área de Administração, foi que a:

[...] obsessão pela eficácia, pelo desempenho, pela produtividade, pelo rendimento a curto prazo que encontramos até hoje em nossas organizações e na sociedade levou a maioria dos pesquisadores a concentrar seus interesses nestas questões e a reduzir seus esforços em simples técnicas de controle (CHANLAT, 1996, p. 24).

Percebemos, então, que houve um reducionismo nas maneiras de compreender o sujeito, buscando estratégias e técnicas para intervir e controlar suas ações. Essa forma de lidar com o sujeito demandou pesquisas em profundidade. Métodos voltados apenas para técnicas de controle, entretanto, mostraram-se insatisfatórios uma vez que tornavam evidente o quanto as organizações representavam “um lugar de sofrimento”, abertas “[...] à violência física e psicológica,

ao tédio e mesmo ao desespero não apenas nos escalões inferiores, mas também nos níveis intermediários e superior” (CHANLAT, 1996, p. 25).

A relação entre os sujeitos e a realidade das organizações vem apresentando uma série de dificuldades, pois com o intuito de concebê-lo apenas como um ser unidimensional, que atenda de forma simples e técnicas as necessidades das organizações, apresentou resultados negativos e não viáveis. Assim:

[...] em um mundo essencialmente dominado pela racionalidade instrumental e por categorias econômicas rigidamente estabelecidas, os homens e as mulheres que povoavam as organizações são considerados na maioria das vezes recursos, isto é, como quantidades materiais cujo rendimento deve ser satisfatório do mesmo modo que as ferramentas, os equipamentos e a matéria-prima (CHANLAT, 1996, p. 25).

Ressaltamos que essa maneira predominantemente racional de lidar com o ser humano se consolidou em uma sociedade que tinha como principal preocupação a acumulação de riquezas e não os modos de vida compartilhados. A complexidade dos problemas atuais, como a crise ecológica, o desemprego e o endividamento dos países, teve como consequência um olhar mais amplo sobre o sujeito, tomando em consideração suas dimensões social e histórica.

Nesse sentido, a noção de subjetividade como um processo em construção ganha relevância. Ela pode ser compreendida:

[...] como um processo de produção no qual comparecem e participam múltiplos componentes. Esses componentes são resultantes da apreensão parcial que o humano realiza, permanentemente, de uma heterogeneidade de elementos presentes no contexto social. Neste sentido, valores, ideias e sentidos ganham um registro singular, tornando-se matéria prima para expressão dos afetos vividos nesses encontros (MANSANO, 2009, p. 111).

O sujeito, portanto, está em constante processo de mudança, sempre apto a viver novas experiências. Trata-se de um ser ativo, reflexivo e de palavra, visto que se utiliza da linguagem como uma ferramenta fundamental para a construção da realidade social e da sua transformação. Assim, a linguagem é a “[...] passagem obrigatória para a compreensão humana, a linguagem constitui um objeto de estudo privilegiado e sua exploração no contexto organizacional é permitir que se desvendem as condutas, as ações e as decisões” (CHANLAT, 1996, p. 29)

A principal forma de socialização se dá por meio da linguagem, pois ela possibilita a aprendizagem social de normas e valores que o auxiliam na convivência social e nas ações políticas. Pode-se dizer com Lane que a linguagem cria uma representação da realidade que “[...] permeará toda ação concreta do sujeito, desde pensar até fazer” (LANE, 1980, p. 97). Um ponto importante relacionado ao grupo social é que ele não pode ser visto como uma entidade isolada, pois “[...] a linguagem, a comunicação, as representações e a própria identidade implicam na existência de grupos sociais que pré-existem ao indivíduo, que o definem e que são produzidos por indivíduos, enquanto agentes de práticas sociais” (LANE, 1980, p. 98).

A autora ainda observa a importância de compreender a contradição entre o falar e o fazer nas práticas sociais. O fazer está relacionado às relações de trabalho e à ação direta do sujeito sobre seu contexto social. Já o falar está ligado ao nível simbólico, por meio do qual ele reconstrói sua realidade, implicando um contato direto com as condições de existência que lhe são apresentadas a cada momento. Uma das formas de superar essa realidade, segundo a autora, está na consciência de classe, pois:

[...] quando o fazer passa a se subordinar ao falar, ou seja, o significado da ação é dado pelo que se fala dela e não pelas consequências concretas que decorrem dela, as relações sociais desenvolvidas através da divisão social do trabalho, se caracterizam por: aquele que sabe, ou seja, que reproduz pela palavra uma realidade, é o detentor de um poder, enquanto aquele que faz deve, necessariamente, obedecer ordens (LANE, 1980, 100).

É nesse sentido que o sujeito, em nosso entendimento, precisa ser compreendido para além da racionalidade. Para Chanlat, ele possui outras dimensões, como o pensar, o refletir e o agir, que evidenciam o seu constante movimento. Para o autor, o ser humano é também um ser de desejo, de pulsão e relação. “É através das relações que ele mantém com o outro, pelo jogo de identificações – introspecção, projeção, transferência, etc. – que ele vê seu desejo e sua existência reconhecidos ou não” (CHANLAT, 1996, p. 30). Podemos afirmar também que todo ser humano é um ser simbólico, pois confere significação ao mundo. Este simbólico é marcado por uma: “[...] característica das sociedades industrializadas em que, de um lado, existe a razão econômica que reduz a

significação atribuída ao trabalho e, do outro lado, aparece a existência humana na procura ininterrupta do simbólico” (CHANLAT, 1996, p. 31).

Além das dimensões apresentadas do sujeito, cabe considerar também que ele é um ser espaço-temporal, pois ele sempre está inserido no espaço e no tempo. O espaço e o tempo caminham juntos e contribuem para o desenvolvimento do sujeito, pois qualquer coletividade tem memória do passado, tem o presente e terá o futuro. Um fator interessante com relação ao espaço consiste no fato de que ele pode ser percebido por cada sujeito ou sociedade de uma forma diferente. Assim, a percepção do indivíduo daquilo que o cerca pode variar de acordo com a região, país e continente. O espaço, portanto, é responsável pelas nossas especificidades, uma vez que cada lugar remete ao contexto geográfico, pessoal e social. Para Chanlat, “Todo indivíduo é com efeito originário de determinado lugar, desenvolveu-se em um meio particular, ocupa uma posição profissional, trabalha em determinada organização e desaparece algum dia em algum lugar” (CHANLAT, 1996, p. 31).

Pode-se dizer, assim, que o ser humano possui uma característica multidimensional e que suas ações estão relacionadas a essas múltiplas dimensões, que variam no tempo e no espaço. Ao analisarmos o sujeito em seu contexto social, a dimensão histórica ganha relevância. Podemos considerar que o indivíduo já nasce dentro de um contexto social composto por saberes, valores, princípios, costumes e normas. Ao analisarmos a produção do sujeito, observamos que existem vários fatores e componentes que estão sempre se cruzando e construindo a subjetividade. Assim:

É nessa dinâmica mutante que os processos de subjetivação vão tomando forma, contando com a participação das instituições, da linguagem, da tecnologia, da ciência, da mídia, do trabalho, do capital, da informação, enfim, de uma lista vasta que tem como principal característica o fato de ser permanentemente reinventada e posta em circulação na vida social (MANSANO, 2009, p. 111).

A subjetividade transforma-se o tempo todo de acordo com as conexões e experiências do sujeito, que estão sempre em movimento. Com relação a esse movimento, pode-se ressaltar:

[...] os indivíduos são o resultado de uma produção. O indivíduo é serializado, registrado, modelado [...] a subjetividade não é passível de totalização ou centralização no indivíduo. Uma coisa é a individuação do corpo. Outra é a multiplicidade dos agenciamentos

da subjetivação: a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro social (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 31).

Diante do exposto nesta seção, observamos que, para realizar um estudo sobre o sujeito, não é possível analisá-lo de forma inerte, pois ele está em constante movimento, o que demanda uma abordagem em profundidade. Para compreender a construção do sujeito não há uma fórmula única, pois essa construção depende das experiências vivenciadas e como suas múltiplas dimensões se relacionam. Para Chanlat (1996, p. 35), “[...] os seres humanos constroem, destroem e reconstroem sempre sua realidade a partir de experiências ao mesmo tempo antigas e novas”. Novamente a questão histórica ganha relevância e colabora para compreender que:

[...] o sujeito não pode ser concebido como uma entidade pronta, mas ele se constitui à medida que é capaz de entrar em contato com essas forças e com as diferenças que elas encarnam, sofrer suas ações e, em alguma medida, atribuir-lhes um sentido singularizado (MANSANO, 2009, p. 115).

Diante dessas características, compreendemos que o processo de produção e transformação do sujeito conta com diversas dimensões, evidenciando-o como um ser ativo e reflexivo, simbólico, desejante, social e histórico (CHANLAT, 1996). Um estudo sobre sustentabilidade social não pode deixar de considerar que, por esse constante movimento de produção do sujeito, o social também se transforma, possibilitando novas experiências, encontros e conexões.

## **4 CULTURA, ARTE E SOCIEDADE**

Conforme abordado nas seções anteriores, a discussão sobre sustentabilidade vem ganhando força no cenário mundial. A preocupação ambiental se iniciou no final do século XIX na Europa e nos Estados Unidos, mas o debate se fortaleceu na segunda década do século XX (PIERRI, 2001). A partir disso, foram instituídas comissões para debater soluções para a crise ambiental, sendo que, em 1987, foi apresentado pela primeira vez o termo sustentabilidade.

A definição de sustentabilidade elaborada pelo relatório de Brundtland refletiu num compromisso político entre crescimento e sustentabilidade ambiental (CASTRO, 2004). A partir dessa abordagem são apresentados os pilares da sustentabilidade, nos quais são apontadas dimensões essenciais para que se consiga atender a sustentabilidade de forma efetiva (SACHS, 2009). Dentro dessas abordagens, consideramos que a dimensão social demanda uma atenção especial de estudos e análises.

Ao contrário das questões ambientais e econômicas, a questão social foi considerada na agenda da sustentabilidade apenas no final dos anos 90 (COLANTONIO, 2007). Devido ao fato de que a abordagem da sustentabilidade social é mais recente e, em alguma medida, pouco desenvolvida, daremos destaque ao sujeito social como agente de transformação social. Consideramos que esse sujeito, que está em constante movimento, mantém uma relação direta com a cultura na qual está inserido. Desta forma, este capítulo abordará inicialmente os conceitos de cultura e arte. No segundo momento, buscaremos analisar como ocorre e quais são os canais de acesso a essa arte e, por fim, abordaremos a arte como possibilidade concreta de transformação social.

### **4.1 Da cultura à arte: conceito e história**

Abordando a relação do sujeito com a cultura e arte, encontramos a necessidade de uma análise da palavra cultura, pois ela, ao longo da história, foi ganhando vários sentidos. Guattari e Rolnik, em sua obra “Cartografias do desejo” (1996), apresentam um conceito de cultura, abordando-a em três categorias: cultura-valor, cultura-alma e cultura-mercadoria.

A cultura determinada como valor classifica seu nível e seu acesso de forma elitista, colocando-a como objeto a ser atingido mediante algum esforço, seja por processo de compra ou de esforço de formação. A cultura-valor corresponde a:

[...] um julgamento de valor que determina quem tem cultura, e quem não tem: ou se pertence a meios cultos ou se pertence a meios incultos. [...] Com a ascensão da burguesia, a cultura-valor parece ter vindo substituir outras noções segregativas, antigos sistemas de segregação social da nobreza. Já não se fala mais em pessoas de qualidade: o que se considera é a qualidade da cultura, resultante de um determinado trabalho. [...] as elites burguesas extraem a legitimidade de seu poder do fato de terem feito certo tipo de trabalho no campo do saber, no campo das artes e assim por diante (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 17).

Observamos que, conforme abordado acima, essa cultura se limita ao acesso apenas de uma classe favorecida, normativa e elitista. A segunda categoria abordada pelos autores se refere à cultura-alma, elaborada no final do século XIX, com o desenvolvimento da antropologia e, especialmente, da antropologia cultural. Ela consiste em isolar a:

[...] esfera da cultura (o domínio do mito, do culto, da numeração, etc.) à qual se opõem outros níveis tidos como heterogêneos. Por exemplo, o campo político, o campo das relações estruturais de parentesco, tudo aquilo que diz respeito à economia de bens e dos prestígios, etc. [...] e a cada alma coletiva (os povos, as etnias, os grupos sociais) será atribuída uma cultura (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 18).

A cultura abordada nessa categoria se refere a algo que todos possuem, pois ela é heterogênea. Assim, cada sujeito possui sua cultura dentro de suas experiências e vivências, seja no bairro, cidade, país ou comunidade. Essa cultura é difícil de ser captada, pois representa diversos grupos, entre os quais os autores destacam os negros, os indígenas, os orientais e ainda a cultura técnica.

A terceira categoria elencada é a cultura-mercadoria, que tende a ser mais objetiva, uma vez que seu propósito consiste em:

[...] produzir e difundir mercadorias culturais, em princípio sem levar em consideração os sistemas de valor distintivos da cultura-valor e sem se preocupar tampouco com níveis da cultura, que são da alçada do nível cultura-alma. Não se trata de uma cultura a priori, mas de uma cultura que se produz, se reproduz, se modifica constantemente. [...] pode-se estabelecer uma espécie de nomenclatura científica, para apreciar o que é, em termos

quantitativos, essa produção de cultura (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 19).

Essa categoria concebe a cultura em termos quantitativos como, por exemplo, classificar os níveis culturais da cidade, bem como o número de livros e filmes produzidos. O funcionamento das três categorias da cultura resulta numa complementaridade, que é a produção de massa e universal. O impacto disso não está apenas no poder sobre os objetos culturais produzidos, ou sobre as possibilidades de manipulá-los e criar algo, mas também no poder de atribuir aos objetos culturais um signo distintivo da relação social. A partir dessas três categorias, os autores mostram que a cultura pode ganhar contornos reacionários, uma vez que acarreta em modos de fixação do significado de cultura. Eles assinalam que a “[...] cultura não é apenas uma transmissão de sistemas de modelização, mas é também uma maneira de elites capitalísticas exporem [...] um mercado geral de poder” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 20).

Diante da apresentação das três categorias de cultura, constatamos que há uma fixação de moldes, classificação e normatização do termo cultura, em que ela acaba sendo utilizada em uma perspectiva majoritariamente econômica. Como o foco do presente trabalho está na relação do sujeito com a arte, o termo cultura será utilizado somente pelo fato de que é ele que aparece nos documentos relacionados aos programas públicos e processos burocráticos das cidades.

Diferentemente do que foi apresentado sobre o termo cultura, a ideia de arte não pode ser mencionada de forma categórica, pois o objeto artístico escapa à necessidade de categorização. Há uma dificuldade de conceituar a arte, mas mesmo sem possuímos uma definição clara dela, é possível identificar algumas características de sua produção. A arte pode ser definida como “[...] certas manifestações da atividade humana diante das quais nosso sentimento é admirativo” (COLI, 1991, p. 8).

A arte tem a potência de provocar espanto e afetos diversos no sujeito. Em alguma medida, ela requer uma participação ativa do sujeito que, ao entrar em contato com suas produções, pode ser mobilizado e apresentar reações díspares diante da experiência artística.

Podemos observar que a arte, nos dias atuais, aparece de diversas formas, práticas e programas. Inicialmente, quanto mais olhamos, menos certeza temos sobre a classificação de uma obra artística. Não parece haver:

[...] mais nenhum material particular que desfrute do privilégio de ser imediatamente reconhecível como material da arte: a arte recente tem utilizado não apenas tinta, metal e pedra, mas também ar, luz, som, palavras, pessoas, comida e muitas outras coisas. Hoje existem poucas técnicas e métodos de trabalho, se é que existem, que podem garantir ao objeto acabado a sua aceitação como arte (ARCHER, 2001).

O objeto artístico exige a produção de significados; no entanto, ele não pode determinar ou prever as reações do espectador diante dessa obra de arte. “Arte não é imediatamente vital, ela representa [...] um espaço único onde as emoções e instituições do homem contemporâneo podem desenvolver-se de modo privilegiado e específico” (COLI, 1991, p. 105).

O campo do artístico pode ser compreendido como um território com fronteiras movediças. São espaços que favorecem o contato do sujeito com os objetos e experiências de arte. Nestes espaços, ao se considerarem os afetos como uma importante ferramenta para o reconhecimento da arte, percebe-se uma valorização do sujeito sensível. Suas várias dimensões e experiências são convocadas no processo de produção artística, mesmo não sendo possível determinar ou controlar o que irá advir desse encontro. Ao ser dirigida para um sujeito que está em constante movimento, a arte alimenta este vir a ser, não estabelecendo princípios que tornariam os objetos artísticos formas prontas com significados restritos.

Apesar de atuar no campo dos afetos, a razão também está presente na produção de arte. Ela está:

[...] intrinsecamente presente no objeto artístico, mas a obra enfeixa elementos que escapam ao domínio racional e sua comunicação conosco se faz por outros canais: da emoção, do espanto, da intuição, das associações, das evocações, das seduções (COLI, 1991, p. 105).

A arte articula relações complexas em seu processo, pois, embora tenha como característica a racionalidade, dela fluem as relações afetivas e intuitivas.

Assim, a arte não isola, um a um, os elementos da causalidade, ela não explica, mas tem o poder de nos “fazer sentir” (COLI, 1991, p.110).

A relação do sujeito com a arte ocorre de maneira presentificada, visto que seu foco está em tornar o sujeito protagonista de suas próprias percepções, reconhecendo como legítimos os afetos provocados no indivíduo, estabelecendo novas perspectivas para suas sensibilidades e proporcionando novas experiências.

Por meio da arte há um maior contato com a realidade social, de forma a experimentar novas experiências e poder sentir novas sensações. Para Eco, a arte

[...] propõe-se como objetivo aberto a uma infinidade de degustações, e não porque uma obra seja pretexto para todas as exercitações da sensibilidade subjetiva que faz convergir sobre ela os humores do momento, mas porque é típico da obra de arte o pôr-se como nascente inexaurida de experiências que, colocando-a em foco, dela fazem emergir aspectos sempre novos (ECO, 2008, p. 68).

A arte e suas múltiplas faces colocam em evidência as sensações e não uma norma ou categoria. Ela proporciona novas formas de experiências, vivências e novos conhecimentos. Não existe totalidade da expressão artística; ela oferece uma experiência temporária para quem está em contato com ela. Oferece ainda uma nova experiência para o mesmo sujeito num segundo contato com a obra. Assim:

[...] o próprio conceito de universalidade com que se costuma designar experiência estética refere-se a este fenômeno. Quando digo que ‘a soma dos quadrados dos catetos é igual a hipotenusa’ afirmo algo de verificável e universal, pois se propõe como lei válida em todas as latitudes, mas isto com referência a um único comportamento determinado da realidade; ao passo que, quando pronuncio um verso ou um poema inteiro, as palavras que profiro não se apresentam imediatamente traduzíveis em um *denotatum* capaz de exaurir suas possibilidades de significação, mas implicam uma série de significados que ganham profundidade a cada olhar, de forma que, em tais palavras, parece-me descobrir, reduzido e exemplificado, o universo inteiro (ECO, 2008, p. 68).

Apesar de não haver um critério para determinar o que é arte ou representação artística, o seu acesso depende de diversos fatores, inclusive do fato de que a arte não está ao alcance de todos. Um exemplo está nas circunstâncias materiais, de meios concretos, que nem sempre podem ser acessados pela população em geral. Desta forma, trataremos na próxima seção o alcance da arte no contexto social.

## 4.2 O alcance da arte no contexto social

Conforme abordado na seção anterior, há uma dificuldade em conceituar a arte em função de suas múltiplas possibilidades, modalidades e estilos. Todavia, conseguimos identificar algumas características de sua produção. A arte descarta qualquer norma de fixação ou categorização. Ela depende da interação dos artefatos artísticos com o sujeito, provocando nele diferentes afetos. A relação do sujeito com a arte ocorre de maneira presentificada, ela convoca esse sujeito a assumir o lugar de protagonista de suas próprias percepções e sensações, identificando como legítimos os afetos experimentados, proporcionando novas perspectivas e novas experiências. Diante disto, esta seção tem por objetivo descrever o alcance da arte no contexto social, destacando o acesso e a interação com o sujeito.

Segundo dados do IBGE, apresentados pelo Ministério da Cultura – MinC (2010), 92% dos brasileiros nunca frequentaram museus, 93% nunca foram a exposições de arte, 78% nunca assistiram a um espetáculo de dança e 92% dos municípios não tem cinema, teatro e museu. Nota-se, por esses dados, que o acesso à cultura está dirigido a apenas uma classe socioeconômica mais privilegiada. Neste contexto, observa-se a falta de incentivo e programas educativos para uma aproximação minimamente efetiva da população em geral com o universo da arte. Podemos dizer, acompanhando Rolnik, que a grande massa da população não tem acesso à arte, pois:

[...] a arte se transformou num dispositivo de poder, nesse regime infinitamente mais poderoso que sempre foi porque ela também é provedora de imagens, em primeiro lugar. O sistema da arte investe no sentido de criar imagens que são imagens mais para a classe média e as elites. Imagens, linguagens: uma retórica com a qual essa elite se identifica, porque é ultraglamourizada (ROLNIK, 2010, s/p).

A arte como dispositivo de poder tende a ser acessada apenas por um pequeno grupo localizado na classe favorecida economicamente; estes indivíduos manipulam valores relativos aos objetos artísticos a fim de classificá-los e elitizá-los para que sejam utilizados como reserva de valor e, assim, favoreçam economicamente seus interesses. Esse julgamento de valor ou critério de avaliação financeiro sobre a arte é determinado por cada sociedade de acordo com os poderes comerciais que estabelecem as diferenças sociais de cada época ou períodos

históricos. Assim, “[...] os fatores sociais que influenciam a produção, circulação e consumo de artes nas sociedades ocidentais modernas estão relacionados com o contexto histórico do desenvolvimento do capitalismo” (PIAU; FUSCALDO, 2012, p. 31).

Ao pensarmos a arte a partir desta perspectiva, percebemos que a forma de atribuir critérios e valores à arte se consolidou na sociedade a partir de uma ação arbitrária das classes detentoras dos bens e recursos financeiros disponíveis e se intensificou até a contemporaneidade. Uma das consequências do sistema capitalista é a geração de desigualdade social, separando de um lado a grande massa da população ativa, para a qual foram designados recursos mínimos de sobrevivência, mantendo-se mais distante da arte; e, do outro lado, a classe burguesa, detentora dos meios de produção de riquezas.

A interferência do poder econômico no universo das artes é bastante frequente na história e abriu possibilidades para um mercado promissor: grandes investimentos foram feitos nesse campo e, como consequência, é perceptível o prestígio social que estes investimentos trazem. Assim, o avanço do capitalismo consolidou-se com uma força:

[...] poderosa no desenvolvimento do museu como o lar adequado para as obras de arte, assim como na promoção da ideia de que elas são separadas da vida comum. Os novos-ricos, que são um importante subproduto do sistema capitalista, sentiram-se especialmente comprometidos a se cercar de obra de arte que, por serem raras, eram também dispendiosas (DEWEY, 2010, p. 67).

A necessidade de ostentação e manutenção de um padrão social favoreceu o acúmulo de objetos artísticos dos mais variados tipos, entre eles: quadros, esculturas, direitos autorais sobre músicas e móveis, que serviam como meio de comprovação da posição elevada no campo da cultura. De maneira similar, a acumulação de ações e títulos atesta uma posição superior no mundo econômico. A arte abordada por meio desses critérios é uma construção social que contempla uma única perspectiva, a econômica, impregnada de interesses específicos de uma classe que lhe atribui uma normatização. Trata-se de:

[...] um grupo bastante reduzido de pessoas que elabora os parâmetros do que deve ser considerado arte e impõe tais parâmetros para o restante da sociedade. Se o pensamento dominante de uma época tende a ser o pensamento da classe

dominante dessa época, a ideia de arte tende a ser a ideia que a classe dominante quer que se tenha da arte (PIAU; FUSCALDO, 2012, p. 34).

À arte, apresentada por essa visão elitizada, são atribuídos parâmetros em benefício próprio da classe dominante. Pouco importa seu valor enquanto experiência emancipadora, política ou individualizante.

Da mesma forma, as manifestações artísticas que são produzidas por grupos minoritários, que em absoluto contemplam aqueles interesses econômicos acima citados, são desvalorizadas ou até mesmo negligenciadas no campo artístico e cultural. Para efeitos de contextualização, é preciso saber que há outras manifestações artísticas para além dos museus, que colocam a população em constante contato com a cultura, apesar de serem menos valoradas economicamente.

Na contemporaneidade, observamos uma incidência maior de manifestações artísticas cotidianas e com uma interação e participação cada vez mais frequente do público. Essa interação é importante, pois “[...] a circulação da arte só se concretiza a partir do desvendamento da produção para o público, a construção da recepção tornou-se um elemento fundamental na organização do seu universo” (BUENO, 2005, p. 143).

Quando abordamos a arte como uma questão relativa à produção de sentido que vai além da prática exclusiva do artista profissional, acreditamos que ela envolve um conteúdo expressivo coletivo que pode ser compreendido como afetação. As percepções e afetações de cada sujeito podem ser manifestas de diferentes formas já que envolvem experiências díspares. Pode-se afirmar, assim, que, neste contexto ampliado da arte, a apropriação do universo artístico se constitui por meio de experiências singulares.

Tal experiência ocorre pela interação do indivíduo com as condições sociais e sensíveis com as quais ele entra em contato. Elas são singulares, pois cada um experimenta os afetos de acordo com as potências e encontros. Estes são condição para o indivíduo construir formas de observar, entender e sentir o mundo que o cerca. Assim, a experiência artística proporciona uma melhor compreensão do mundo num misto de materialidade e subjetivação. De acordo com Dewey (2010), a dimensão material da experiência envolve:

[...] sinais ou símbolos sem qualidade intrínseca própria, mas que representam coisas que, em outra experiência, podem ser qualitativamente vivenciadas. [...] A experiência em si tem um caráter emocional satisfatório porque possui integração interna e um desfecho atingido por meio de um movimento ordeiro e organizado. Essa estrutura artística pode ser sentida de imediato (DEWEY, 2010, p. 114).

Os atributos da obra de arte dependem não apenas dos artistas que as elaboram, nem somente das pessoas que estabelecem contato com ela, mas também devem ser consideradas as circunstâncias da experiência. Essas manifestações artísticas que tomam em consideração a interação afetiva dos sujeitos podem ser experiências genuínas, tornando possível uma participação mais efetiva do sujeito na percepção do mundo à sua volta, o que diminui a distância entre sujeito e o universo das artes. Esse processo pode ser concebido, então, como um território em contínua expansão.

A interação do sujeito despertou o interesse de alguns artistas brasileiros, como Hélio Oiticica, Amilcar de Castro, Lygia Pape e Lygia Clark, artistas ligados ao movimento Neoconcreto, que contribuíram para a consolidação de novas perspectivas para o universo das artes. Exemplos dessa perspectiva podem ser encontrados em Lygia Clark e a proposição adotada em seu trabalho denominado *Caminhando* (1964) e também no trabalho de Hélio Oiticica, denominado *Parangolé* (1964).

Lygia Clark é uma artista plástica brasileira que teve como foco de suas produções artísticas a participação do espectador. Seu trabalho se iniciou no Brasil e é reconhecido em âmbito internacional. Sua obra:

[...] desenvolve-se no sentido de eliminar a contemplação por parte do espectador, levando-o a uma participação direta e suprimindo pouco a pouco o próprio objeto. [...] O espectador passa a ser o elemento provocador de experiências sensibilizadoras, tendo no horizonte os ideais da contracultura de transformação do mundo (BRITO, 2002, p. 98).

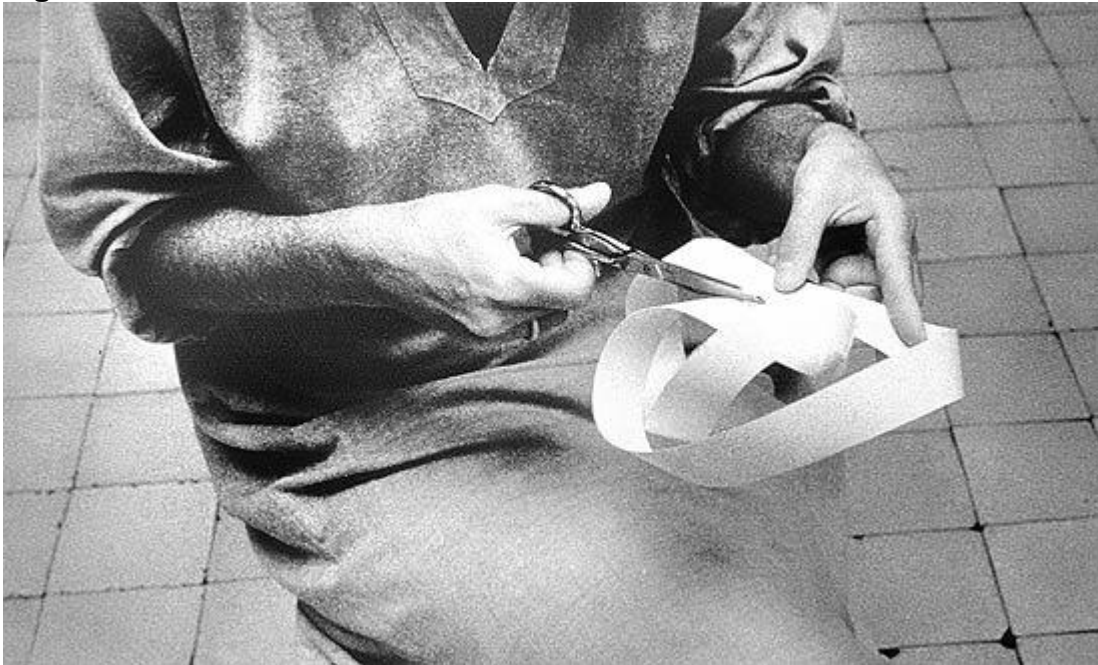
Na obra *Caminhando*, Lygia utiliza uma tira de papel que, por um ato muito simples de colagem das extremidades de modo invertido (também conhecida como Faixa de Moebius), faz com que o sujeito experimente uma situação de indefinição entre o que está/é dentro e o que está/é fora. O sujeito, com uma tesoura, entra em contato com a obra e começa a cortá-la percorrendo a tesoura pelo centro da fita. A

experiência de o sujeito entrar em contato com a obra acontece durante o processo de corte. Nesse ato simples, ele é instigado a pensar e refletir, o que desperta uma série de sensações.

Ao ser cortada em sua extensão pelo sujeito participante da obra, o ato lhe propicia uma experiência integralizadora que:

[...] eliminou da obra toda transcendência. Isto é, a obra, na verdade, deixou de existir: era o simplesmente caminhar da tesoura no papel. Terminada a experiência, acabou a obra. Sobrou a vivência do cortar, o ato (MORAIS, 2010, p. 124).

**Figura 5 – Obra Caminhando**



**Fonte:** CLARK, 1999, p. 148.

É perceptível que este trabalho põe em evidência o ato criador de forma que o participante se encontra tão envolvido com a atividade que sequer nota a presença da artista e do objeto de arte. Neste contexto, o sujeito e a obra estão integrados, pois são uma coisa só. Outros traços artísticos também são observados na obra, pois *Caminhando* “[...] é também uma tentativa de negação do objeto artístico. Uma tentativa de transformar o produto num gesto para livrá-lo dos fetiches e das vaidades do mercado. Uma proposição estética e política” (ALMEIDA, 2012).

Outro artista que também redimensiona a relação do sujeito com objeto artístico é o brasileiro Hélio Oiticica, que adotou como característica distintiva de seu trabalho a experiência participativa. Sua obra “[...] une várias categorias artísticas

(artes plásticas, dança, poesia, arquitetura, teatro) criando outras formas próprias de arte, com ordens inventadas por ele como *Penetráveis*, *Bólides*, *Parangolés*, *Núcleos*” (SILVA, 2006, p. 18).

As obras de Hélio Oiticica têm como característica uma visão liberadora, pois não aceita se restringir a classificações ou a objetos glamourizados de museus. Assim, suas obras são constantemente reinventadas, experimentais e abertas para que haja:

[...] participação do público e este possa, através do contato interiorizado com suas obras e da sensibilização dos seus sentidos unidos ao pensamento sobre si mesmos, iniciar seu processo de descondicionamento através da consciência de si e do despertar criativo para buscar a liberdade interior e poder libertar tudo o que é externo, desde as relações pessoais até o âmbito político e social (SILVA, 2006, p. 19).

Em sua obra *Parangolé* (1964), o artista propõe que, a partir de uma faixa retangular de tecido, o sujeito possa ter qualquer experiência, relação e reação. Tal intensidade é retratada por Adriana Calcanhotto em sua canção “Parangolé Pamplona”, composta em 1998:

O Parangolé Pamplona você mesmo faz. O Parangolé Pamplona a gente mesmo faz. Com um retângulo de pano de uma cor só. E é só dançar, E é só deixar a cor tomar conta do ar, Verde, Rosa, Branco no branco no preto nu [...] O Parangolé Pamplona, faça você mesmo. E quando o couro come, é só pegar carona, Laranja, Vermelho [...] Para o espaço estandarte. Para o êxtase asa delta. Para o delírio porta aberta. Pleno ar, puro Hélio (CALCANHOTTO, 1998).

Esse objeto artístico coloca para o sujeito a possibilidade de constituir e vivenciar diretamente uma produção artística. O espectador, ao entrar em contato com a faixa de tecido, poderá ser afetado das mais variadas formas. O trabalho de Hélio Oiticica nessa obra “[...] rompe definitivamente a distância entre a obra e o espectador, começa a estender-se a outras áreas, como a dança e a música” (BRITO, 2002, p. 101).

Silva ressalta que, ao vestir o corte retangular do tecido, o sujeito utiliza seus diversos sentidos para “[...] o conhecimento sensorial das formas e das totalidades significativas abertas às escolhas, valorações, pensamentos, afetividades, desejos, interiorizações” (SILVA, 2006, p. 20).

Essa maneira de conceber, elaborar, expor e experimentar a arte, presente nos trabalhos de Lygia Clark e Hélio Oiticica, requer do sujeito ou participante uma nova postura que poderá aguçar e ativar seus sentidos e fazê-lo tomar iniciativas na sua interação com a arte, proporcionando novas perspectivas e novas experiências. Nota-se com esse tipo de obra que o universo da arte abre-se cada vez mais para a experiência, oferecendo possibilidades de acesso e interação do sujeito com sensações, percepções e práticas diversificadas.

**Figura 6** - Obra Parangolé



**Fonte:** BRITO, 2002, p. 95.

Embora a arte tenha a cada dia mais esse caráter integrador e inclusivo, o número de pessoas que consegue acessar essa esfera da produção artística está muito longe de ser expressivo. Diante desta dificuldade de acesso, abordaremos, na

próxima seção, quais as políticas públicas voltadas para essa área e qual o papel do Estado como facilitador da integração do cidadão com a arte.

### **4.3 Estado: programas e políticas públicas**

Conforme abordamos na seção anterior, a arte está muito além da produção e consumo voltados apenas para o mercado, com fins capitalísticos. A arte tem um caráter político, inclusivo e integrador, que não faz distinção entre os indivíduos que entram em contato com ela. Essa relação do sujeito com a arte pode possibilitar uma experiência única e singular, acionando no sujeito novas maneiras de pensar, sentir e agir.

Esta concepção de arte, na qual ela se materializa de diversas formas e tem o acesso facilitado para qualquer indivíduo, proporcionando a ele interagir, experimentar e se integrar com os objetos e expressões artísticas, nos leva a entender que a arte:

[...] é uma produção social de interesse coletivo que não deve ficar à mercê da lógica de mercado. Por ser de interesse coletivo, o acesso à arte (produção e consumo) deve ser democratizado sem privilegiar modelos predeterminados, sendo a participação popular e a autogestão dos processos artísticos elementos centrais para a democratização da arte. Cabe ao Estado criar condições, estimular, enfim, garantir a participação popular e autogestão dos processos artísticos (PIAU; FUSCALDO, 2012, p. 47 e 48).

Essa perspectiva da arte que está despreocupada com a produção de mercado e que tem por interesse as afetações e sensações que ela pode proporcionar ao público interessado tem um caráter facilitador para o seu acesso. O número de pessoas que conseguem entrar em contato com ela, entretanto, está longe de ser significativo. Para que haja uma maior participação da população nas produções culturais, o Estado precisa intervir e criar canais facilitadores, como as políticas públicas, que buscam incentivar e estimular a participação da população nas manifestações artísticas. Desta forma, nesta seção, abordaremos as políticas públicas e os programas desenvolvidos pelo governo federal, governo do estado do Paraná e pelo governo municipal da cidade de Londrina.

No governo federal, o órgão responsável pelo desenvolvimento de ações que contribuam e valorizem as manifestações artísticas é o Ministério da Cultura (MINC).

Nas três últimas décadas, o Brasil vem apresentando mudanças nas ações desenvolvidas para promover o apoio a projetos culturais realizados por este ministério. No início dos anos de 1990, foram criadas duas leis que são utilizadas como base para incentivar projetos culturais. Em 1991, foi criada a lei federal de incentivo à cultura (Lei nº 8.313/91), conhecida como Lei Rouanet. Ela tem como finalidade captar e canalizar recursos para o setor da cultura, com o objetivo de promover, estimular, proteger e valorizar as manifestações culturais no país. Já em 1993, foi criada a lei do audiovisual (Lei nº 8.685/93), com o propósito de estimular o investimento na produção e coprodução de obras cinematográficas e audiovisuais, bem como na infraestrutura de produção e exibição (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2017).

Ambas as leis funcionam por meio de uma política de incentivos fiscais que permite que a pessoa jurídica e a pessoa física consigam aplicar parte do seu imposto de renda em ações culturais. Para o governo federal, o incentivo fiscal:

[...] é um mecanismo em que a União faculta às pessoas físicas ou jurídicas a opção pela aplicação de parcelas do Imposto sobre a Renda, a título de doações ou patrocínios, no apoio direto a projetos culturais ou em contribuições ao Fundo Nacional da Cultura (FNC). Ou seja: o Governo Federal oferece uma ferramenta para que a sociedade possa decidir aplicar, e como aplicar, parte do dinheiro de seus impostos em ações culturais. Desta maneira, o incentivo fiscal estimula a participação da iniciativa privada, do mercado empresarial e dos cidadãos no aporte de recursos para o campo da cultura, diversificando possibilidades de financiamento, ampliando o volume de recursos destinados ao setor, atribuindo a ele mais potência e mais estratégia econômica (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2017, s/p).

O incentivo fiscal, embora esteja longe de ser uma solução que consiga satisfazer a demanda, traz certa contribuição, pois, além de estimular a iniciativa privada a investir em projetos artísticos, consegue também ampliar a fonte de captação dos recursos para aqueles que desenvolvem os projetos ou atividades artísticas, ainda que a estratégia de distribuição desse investimento possa ser questionada.

A lei Rouanet, sustentada nos repasses empresariais, por exemplo, reforça uma perspectiva bastante conservadora, à medida que atende aos interesses de um determinado segmento econômico. Ao delegar às instituições privadas a responsabilidade pela organização e execução de projetos culturais, em larga medida, fica-se refém de seus valores, visto que a prioridade dessas organizações

consiste em atender a uma lógica de mercado. A título de exemplo, pode-se mencionar o episódio ocorrido na suspensão da exposição Queermuseu, pelo Banco Santander, na cidade Porto Alegre. A censura do Queermuseu “[...] se deveu a uma mistura de obscurantismo, da parte dos querelantes, com lógica do capital, da parte do banco que capitulou” (BOSCO, 2017, p. 8). O grande problema colocado nesse tipo de situação é que “[...] as ações de censura do campo conservador agem orientadas por um princípio antimoderno e antilibertário: desejam impedir determinadas formas de vida” (BOSCO, 2017, p. 9).

De todo modo, tendo como perspectiva a complexidade que atravessa o incentivo às práticas artísticas, cabe considerar que um benefício implementado pela lei Rouanet foi o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), que tem o objetivo de fomentar a produção, a distribuição e o acesso a produtos artísticos. O Programa estabeleceu três mecanismos de apoio: Fundos de Investimento Cultural e Artístico (FICART), Fundo Nacional da Cultura (FNC) e Incentivo Fiscal.

O FNC foi instituído como um fundo de patrocínio que é operado diretamente pelo governo federal. A principal missão desse fundo é “[...] a de promover o desenvolvimento das atividades culturais e produtores menos conhecidos, que não recebiam da iniciativa privada a mesma atenção de outros setores” (CAVALCANTI, 2006, p. 16). Já o FICART foi criado com o objetivo de atrair o investimento privado para projetos com forte potencial comercial, com participação dos investidores nos eventuais lucros. Os programas de incentivo fiscal são disponibilizados pelo governo federal para possibilitar às pessoas físicas e jurídicas a destinação de parte de seus impostos para que sejam convertidos em atividades artísticas.

Assim como os programas de incentivo fiscal citados acima, outro programa teve grande importância no cenário das artes no país. Ele foi denominado Programa Mais Cultura e busca destacar:

[...] o reconhecimento da cultura como necessidade básica, direito de todos os brasileiros, tanto quanto a alimentação, a saúde, a moradia, a educação e o voto. Com a criação do Programa, o Governo Federal incorpora a cultura como vetor importante para o desenvolvimento do país, incluindo-a na agenda social – com status de política estratégica de estado para atuar na redução da pobreza e a desigualdade social (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2017, s/p).

O reconhecimento da cultura como uma necessidade básica para o cidadão e como um fator importante para o desenvolvimento do país reafirma a necessidade

de uma política pública no campo das artes, incluindo a dimensão da geração de renda. Esse reconhecimento gerou, em 2010, o Plano Nacional de Cultura (PNC). Este plano foi instituído pela Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010, e tem por finalidade promover o planejamento e a implementação de políticas públicas de longo prazo voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira. O plano prevê 53 metas para a área da cultura a serem contempladas até 2020. Os propósitos do Plano Nacional de Cultura são o fortalecimento institucional e a definição de políticas públicas que:

[...] assegurem o direito constitucional à cultura; a proteção e promoção do patrimônio e da diversidade étnica, artística e cultural; a ampliação do acesso à produção e fruição da cultura em todo o território; a inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico e o estabelecimento de um sistema público e participativo de gestão, acompanhamento e avaliação das políticas culturais (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2017, s/p).

Para alcançar um resultado satisfatório, o Plano Nacional de Cultura está condicionado ao envolvimento e colaboração de forma democrática e participativa de todos os níveis federados (União, estados e municípios) e a sociedade civil, por meio de um processo de gestão do Sistema Nacional de Cultura (SNC). Este sistema tem como finalidade promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais. A estrutura do sistema possui componentes obrigatórios que são: órgãos gestores da cultura, conselhos de política cultural, conferências de cultura, planos de cultura, sistemas de financiamento à cultura e componentes facultativos como comissões intergestoras, sistemas de informações e indicadores culturais, programas de formação na área da cultura, e sistemas setoriais de cultura (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2017, s/p).

É notável que o governo federal venha apresentando um avanço na criação de políticas de incentivo e fomento para os projetos e atividades artísticas. Todavia, ressaltamos a necessidade de ampliar essas políticas e até mesmo efetivá-las mais regularmente. Constata-se a dificuldade e fragilidade nas políticas públicas voltadas para arte, que pode ser evidenciada no FICART. Este, apesar de ter sido instituído a partir da Lei Rouanet de 1991, até o momento não foi implementado (CAVALCANTI, 2006).

Outro ponto importante a ser destacado é que não existem instrumentos para mensuração do impacto das atividades artísticas desenvolvidas no país, tanto como fator de transformação social como também de relevância econômica (PIB). Isso fragiliza a importância da atividade, facilitando o corte de recursos no momento em que o país passa por uma crise, por exemplo.

Quando abordamos a dimensão institucional da cultura em âmbito estadual, constatamos que estado do Paraná possui uma Secretaria de Cultura desde 1979, com projetos e ações para o desenvolvimento cultural do estado. O modelo atual de gestão e gerenciamento dos projetos e ações realizados no estado foi constituído por meio da Lei n.º 17.043/11, criada no ano de 2011. Ele visa atender três dimensões: cultura como manifestação da identidade coletiva, cultura como ferramenta de inclusão e cultura como valor de mercado. Para melhor entendimento, a Secretaria Estadual de Cultura apresenta a seguinte definição:

Cultura como manifestação da identidade coletiva – O Estado tem aqui papel significativo na preservação e difusão das manifestações culturais, porque a cultura tem valor em si e é importante para toda a sociedade. Cultura como ferramenta de inclusão – é a Cultura como possibilidade de valorização de populações ou de pessoas excluídas ou pouco valorizadas. Essa dimensão tem papel relevante na inclusão das comunidades marginalizadas, sem acesso aos bens, serviços e produtos culturais. Cultura como valor de mercado – é a chamada indústria cultural, a economia da Cultura ou economia criativa, que tem papel vital, mas que não pode sobrepor-se às demais. Estimular a economia da Cultura é uma forma de construir e consolidar as duas outras dimensões, embora cada uma deva ser tratada levando-se em conta suas peculiaridades (PARANÁ, 2017, s/p).

Com a elaboração e aprovação dessa lei, o estado criou também alguns programas para estimular a cultura, como o PROFICE (Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura do Paraná), cujo objetivo é possibilitar a “[...] valorização, a produção, a difusão, a circulação, a pesquisa e a preservação dos bens culturais, além de ações de caráter educativo para a arte e a cultura no Estado [...] por meio da renúncia fiscal de ICMS” (PARANÁ, 2017, s/p).

Na prática, por meio desse programa, as organizações participantes podem solicitar que uma parte do seu imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços (ICMS) seja destinada a projetos culturais do estado do Paraná. A porcentagem estipulada varia de 0,5% a 3% de acordo com o saldo devedor da

organização nos últimos 12 meses anteriores à solicitação. Quanto maior o valor do débito, menor seria a taxa para contribuição, o que pode ser mais bem visualizado no Quadro 1, abaixo:

**Quadro 1 – Percentual de contribuição**

<b>Contribuintes que apresentam saldo devedor médio</b>	<b>Percentual</b>
Até R\$ 500.000,00	3,0%
Entre R\$ 500.000,01 e R\$ 1.000.000,00	2,5%
Entre R\$ 1.000.000,01 e R\$ 10.000.000,00	1,5%
Entre R\$ 10.000.000,01 e R\$ 50.000.000,00	1,0%
Entre R\$ 50.000.000,01 e R\$ 100.000.000,00	0,7%
Superior a R\$ 100.000.000,00	0,5%

**Fonte:** PARANÁ, 2013.

Além disso, a organização poderá escolher para qual projeto será destinado o recurso de acordo com a aprovação dos projetos na Secretaria Estadual de Cultura. Esses projetos englobam várias áreas artístico-culturais, como Artes Visuais, Audiovisual, Circo, Dança, Literatura, Livro e Leitura, Música, Ópera, Patrimônio Cultural material e imaterial, Povos, comunidades tradicionais e culturas populares, e Teatro (PARANÁ, 2017).

Embora o programa tenha como objetivo estimular a cultura, ao colocar as organizações para participar da escolha do projeto a qual deverá ser destinado o recurso, corre-se o risco de reproduzir, de maneira direta, a lógica do capital. A organização poderá escolher o projeto de acordo com seus fins e valores, que podem ou não estar mais preocupados em atender as demandas do mercado, garantindo-lhe benefícios para o aumento do capital, ou seja, promovendo uma forma de privatização como dinheiro público, pela via da isenção de impostos.

Com o propósito de aderir ao Sistema Nacional de Cultura, a Secretaria de Cultura do estado do Paraná criou o Conselho Estadual de Cultura, implementado pela Lei n.º 17063/12. Esse conselho tem por finalidade promover e incentivar a participação da sociedade na formulação de políticas públicas de cultura. Tal conselho, juntamente com a Secretaria de Cultura, concluiu em fevereiro de 2017 o projeto de lei do Plano Estadual de Cultura, em que são norteadas as políticas públicas para os próximos dez anos (PARANÁ, 2017).

Diante do que é apresentado no portal da Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, percebe-se que existe um interesse do estado em alavancar as atividades e manifestações artísticas, uma vez que vem sendo cumprido com os requisitos estipulados pelo PNC. A secretaria também criou suas próprias políticas de incentivo para a realização das atividades artísticas.

Entretanto, o fato de contar com dois programas de incentivo para atendimento das necessidades artísticas, contemplando uma camada maior de pessoas e projetos, não se concretizou, pois essa realidade não se faz presente. Percebe-se que programas de investimentos são necessários para estimular os demais setores a investir nessa área. Todavia, os que existem hoje não são suficientes. O estado ainda precisa criar outros mecanismos de investimento na cultura, como uma maior destinação de recursos para que se consiga contemplar maior abrangência da população e evitar crises no setor cultural. Exemplo de crise pode ser encontrado no recente cancelamento da 35ª Oficina de Música de Curitiba e nas dificuldades para realizar as atividades da Orquestra Sinfônica do Paraná e do Balé Teatro Guaíra (GAZETA DO POVO, 2017).

Analisando uma esfera mais situada, cabe destacar como a cultura é efetivada politicamente na cidade de Londrina, objeto de estudo desta pesquisa. Nessa cidade, a lei de incentivo à cultura foi criada em 1992, porém só entrou em vigor em 1994. A Lei n.º 5305/92 autorizava a renúncia fiscal, por parte do município, de 5% do valor proveniente das receitas de IPTU e ou ISS para investimentos em projetos artísticos. Em 2002, foi aprovada a Lei n.º 8984/02 com a elaboração do Programa Municipal de Incentivo à Cultura (PROMIC) e o (FEPROC) Fundo Especial de Incentivo à Cultura (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, 2017).

O FEPROC recebe recursos advindos de doações de pessoas físicas e jurídicas, órgãos públicos, privados, nacionais e internacionais, como também recursos cedidos pela união e pelo estado. O fundo viabiliza a execução do PROMIC, que é destinado para duas categorias: projetos de produtores independentes e projetos e programas estratégicos. Os recursos advindos desses projetos são destinados para as duas categorias: 60% para os projetos dos produtores independentes e 40% para os projetos e programas estratégicos. Para compreender essa destinação, cabe esclarecer que:

[...] os Projetos dos Produtores Independentes (PCI) são aqueles que se orientam para o circuito cultural tradicional ou cuja inserção seja comunitária e vise estimular a produção artística e cultural nos bairros e regiões da cidade, em ambos os casos os projetos devem nascer da iniciativa independente dos produtores culturais [...]. Já os Projetos e Programas Estratégicos (PPE) são aqueles que visam dimensionar a cultura para toda a cidade e ativar circuitos culturais, realizando as políticas públicas de cultura (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, 2017, s/p).

No ano de 2015, o PROMIC contemplou 17 projetos estratégicos, 52 projetos independentes e oito vilas culturais. O investimento realizado no ano de 2015 ultrapassou a casa dos três milhões de reais. Além dos projetos contemplados, a cidade de Londrina conta hoje com três bibliotecas, um museu, um teatro e um Centro Cultural e apoia uma fundação de cultura.

Os projetos devem promover e incentivar a criação, produção, pesquisa, difusão e preservação das manifestações culturais nos vários campos culturais e artísticos e promover a descentralização das ações culturais do município. Podem se inscrever pessoas jurídicas de direito privado sem fins criativos.

O Programa ligado às “Vilas Culturais” é extremamente importante para o município, pois tem como objeto:

[...] ofertar espaços para a articulação de grupos de produção cultural, em linguagens específicas ou integradas, e também para a realização de programação cultural como pontos de encontro, de lazer e de fruição para os cidadãos [...] O Programa Vilas Culturais visa a qualificação do espaço urbano em que ele se insere, a preservação do patrimônio histórico ali encontrado e a melhoria da qualidade de vida da população de seu entorno (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, 2017, s/p).

Embora o PROMIC atenda vários projetos artísticos e consiga facilitar o acesso à arte, percebe-se que o número de instituições proponentes que demandam auxílio é muito superior ao número de contemplados. A não aprovação de alguns projetos se deve à falta de recursos financeiros ou ao fato de o orçamento do projeto ser inviável para secretaria. O grande desafio enfrentado atualmente consiste em aumentar o orçamento destinado à cultura, bem como desenvolver novas fontes de captação de recursos para que se consiga realmente ampliar e atender a todas as demandas, possibilitando a criação de novos editais. As instituições artísticas contempladas proporcionariam um maior acesso da população ao campo das artes no município de Londrina.

Apesar da ampla descrição dos programas de incentivo público à arte, reafirmamos que sua acessibilidade ainda é destinada a uma parte pequena da população. Embora a arte tenha como característica a interação e integração entre os sujeitos de quaisquer níveis socioeconômicos, provocando neles novas experiências e afetações, ela ainda está muito longe do domínio da grande massa da população menos favorecida economicamente.

A atuação do poder público na criação de políticas públicas para fomentar essas manifestações e disseminar a arte para toda população ainda se encontra num momento de fragilidade. Não há dúvidas de que a criação das leis e das políticas públicas trouxe grandes contribuições para que a arte fosse democraticamente acessível. Todavia, tais políticas ainda não conseguem atender satisfatoriamente a essa necessidade humana de contato e produção artística que colabora para compor a noção de sustentabilidade social.

## 5 DELINEANDO O PROCESSO DA PESQUISA

A sustentabilidade vem se destacando em debates, tanto organizacionais como na sociedade em geral, nos quais a preocupação em satisfazer as necessidades presentes, pensando em ações para não prejudicar as gerações futuras, está cada vez mais evidente. Isso está evidenciado no Relatório Brundtland, ou “Nosso futuro comum”, divulgado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988). Nas últimas décadas, as instituições têm cada vez mais incorporado o debate do desenvolvimento sustentável (FOLADORI, 2001). A partir desse cenário, a preocupação deste trabalho foi conhecer como é vivenciada a sustentabilidade social numa Fundação de cultura e arte. Assim, o objetivo deste capítulo consiste em apresentar o caminho metodológico utilizado para coletar os dados empíricos.

Com o intuito de investigar se e como a Fundação aqui estudada pratica a sustentabilidade social, adotamos uma abordagem qualitativa, pois esta:

[...] responde questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (MINAYO, 2001, p. 21).

Desta forma, a pesquisa proporcionou, por meio deste método, informações aprofundadas sobre esse grupo social que, a princípio, não eram evidentes, mas que foram evidenciadas pelos participantes que atribuem valor e sentido singulares às práticas sociais da fundação escolhida como campo de investigação. Na tentativa de compreender esse caso específico por meio dos diretores da Fundação, foi escolhido o estudo de caso como estratégia investigativa. A escolha pelo estudo de caso é de extrema importância, pois ele é utilizado quando:

[...] o pesquisador deseja compreender os processos e interações sociais que se desenvolvem nas organizações, situando-os no contexto histórico – atual e/ou passado – no qual estão imersos. Também possibilitam uma análise processual, contextual e, em algumas situações, longitudinal, de várias ações que ocorrem no interior das organizações e dos significados a eles atribuídos (GODOY, 2010, p. 127).

O estudo de caso tem como foco compreender as maneiras como uma pessoa, grupos ou organizações tratam determinados problemas. A utilização do estudo de caso nos permite compreender, com uma maior profundidade, os processos sociais que ocorrem especificamente no cotidiano desta Fundação. Assim, acreditamos que investigar os processos e as atividades sociais realizadas por esta fundação se torna de grande relevância, pois ela desenvolve suas atividades colocando o sujeito como protagonista e acolhendo suas múltiplas dimensões. Em nosso entendimento, este é um ponto de extrema importância na prática de uma sustentabilidade social.

A unidade de análise selecionada foi uma fundação de cultura artística localizada no município de Londrina, Paraná. Trata-se de uma instituição privada, sem fins lucrativos, de caráter cultural, que gerencia uma Companhia Profissional de Dança, uma Escola de Dança, uma Escola de Teatro e um Grupo de Dança Amador.

A razão pela escolha desta fundação foi por ela, primeiramente, atuar no terceiro setor e ter uma inserção muito forte na comunidade local, pois todo o trabalho é fundamentado em parcerias com pessoas físicas, empresas e instituições. A principal parceria é estabelecida com o poder público municipal que viabiliza, por meio de convênios, os recursos necessários para o pagamento dos salários de parte dos bailarinos, professores e técnicos. Há também a parceria com a comunidade, que legitima a fundação e seus projetos em Londrina e região, prestigiando os espetáculos e participando de suas campanhas de captação de recursos. Assim, mais do que as parcerias com o poder público, que são fundamentais para a sobrevivência dos projetos, o que tem garantido a atuação e o crescimento da instituição é o envolvimento da comunidade. O desprendimento e sensibilidade com que as mais diversas pessoas da cidade ajudaram na criação e efetivação do projeto caracteriza, até hoje, o público que se envolve com a instituição, sustentando-a econômica e socialmente. Com isso, a fundação consolida-se hoje como uma referência no trabalho de formação continuada na área de artes cênicas e dança no interior do país.

Para alcançar um maior entendimento sobre a fundação e o desenvolvimento de suas atividades, utilizamos a história oral como método, dando visibilidade ao sentido social a partir da experiência concreta dos depoentes. A história oral é:

[...] uma alternativa à história oficial, consagrada por expressar interpretações feitas, quase sempre, com o auxílio exclusivo da documentação escrita e oficial. Ela se apresenta como forma de captação de experiências de pessoas dispostas a falar sobre aspectos de sua vida, mantendo o compromisso do contexto social (ICHIKAWA; SANTOS, 2006, p. 182).

A história oral, no nosso entendimento, contribui de forma enriquecedora para contextualização social e da história da organização, por meio dos relatos de seus fundadores, uma vez que todos estão presentes e ativos na fundação. Outro ponto importante é que a história oral nos permite a integração com outras fontes, como documentos escritos, imagens e outros tipos de registros que possam nos trazer uma melhor compreensão da realidade.

Foi definida, como instrumento de coleta de dados, a entrevista. Pelos relatos dos participantes, foi possível identificar as vivências, crenças, valores e costumes vigentes nesse espaço social e cultural. Assim, a entrevista como fonte de informação forneceu:

[...] dados secundários e primários de duas naturezas: (a) os primeiros dizem respeito a fatos que o pesquisador poderia conseguir por meio de outras fontes como censos, estatística, registros civis, documentos, atestados de óbitos e outros; (b) os segundos – que são objetos principais de uma investigação qualitativa – referem-se a informações diretamente constituídas no diálogo com o indivíduo entrevistado e tratam da própria relação com o sujeito sobre a realidade que vivencia (MINAYO, 2001, p. 65).

Optou-se por realizar as entrevistas no formato semiestruturado, pois elas são adequadas “[...] quando o pesquisador deseja apreender a compreensão do mundo do entrevistado e as elaborações que ele usa para fundamentar suas opiniões e crenças” (GODOY, 2010, p. 134). O registro das entrevistas foi realizado por meio de gravação direta e anotações durante o processo de coleta de dados. Com a finalidade de garantir a participação voluntária dos entrevistados, bem como o sigilo de seus dados, todos os convidados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Para a coleta das informações, foram escolhidas inicialmente três pessoas que estão atuando diretamente na coordenação da fundação e que são também os seus três fundadores. Assim, foram entrevistados: o coordenador da escola municipal de dança e responsável pelo corpo de *ballet*, o coordenador e professor

da escola de teatro e uma representante da diretoria. A razão pela escolha desses entrevistados deveu-se a sua atuação na Fundação, como coordenadores e/ou professores, mas também pelo fato de serem fundadores e terem participado do processo de sua criação. Os participantes definiram a missão, visão, valores e objetivos da Fundação. A relação dos entrevistados selecionados pode ser visualizada no Quadro 2.

**Quadro 2 – Entrevistados selecionados**

Entrevistados	Funções
Coordenador da escola municipal de Teatro	Atua na instituição desde o início e desenvolve todas as atividades de coordenação relacionadas às áreas de artes cênicas, como desenvolvimento de projetos, atividades teatrais. Atua também como professor de teatro.
Coordenador da escola municipal de dança e do ballet de Londrina	Atua na instituição desde o início e desenvolve atividades de coordenação relacionadas a área de dança, atuando em projetos em comunidades e escolas. Coreógrafo e responsável pelo ballet de Londrina.
Representante da diretoria	Desenvolve funções relacionadas às atividades de diretoria, como reuniões de conselho e prestação de contas da Fundação.

**Fonte:** Elaborado pelo autor

As entrevistas aconteceram em três momentos, pois cada categoria é constituída por conteúdo específico que demanda tempo, o que impossibilita a abordagem de todos os eixos de análise numa mesma entrevista. Assim, cada categoria foi investigada em uma entrevista específica. Portanto, foram três entrevistas com cada sujeito, realizadas em dias e horários diferentes.

Para a análise dos dados foi tomada como referência toda parte teórica desenvolvida nos primeiros capítulos desta dissertação. Além disso, recorreremos à análise sociológica do discurso tal qual definida por Godoi, para quem esse tipo de análise consiste:

[...] na busca de um modelo de representação e compreensão do texto concreto em seu contexto social e histórico, desde a reconstrução dos interesses conscientes e inconscientes dos atores envolvidos no discurso [...] com capacidade de trabalhar com códigos

de comunicação afim de obter maior profundidade nos discursos dos participantes (GODOI; COELHO; SERRANO, 2014, p. 511, 513).

A análise do discurso social propõe a recuperação do sujeito no seu contexto e na produção de sentidos para a experiência vivida. Os indivíduos, por meio de suas experiências, apresentam um sentido concreto e constroem a realidade social de acordo as ações, os objetos e os efeitos discursivos, permeados pela historicidade. Portanto, trata-se de um:

[...] processo de argumentação, de comunicação, de tensão, de um diálogo mais ou menos conflitante que vai constituindo, em seu desenvolvimento, um possível sentido concreto que atesta o objetivo de investigação e o tema ora planejados (GODOI; COELHO; SERRANO, 2014, p. 518).

Para a condução tanto da coleta quanto da análise dos dados, foram definidos inicialmente três eixos de análise: 1. A história da criação da fundação; 2. A presença de práticas sociais e culturalmente sustentáveis; 3. Práticas culturais sustentáveis e a dimensão política atribuída à arte pela fundação. As categorias podem ser visualizadas no Quadro 3, abaixo.

**Quadro 3 – Categorias para organização e análise dos dados**

<b>Categorias</b>	<b>Capítulos Teóricos - base para as análises</b>
História da Fundação	Capítulo I e V
Presença de práticas sociais sustentáveis	Capítulo II
Presença de práticas culturais sustentáveis e a dimensão política atribuída à arte pela fundação	Capítulo III

**Fonte:** Elaborado pelo autor

A definição deste percurso metodológico buscou promover um diálogo entre as noções de sustentabilidade social e cultural com a área de Administração. A fundação aqui analisada pode ser compreendida como uma organização, à medida que dispõe de um espaço, indivíduos, valores e sistemas para atingir alguns resultados referentes à experimentação artística. Nesse sentido, acreditamos que a área de Administração, voltada para a organização e gestão de grupos, também

pode trazer contribuições relevantes para a análise desta fundação que, sendo uma instituição privada e sem fins lucrativos, adota formas administrativas que interessam à área deste estudo. Nas entrevistas, buscamos investigar as estratégias utilizadas para a tomada de decisão, as articulações com a cidade em que ela está instalada, bem como a gestão dos trabalhadores e das atividades ali realizadas. A Fundação foi abordada, portanto, como um caso exemplar de instituição que pratica em seu cotidiano a sustentabilidade social e cultural, adotando diversas práticas organizativas.

## 6 SUSTENTABILIDADES SOCIAL E CULTURAL EM UMA FUNDAÇÃO DE CULTURA ARTÍSTICA

A sustentabilidade social, no nosso entendimento, é a dimensão que mais necessita de aprofundamento teórico e prático no campo da Administração, pois este, devido a sua priorização de estratégias para o acúmulo de capital, apresenta estudos limitados sobre a abrangência da dimensão social. Assim, encontrar estudos que tratem essa dimensão focalizando o sujeito e suas necessidades para além da geração de emprego e renda tornou-se um grande desafio (COLANTONIO, 2007; LITTIG; GRIEßLER, 2005).

Problemas relacionados à questão social têm se destacado nas últimas décadas. Acreditamos que, para abordar uma sustentabilidade que seja realmente comprometida com a dimensão social, não pode envolver uma maneira generalizada e reducionista, colocando as necessidades desse sujeito apenas como básicas, como, por exemplo, o acesso à comida, à água e à renda mínima. Como frisado no capítulo três, o sujeito é composto por diversas dimensões que englobam desejos, símbolos, representações, comunicação, ação e subjetividades (CHANLAT, 1996). Desta forma, para pensar em uma sustentabilidade social, é necessário reconhecer essas dimensões atuando no principal agente da transformação social: o sujeito.

Para compreender como é vivenciada a sustentabilidade social a partir dessa perspectiva que reconhece o sujeito como o protagonista de sua história individual e social, escolhemos estudar de maneira aprofundada uma fundação de cultura artística localizada na cidade de Londrina. De acordo com dados disponibilizados pelo site institucional da fundação, pode-se constatar que ela foi criada em 03/12/1990, tendo seu estatuto aprovado após cinco meses de existência e seus primeiros projetos concretizados em 1993. Trata-se de uma instituição privada, sem fins lucrativos, de caráter cultural que tem como missão: “Democratizar o acesso à formação e produção cultural de qualidade, através de uma ampla rede de projetos, entre os quais estão: a Escola Municipal de Dança, a Escola Municipal de Teatro, a Cia Profissional de Dança Ballet de Londrina, o grupo amador de dança “Ballezinho de Londrina”, o Circo e o site [www.conexaodanca.art.br](http://www.conexaodanca.art.br)” (Site da fundação).

Todo o trabalho da fundação é constituído por meio de parcerias, como, por exemplo, o poder público municipal que, por meio de convênio, viabiliza os recursos que são utilizados para suprir grande parte das despesas. Além dos recursos

oriundos do poder público municipal, outro provedor de recursos é a comunidade do município de Londrina e região, que espontaneamente se comprometeu com a fundação, prestigiando seus espetáculos e participando de suas campanhas para a captação de recursos.

Para a apresentação e análise dos dados empíricos desta pesquisa, foram coletadas informações com os três fundadores, sendo eles: o Coordenador da escola municipal de dança e do ballet de Londrina, denominado João, o Coordenador da escola municipal de Teatro, denominado Pedro, e a Representante da diretoria, denominada Lúcia. Os nomes aqui utilizados são fictícios para não identificar os participantes.

Este capítulo objetiva estabelecer, por meio dos documentos analisados e das conversas com os entrevistados, uma relação entre o referencial teórico e uma experiência prática, dando visibilidade à maneira como são vivenciadas as dimensões social e cultural da sustentabilidade na fundação de cultura artística na cidade de Londrina. Para isso, os dados a serem aqui apresentados foram divididos em três eixos de análise: a) Construção histórica da fundação, b) Presença de práticas sociais sustentáveis e c) Sustentabilidade cultural e a contribuição das artes como práticas que possibilitam transformações sociais concretas.

## **6.1 Primeiro eixo de análise: a construção histórica da fundação**

O objetivo desta categoria é fazer uma associação entre o momento histórico em que a fundação foi constituída e as principais conferências e debates sobre a sustentabilidade. Nesse primeiro eixo, foi solicitado aos entrevistados que contassem como se constituiu a fundação, ressaltando as principais influências e o contexto histórico, político e social daquele momento.

O final da década de 1980 foi muito importante para os movimentos ecológicos, pois o termo desenvolvimento sustentável alcançou uma maior relevância e foi inserido como pauta nos objetivos dos governos e das ONGs, acordados por meio do relatório de Brundtland (PIERRI, 2001). O relatório de Brundtland, finalizado em 1987, trouxe grandes contribuições para o debate sobre a sustentabilidade, abordando-a em três dimensões: econômicas, sociais e ambientais. Assim como o relatório e as conferências apresentadas durante a década de 1980, a constituição da fundação também se iniciou naquele período.

Ao indagarmos sobre o processo de constituição da fundação, observamos que os debates políticos, entre os quais os ecológicos, estavam bastante presentes no cotidiano da população. De acordo com João, *“o começo da Fundação veio de uma ideia assim, isso era 1991 para 92: Londrina tinha uma cultura, na área da cultura, a gente tinha um forte movimento de teatro, um bom movimento de música. Mas a gente não tinha, por exemplo, os cursos universitários da área de artes. Só existia o curso de Educação Artística. Hoje, nós temos de Artes Cênicas, de Música, de Moda, vários outros, né? E não havia nenhuma estrutura - primeiro para o ensino de arte, principalmente para o ensino de arte com pessoas de baixa renda. Havia escolas de danças, mas particulares, as academias, que cobravam muito dinheiro, e tão pouco se produzia. A orquestra era o único grupo de artistas profissionalizados, os bailarinos não tinham profissão”*.

O cenário nacional foi marcado, nessa época, pela conferência realizada no Rio de Janeiro em 1992, conhecida como ECO 92, que trouxe grandes contribuições, como as Convenções do Clima e da Biodiversidade, a Agenda 21, a Declaração do Rio para Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Declaração de Princípios para Florestas (CORDANI; MARCOVITCH; SALATI, 1997). A fundação não estava diretamente ligada a esses debates, mas conectada à situação política e social vivenciadas naquele período. É o que comenta Lúcia: *“O momento político era bastante difícil. A gente tinha saído da ditadura há uma década mais ou menos, menos de uma década na época. A gente tinha uma situação social do país tenebrosa que era realmente muito ruim, de muito desemprego, de muito subemprego, de fome. Então, era uma situação bem caótica do país mesmo, bem, bem ruim. Nesse tempo, toda a situação mudou bastante, a gente vê pelo próprio atendimento, pela necessidade dos alunos”*.

Todo esse cenário político e social vivido naquele período no Brasil despertou nesses fundadores uma preocupação em como atender a classe da sociedade que não tem acesso à cultura e a recursos financeiros para sobrevivência básica. A ideia da criação da fundação, ainda que inicial, já foi se direcionando para o enfoque social. A atuação no campo das artes era um desejo de cada fundador. Todavia, para eles, o grande desafio era o de como proporcionar um encontro do sujeito com a arte de forma que potencializasse o acesso à cultura e a ampliação das relações sociais.

Em função de definir como foco atender à área social, com perspectiva de ampliação de atendimento às classes menos favorecidas, os fundadores optaram por criar uma organização do terceiro setor. De acordo com Lúcia: *“a ideia de partir para o terceiro setor foi primeiro poder ampliar a atividade de forma a atender um público que não tinha acesso e que a gente, enquanto privado, não conseguia também, atender essa demanda. E eu acho que a gente conseguiu isso com a criação da fundação, a gente conseguiu realizar isso que a gente pretendia”*. O caráter político presente na criação da fundação, com o objetivo de atender às necessidades sociais presentes na cidade, sem obedecer às regras do mercado, foi o fator principal na escolha de atuar com terceiro setor. A atuação da fundação no período, assim como outras organizações desse segmento, propiciou o “[...] início de uma nova era nos movimentos sociais e no engajamento de grupos da sociedade civil, principalmente norteados por ideais de esquerda, de forte influência marxista com aspirações políticas mais profundas” (LUZIO DOS SANTOS, 2014, p. 109).

Adotando uma visão mais progressista ao atender cada vez mais às classes menos favorecidas, a necessidade da criação de uma fundação se tornou real, pois, para os fundadores, o objetivo era atuar de uma maneira pela qual o Estado não conseguia atender e o mercado não tinha interesse. Para João: *“a grande questão do que a gente fez é que assim, por exemplo, se a gente na época onde foi uma resolução de conselho que se criaria a escola de dança e depois a de teatro e a companhia e tal e não sei o quê. Se a gente fosse criar essas duas primeiras estruturas dentro de uma coisa pública, você teria depois um engessamento. (...) E o fato da gente ter criado desta maneira, que na época era uma novidade ainda, nos deu a liberdade de usar recurso público, mas também não usar”*. A liberdade para utilização dos recursos, sejam eles públicos ou privados, proporcionou para fundação uma autonomia na sua destinação de acordo com sua política inclusiva. Esse ponto foi fundamental na escolha pelo modo de organização ligado ao terceiro setor, uma vez que desenvolver atividades artísticas dentro do sistema mercadológico atual provocaria um engessamento das atividades. Isso também dificultaria o propósito dos fundadores de colocar o sujeito como protagonista do projeto.

Em nosso entendimento, essa preocupação com o sujeito e a valorização dele no processo social é uma maneira de construir uma sustentabilidade social, mas com uma abordagem mais ampla do que aquela proposta por Sachs (2009).

Esse autor afirma que a preservação e acesso aos recursos materiais e não materiais proporcionariam alcançar “[...] um patamar razoável de homogeneidade social com distribuição de renda justa, emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais” (SACHS, 2009, p. 86). Para os entrevistados, tratava-se de uma atenção social que pudesse atender às necessidades dos sujeitos em suas dimensões subjetiva, cultural e relacional.

Outro ponto que contribuiu para a construção desse modelo social da fundação foi apresentado por um dos fundadores que, devido às suas vivências e experiências adquiridas com trabalhos anteriores, já havia acumulado uma prática nessa área. Diz Pedro: *“Quando eu conheci o lado social através da Acalon<sup>24</sup>, e era o que eu sempre queria perceber na fundação, então sempre teve algumas tentativas de incluir um trabalho mais voltado para o social sem perder as características do cultural. Então acabou ficando com essa missão ainda também junto comigo na fundação”*. Mesmo que a fundação pertença à esfera cultural, nota-se que os objetivos foram se constituindo a partir de uma preocupação com o contexto social mais amplo: *“Então, esse início aí, então você vê que o caráter social, ele sempre esteve implantado e acho que foi sim a principal razão da forma de fazer, atingir socialmente através da arte”* (Lúcia).

A fim de possibilitar o acesso à arte e mitigar alguns problemas de ordem social, a fundação começou a desenvolver suas atividades com uma perspectiva mais solidária e cidadã. É o que relata Lúcia: *“A gente começou a fazer a divulgação, a seleção; prontamente a gente viu que tinha um público grande até, maior do que a gente esperava. Mas, com muita dificuldade, que a questão não era só fazer aula. Eles na época tinham problema de alimentação porque as aulas eram diárias. A gente já criou um formato que é o que funciona, com pequenas alterações até hoje, que são as aulas serem diárias e você ter a criança. Naquela época a gente tinha muita preocupação de tirar as crianças das ruas, a gente tinha uma quantidade de crianças na rua enorme, criança no semáforo. Entendeu? (...) E a gente tinha uma capacidade de atender uma quantidade grande. Então, a aula tinha de ser diária, não só para a questão da qualidade da formação, mas para ocupação dessas*

---

<sup>24</sup>Associação da Criança e do Adolescente de Londrina foi um projeto da Escola Oficina de Londrina realizado no Conjunto Habitacional João Paz. O público alvo inicial era composto de crianças e adolescentes (7 - 17 anos) em situação real de rua mas, com o decorrer do tempo, ampliou suas atividades para aqueles que estavam em situação de risco.

*crianças todos os dias. Porque mesmo que a aula seja uma hora e meia, até a criança se deslocar até lá, até ela fazer a aula, até ela ir embora, você já ocupou um período. E a gente tinha essa dificuldade, então, no começo a gente tinha que buscar por lanches, a gente fazia sempre uma forma de conseguir dar um lanche. A Cativa<sup>25</sup> ajudava com leite pra que elas pudessem se alimentar, para aguentar fazer aula diariamente”.*

A sustentabilidade social “[...] teve como eixo central a pobreza e o incremento populacional” (FOLADORI, 2002, p. 108). Mesmo que ambos estejam diretamente relacionados com as dimensões econômica e ambiental, coloca em evidência um problema social significativo em nosso país, pois a mitigação da pobreza e o acesso a recursos básicos como alimentação e emprego são fundamentais para iniciar uma prática efetiva de sustentabilidade social. Ainda assim, cabe considerar que, embora todo indivíduo necessite de condições mínimas para sobreviver, não podemos pensá-las como absolutas, pois elas estão longe de serem satisfatórias e suficientes para construir uma vida multifacetada.

Mesmo com pouca informação sobre a área social, um dos principais focos da fundação era atender e sanar alguns pontos críticos, atravessados por questões políticas e sociais que apresentavam um alto índice de desigualdade social. Comenta Lúcia: *“Então era esse o contexto, ela sempre teve uma preocupação social. E, na verdade, também a organização social do país, a gente fazia intuitivamente, ah tem que ter alguém ali que é um profissional da área. Isso é mais recente, essa percepção de a gente incluir esse profissional, a gente ia fazendo... Não é do jeito que a gente achava, mas era do jeito que dava pra fazer”.*

A preocupação de ordem social, como, por exemplo, o grande número de crianças vivendo em situação de vulnerabilidade e desenvolvendo atividades nos semáforos da cidade, demonstra que a construção de práticas cidadãs foi um ponto crucial para os fundadores buscarem alternativas que proporcionassem a mitigação de parte das dificuldades sociais encontradas. O não reconhecimento da cidadania e da solidariedade como fundamentais na questão social proporciona um grande impacto negativo, pois “[...] ao eclipsar o sentido de solidariedade deixamos de perceber que tudo existe em relação e tudo nos afeta mutuamente: se uma parte vive mal, a outra também será afetada” (LISBOA, 2003, p. 242).

---

<sup>25</sup>Cooperativa agroindustrial localizada no município de Londrina, fundada por produtores de leite. Atualmente produz, além do leite e derivados, diversos produtos como sal mineral e ração.

O problema da desigualdade social não é apenas a criança na rua em situação de vulnerabilidade, mas os encontros que lhe serão oferecidos durante sua vida, que poderão resultar em desafetos pessoais e grupais, como a exclusão social. A busca pela mitigação da desigualdade social apresenta também outro ponto importante nesse debate social: a cidadania. Ela é exercida pela fundação à medida que esta considera relevante proporcionar vivências, experiências e oportunidades, por meio do campo das artes, para todas as pessoas, principalmente para aqueles que pertencem à classe menos favorecida da sociedade. Sobre isso, afirma Pedro: *“Eu acho que tudo isso de ter a fundação, de ter, do jeito que ela é hoje, propiciando que as crianças façam sua dança, o ballet, muitos deles sem pagar nada, o teatro tal... Acho que esse é um precursor também, pelo menos no meu caso [...]. Ter um lugar, uma escola de artes [...]. E principalmente que não fosse elitista, que não fosse, né? Que fosse dar acesso pra todo mundo”*.

A presença de práticas solidárias e cidadãs como processo de desenvolvimento social considera uma inclusão efetiva de todos os sujeitos, que resulta numa melhora das relações sociais, podendo potencializar não somente o corpo de cada sujeito, mas também o corpo da organização. Esse movimento, de acordo com os sujeitos entrevistados, é a principal ferramenta para potencializar grupos, pois permite a interação não só entre os alunos da fundação, mas também com a comunidade de Londrina e região. É o que relata João: *“Então o que a gente quer o tempo todo é isso: é fazer um processo em uma dinâmica de uma cultura... Produzir cultura para qualquer classe social, para qualquer nicho de pessoas, tentar abranger o máximo possível. Acho que essa é a grande questão da fundação, é ser uma coisa aberta mesmo. Primeiro, mudar o tempo todo. A gente não tem nada que fique parado no tempo. As coisas vão mudando ao longo do tempo e a gente vai adquirindo formas de contribuir para que a cidade se desenvolva na área da cultura e social”*. Cabe ressaltar que a arte precisa ser considerada um direito e, como tal, ser acessível a todo e qualquer cidadão.

O desejo de proporcionar facilidade de acesso à cultura é nítido desde a criação da fundação que, diante dos desafios políticos e sociais encontrados, seguiu uma corrente contra hegemônica, promovendo o acesso à arte para aqueles cidadãos pertencentes a uma classe menos favorecida. Assim, a fundação foi recebendo um maior número de pessoas sem distinção de classe, raça, sexo ou religião, recebendo cada sujeito com suas diversas múltiplas dimensões (CHANLAT,

1996), o que culminava na experimentação de novos encontros e afetos. Assim, para Lúcia, a fundação “*é cheia dessas histórias que vai criando redes de coincidências bacanas de gente que foi se agregando e também ajudando a construir esse sonho inicial*”.

Essa variedade de interações, vivências e experiências contribui para que o desenvolvimento de outras atividades da fundação promova novas conexões sociais. Disponibilizar ao sujeito possibilidades de encontros com o campo das artes consiste, para os fundadores, em respeitar a história subjetiva de cada aluno independente de sua escolha profissional. Comenta Lúcia: “*Todo esse povo que passou pela Fundação, evidentemente, a imensa maioria não virou bailarino, mas aprendeu, aprendeu diversas outras coisas, aprendeu na convivência. Ou foi ser técnico também, ou foi ser cenógrafo, iluminador ou outras coisas... Ou se tornou um bom público, um público fiel, um público que vê não só as nossas produções, mas vê as produções dos outros grupos da cidade, dos outros grupos que vem pra cidade*”. É possível constatar nessa fala que a fundação não tem por objetivo a formação profissional de artistas e sim possibilitar o contato e a experimentação da arte como maneira de sensibilizar seus usuários para essa dimensão da vida.

De acordo com os entrevistados, a fundação, desde os primeiros passos da sua constituição histórica, incrementou o debate social e crítico como prática a ser exercida por meio das artes. Os valores pautados pela cidadania e solidariedade foram os principais norteadores na construção desse modelo social a ser adotado e compartilhado com a cidade. Desta forma, o foco principal da fundação está em facilitar a todos os sujeitos o acesso à arte, proporcionando encontros e vivências que poderão ser estendidos para o próprio campo das artes como também para demais áreas de conhecimento e da existência de seus frequentadores.

## **6.2 Segundo eixo de análise: sustentabilidade social**

Este eixo teve como foco aprofundar o conceito de sustentabilidade social, abordando como ela é vivenciada na fundação bem como investigando a posição política dos fundadores diante dessa dimensão. Desta forma, os entrevistados responderam a questões relacionadas às práticas sociais no contexto local e em âmbito nacional, à importância das atividades para os alunos atendidos pela escola e ao papel da fundação como agente facilitador de acesso à cultura.

Como evidenciado no capítulo 2, o conceito de sustentabilidade é muito amplo e, por vezes, é restrito às dimensões ambiental e econômica. O modelo proposto por Elkington (2001) abordando a sustentabilidade em três dimensões (econômica, ambiental e social) traz consigo uma falsa ideia de existência de uma equidade. Entretanto, conforme já mencionado, essa igualdade “[...] não existe no mundo real”, uma vez que “[...] os argumentos econômicos muitas vezes tendem a ser mais convincentes e a classificação de prioridades é raramente um problema no contexto político” (LITTIG; GRIEßLER, 2005, p. 67). Torna-se muito comum, portanto, entender a sustentabilidade em um viés econômico ou ambiental, pois cada uma dessas dimensões já foi contemplada com pesquisas aprofundadas pela biologia, geografia e áreas relacionadas ao meio ambiente. A dimensão econômica, por sua vez, também tem uma base forte, estudada pelas ciências empresariais como administração, ciências econômicas e contábeis.

Esta visão da sustentabilidade que entende o econômico e ambiental como as principais dimensões foi apresentada na entrevista de um dos fundadores que relatou: *“Olha! Acho bacana um trabalho sobre a sustentabilidade na fundação, porém acredito que infelizmente não acontece a sustentabilidade de fato, pois não desenvolvemos nada focado no meio ambiente”* (Fragmento da entrevista com Lúcia).

Nota-se que a representação da dimensão social não tem uma consistência forte como as outras dimensões por ser pensada a partir de uma perspectiva de consultoria empresarial. Essa se vale de indicadores de métrica que geralmente atendem ao mercado, sendo difícil reconhecê-la no cotidiano das relações sociais, como ocorre com a dimensão ambiental e econômica. A análise da sustentabilidade social como conceito “[...] mostra que a seleção dos indicadores muitas vezes não é fundada na teoria, mas sim em um entendimento prático de plausibilidade e agendas políticas atuais” (LITTIG; GRIEßLER, 2005, p. 68). Pensar em indicadores que contemplem a sustentabilidade social resultou em uma fragilidade dessa dimensão, resultando em sua restrição aos índices de pobreza e desemprego. Isso está particularmente presente na realidade brasileira uma vez que “[...] a democracia política não resolveu os problemas econômicos mais sérios, como a desigualdade e o desemprego” (CARVALHO, 2008, p. 199).

Diante desse cenário, a dimensão social baseada em indicadores começou a ser pensada, em sua grande maioria, por meio dos índices estatísticos sobre a

geração de emprego e renda, associada ao crescimento populacional (FOLADORI, 2002). O grande problema dessas duas métricas (emprego e renda somado à demografia) é que ambas estão voltadas para as outras duas dimensões, que priorizam um ponto de vista econômico (inclusão social) ou ambiental (expansão do consumo e geração de resíduos).

Obviamente, abordar como necessidade social a geração de emprego e renda não está equivocado. Cabe considerar, no entanto, que o social vai muito além disso, podendo envolver também as noções de cidadania, solidariedade e sociedade civil. Assim, pensar nessas possibilidades que complementam a noção da dimensão social nos remete uma série de questionamentos, como, por exemplo, se seria possível estimular essas práticas dentro das organizações e de que maneira poderia ser exercida uma sustentabilidade social nas organizações. Partindo dessa perspectiva no contato com a fundação analisada, percebemos que, ainda que o discurso sobre a sustentabilidade e seus desdobramentos não seja claro e fundamentado por seus fundadores, essa dimensão é contemplada por esta organização.

Percebe-se que a preocupação com o social e o caráter solidário da vida em sociedade esteve presente desde a criação da fundação, como relata Lúcia “*Quando a Fundação começou, a gente tinha problemas muito sérios [...] então a gente tinha um problema da cidade há 25 anos atrás que era o que? Que volta a acontecer, uma quantidade infinitas de crianças na rua, crianças sem qualquer atividade. Então tinha também uma preocupação de não só fazer a fruição dos bens artísticos e culturais, mas de atender essas crianças mesmo, dentro da escola; porque enquanto estão na escola não estão na rua*” (Fragmento da entrevista com Lúcia). Pensar em uma fundação que tem como principal foco desenvolver atividades culturais também incluiu como finalidade o atendimento de uma demanda social de inclusão. Lúcia complementa: “*tinha essa finalidade sim! De unir a coisa pra solucionar outros problemas e oferecer a essas crianças. Como em muitos casos, a gente foi muito bem sucedido, de oferecer a elas também uma possibilidade profissional e construir a coisa de forma que todo mundo acreditasse que era realmente possível*” (Fragmento da entrevista com Lúcia). A perspectiva solidária contribui para uma nova forma de atender às demandas presentes nas relações sociais contemporâneas, pois:

[...] a solidariedade não é pura emoção, mas é também uma situação concreta que alimenta uma dimensão ontológica: como tudo está interconectado, também na vida social a reciprocidade é removível e faz parte da condição humana. Além do mais, a solidariedade humana é também atitude, compromisso político e ético com o destino comum que une a vida neste planeta (LISBOA, 2003, p. 245).

A solidariedade em parceria com a construção de valores éticos pode ser colocada como política social na busca pela equidade social, com redução da desigualdade social e da pobreza. A redução da pobreza vai além de uma carência material como a fome, pois existem outros tipos de limitações como, por exemplo, a pobreza de cultura, de conhecimento, de experimentações e afetações. Assim, o conceito da pobreza também pode ser “[...] o processo de repressão do acesso às vantagens sociais” (DEMO, 1994, p. 19).

Ao considerar essas outras esferas da pobreza, não desconsideramos que a necessidade básica deverá ser atendida de maneira prioritária. A empregabilidade e a renda garantem o suprimento dessas necessidades iniciais, mas, com isso ao menos parcialmente resolvido, outras dimensões também poderão ser consideradas. Essa característica é evidenciada dentro da fundação, como relata João: *“você tem que dar primeiro a possibilidade da formação do profissional, mas isso ainda é secundário, a grande questão é que você coloca ao longo do tempo milhares de adolescentes e de crianças sendo expostos a um trabalho que melhore a autoestima, desenvolve a capacidade crítica. Ele passa a entender que o mundo não é só posto de saúde, educação formal, asfalto, guarda, segurança. Mas ele também tem o direito a ter uma identidade cultural e, junto com isso, a gente acredita que tanto na área de teatro como na área de dança, a gente conseguiu contribuir muito”* (Fragmento da entrevista com João). Discutir solidariedade, cidadania, política e equidade são de extrema importância para a composição de uma sustentabilidade social. Ao inserir essas noções na constituição de uma dimensão social, evidenciamos o seu principal protagonista e responsável pela transformação social: o sujeito.

O sujeito que abordamos neste contexto é um ser ativo, reflexivo, simbólico, de desejo e de palavra e está em constante processo de mudança, sempre apto a viver novas experiências (CHANLAT, 1996). Considerar que cada sujeito possui potências que variam de acordo com as afetações e os encontros é fator fundamental na compreensão e efetivação de qualquer ação no campo social.

O foco no sujeito e a condução de ações que possibilitem o seu encontro com novas experimentações é algo realizado na fundação estudada. De acordo com o João, esta tem duas propostas, sendo a primeira *“dar a oportunidade, se for a sua vocação e o seu desejo, que ele tenha a possibilidade de se profissionalizar. Ele tenha a oportunidade de ter acesso à informação que leve ele a ser profissional. E outra é o acesso à informação. A informação, a sensibilização, a formação de um cidadão crítico, sobre todos os aspectos da vida dele”* (Fragmento da entrevista com João).

Desenvolver atividades que possibilitem uma formação profissional é de extrema importância, porém, compete ao sujeito, de acordo com sua história afetiva e relacional, se posicionar criticamente diante das possibilidades com as quais se depara. Para João, *“a grande questão de você fazer um projeto sociocultural é essa: é você não ter a questão de que você trabalha para formar profissional. Eventualmente você forma, isso a gente faz, mas o grande segredo é que você vai dar oportunidade para todo esse povo ter um outro nível de esclarecimento, outro nível de conduta”* (Fragmento da entrevista com João).

Lúcia vai na mesma direção, mostrando que a grande contribuição da fundação é *“trabalhar com essas pessoas na questão da formação artística, da ampliação dos horizontes, do pensamento, da criatividade, que vai afetar esse ser humano em diversas dimensões, como a autoestima, como o seu comportamento, a respeitabilidade com o próximo, a arte e a cultura ela trabalha um pouco nessa dimensão”* (Fragmento da entrevista com Lúcia).

Como essas questões são de ordem relacional, Lúcia esclarece que o grande desafio é a mensuração de resultados que o mercado exige. Diante disso ela relata: *“Eles querem ver números! Então, você trabalha também na perspectiva de fazer com que essa atividade, além de cumprir o seu lado exclusivamente social, ele possa dotar essas pessoas de capacidades profissionais. Por que não? Né?! Então, o pessoal vai ser bailarino, vai ser ator, ou vai ser um técnico de luz, ou qualquer coisa. Ou não vai ser nada disso, vai ser um público, um bom público, um bom apreciador, com uma dimensão de arte diferenciada, capaz de tornar a atividade artística, a frequência da atividade artística, uma constante na sua vida. O que é difícil, quanto mais distante economicamente, menos frequente, menos tem acesso, menos tem interesse. Porque as questões de sobrevivência se sobrepõem a isso”* (Fragmento da entrevista com Lúcia).

Para possibilitar o acesso da classe menos favorecida à arte, a fundação desenvolve “*vários projetos importantíssimos que trabalham com gente simples, o ‘Música nas escolas’, ‘FACES de Londrina’, ‘Um canto em cada canto’, escola de dança, escola de teatro. São projetos que trabalham com um pessoal que não teria acesso*” (Fragmento da entrevista com João). Pensar em alternativas que facilitem o acesso à arte para pessoas menos favorecidas no contexto político atual é fundamental “*porque educação, a gente tá passando por um processo de novo né, de desmonte disso. Mas a formação artística, ela é fundamental para humanização do ser humano, do próprio ser humano, entendeu? Para as relações de sociabilidade, de cordialidade, de respeito, de diferença, de tudo o que acontece numa escola. Você imagina o que é uma escola que tem mil alunos, rico convivendo com pobre, o branco com o negro, o homossexual com aquele que não é homossexual e a coisa tendo que rodar, né? (Risos) Então é essa vivência, sabe? Trazer um avanço nas relações humanas. E que em última instância é o que gente quer que, através da arte, a gente consiga resgatar pessoas que estão fora desse mundo artístico, do que se produz. E que mais do que assistir, elas possam fazer se tiverem vontade, elas possam também fazer parte disso, ter o contato*” (Fragmento da entrevista com Lúcia).

Além das noções de respeito e solidariedade, a cidadania também tem um papel importante, pois inclui direitos universais promulgados em lei e que deveriam ser garantidos a todos. Ela é “[...] uma afirmação de igualdade, equilibrando-se direitos e deveres dentro de certos limites. A igualdade é formal, garantindo a possibilidade de acesso aos tribunais, legislaturas e burocracias” (VIEIRA, 2001, p. 35).

O exercício de cidadania não resulta em uma igualdade completa, mas contribui para o aumento dos direitos da classe menos favorecida em relação à classe dominante. Para a fundação aqui analisada, colocar classes sociais distintas em contato direto, além da solidariedade e do respeito ao sujeito, leva à prática da cidadania, sendo este um fator determinante. Pedro argumenta: “*a gente tem que pensar que a arte, cultura e tudo isso é um direito, tá?! Então, por isso que a gente não tem um foco só naquele que quer ser ator, porque é um direito de todo mundo querer experimentar, fazer o teatro, ir se apoderar dessa linguagem de uma forma que vá ajudar na vida dela. Isso é fato dentro da escola. A gente teve com sucesso muitos atores que seguiram uma carreira de atores e tão acontecendo. E a gente*

*tem muitas pessoas que seguiram outras carreiras, mas que teve uma ajuda imensa aqui naquele período que passou aqui na escola, pra reformular a vida. Então, eu acho que primeiro é um direito. Então, o objetivo é ampliar mesmo esse acesso. E que as pessoas tenham o direito a experimentar essa linguagem, ao benefício que isso faz, inicializar aquele quer realmente ser ator” (Fragmento da entrevista com Pedro). Para Lúcia, considera-se “o direito e o dever da fruição desse acesso, fazendo com que o artístico chegue nas diversas camadas sociais, chegue a quem tiver interesse ou a quem a gente ache que precisa, tem mais necessidade de ver, no sentido de, tem pouca oportunidade, entendeu? Se a gente não chegar lá, ninguém vai chegar lá. Não é a mesma coisa de quem tem o recurso e não vai por... uma opção” (Fragmento da entrevista com Lúcia).*

Pensar em ações efetivas que atendam a sustentabilidade social requer o reconhecimento desse sujeito, com suas múltiplas dimensões, como o principal agente da transformação social. Portanto, faz-se necessário criar espaços de atividades que possibilitem novas experimentações, que potencializem o corpo desse sujeito, independente de um resultado profissional. Ao desenvolver essas atividades que proporcionem novas experiências para esse sujeito, a Fundação promove novas articulações e relações sociais no contexto em que esse sujeito está inserido. Para Pedro, a fundação acredita “*que é necessário que as coisas comecem a criar núcleos de base para se fortalecer. Não adianta você fazer uma instituição que atenda 100 crianças. É uma mentira! porque cada vez o que mais precisa é o atendimento individualizado, cada vez mais*” (Fragmento da entrevista com Pedro). Ele acrescenta: “*cada vez mais não atendendo o macro. A gente precisa cada vez mais atender em todas as situações sociais. Precisam ser atacadas, precisam ser revistas, reconstruídas para um bem geral. Cada vez mais eu acho que tem ser no individual sabe? Você ter o mecanismo de atender pouco, de criar núcleos que se fortaleçam, que se dividam e que, por exemplo, era a intensão ou é a intensão junto o núcleo da Zona Leste: você trabalhar com um número x, que já se fortaleceram, que já começam a ver a necessidade de mudança daquele entorno, o entorno já percebe que eles estão mudados, né? Então isso vai construindo*” (Fragmento da entrevista com Pedro).

A importância das organizações desenvolverem ações que contemplem uma dimensão social, que considera o sujeito como agente principal da transformação e com base nos conceitos de cidadania e solidariedade, tem se mostrado cada vez

mais importante. Ainda mais sabendo que o mercado não tem interesse nesse tipo de iniciativa e que o Estado não tem conseguido suprir essa carência. Para Lúcia “o poder público está cada vez mais distante do social. O social é uma coisa que gasta muito pouco, na verdade, mas não dá dinheiro pra ninguém, entendeu? Não tem grande empreiteira envolvida no negócio, não tem. É um povo que vai se tornando crítico, que dá “problema depois”, porque fica mais questionador. Então, você vê que nesse momento que o país vive, quem é que tá sendo atingido? Né? Com quem eles estão preocupados? [...] Então tem, isso tem uma razão de ser: o ataque à arte e à cultura. Não é de graça! É porque é quem tá dando trabalho pra eles né? Então, é um cala boca geral. Nessa forma de estimular o pensamento conservador, a arte é uma coisa subversiva. No pensamento popular pegar por esse lado, aí é contra a família, ah e não sei o que, ah! O seu filho vai ser gay... Seu filho não vai poder escolher se é menino ou menina, enfim” (Fragmento da entrevista com Lúcia).

As ações desenvolvidas para a manutenção desse pensamento conservador é “[...] apenas um sintoma do reacionarismo moral misturado com ignorância tosca de parte da nova direita do país” (BOSCO, 2017, p. 8). O ataque apresentado ao campo das artes “[...] têm como objeto discursos preconceituosos, isto é, que atentam contra uma liberdade individual, na medida em que procuram estigmatizar ou criminalizar identidades ou formas de vidas periféricas à centralidade branca, masculina, heterossexual, cristã, cisgênero” (Idem, p. 8).

As atividades de cunho artístico possibilitam as mais diversas afetações que resultam no estímulo a um pensamento crítico, por meio da experimentação, que pode transformar o indivíduo em questionador do que ocorre à sua volta. A proibição ou restrição do acesso à arte crítica, conforme apresentado recentemente no Brasil com o fechamento de exposições e ataque aos museus, viola o direito à cidadania e à equidade, uma vez que todo cidadão tem direito garantido de ir e vir, incluindo aí a experimentação no campo das artes. Para isso, entretanto, o Estado precisa criar condições e ações, por meio de políticas públicas que estimulem o desenvolvimento do corpo social, envolvendo, para além da geração de emprego e renda, como por exemplo, o acesso à educação, à saúde e, no caso defendido por esta pesquisa, às produções artísticas. Possibilitar esse acesso implica empoderar o sujeito, uma vez que ele poderá utilizar o pensamento crítico como uma espécie de resistência.

Ao contrário do pensamento conservador que busca privar o acesso e estigmatizar o campo das artes, o Estado pode atuar no sentido de apresentar ações

de acesso de maneira democrática, possibilitando o diálogo entre as áreas de conhecimento e as classes sociais. Nesse caso, teríamos garantido pelo Estado:

[...] liberdade para a escola, liberdade para a universidade, liberdade para os artistas, liberdade de opinião, liberdade de crítica, liberdade de imprensa, liberdade de antena, etc. Todos esses são espaços que fazem parte não do mundo econômico, mas sim no âmbito informativo e cultural-formativo de um país (BEUYS, 2006, p. 302).

Com a realidade atual do país, no contexto político principalmente, essa consideração do social tem se tornado cada vez mais distante e as organizações voltadas para o mercado também se mostram desinteressadas em atender essa dimensão. Para Lúcia *“essa questão é muito importante de ser cumprida e, como o poder público não o faz, uma boa parte disso, no país todo, na verdade no mundo inteiro, acaba sendo cumprido pelo terceiro setor, por essa via aí. (...) Então eu acho que, quando a gente fala de social, eu falo muito da arte e da cultura porque é o que a gente trabalha, mas tudo que envolve o bem-estar do cidadão tinha que ser provido aí de maneira pública, como tá escrito (Risos) nas escrituras da constituição! Então, tem todo um suprimento das necessidades básicas, psicológicas, de formação, de lazer, que são atividades que a pessoa tem direito de realizar, de usufruir. É por isso também que acho que, muitas vezes, quando a gente fala de terceiro setor, várias dessas coisas são feitas juntas: ir assistir a um espetáculo é um atividade artística cultural, mas é um lazer também, em alguma instância, para o público”* (Fragmento da entrevista com Lúcia).

Com o intuito de atender a uma camada da sociedade na qual o mercado não tem interesse e o Estado tem se mostrado cada vez mais distante, é que se fortalecem as organizações do terceiro setor, como o caso da fundação aqui analisada. Nela, busca-se amenizar essa desigualdade social de acesso por meio da arte e da cultura, mas também pensando em outras práticas sociais. Lúcia relata que *“toda prática social que leva a um bem-estar mesmo, individual e coletivo, é uma prática necessária. Seja ela dentro do âmbito cultural e artístico, seja ela dentro de um atendimento através do serviço social, de um monte de situação de defesa das suas questões individuais. Então, esse aporte, esse conjunto de coisas que devem ser oferecidas, normalmente é realizado pelo terceiro setor, pela própria conveniência de o Estado se manter distante desses debates, dessas situações, da*

*evolução do pensamento, do questionamento e etc.*” (Fragmento da entrevista com Lúcia).

Nota-se, pelos depoimentos dos entrevistados e pela investigação teórica, que as organizações do terceiro setor têm apresentado novas perspectivas para lidar com os problemas encontrados no contexto contemporâneo, principalmente aqueles de cunho social. O caso aqui estudando é um exemplo de iniciativa que desenvolve ações sociais e culturais para a cidade de Londrina e região.

Desta forma, ela desenvolve projetos que atendam ao maior número de pessoas possível, principalmente os pertencentes às classes menos favorecidas. Ela entende que as necessidades básicas do sujeito devem ser supridas e que, apesar de a geração de emprego e renda ser um fator primordial para o desenvolvimento sustentável, não se reduz a isso. Os fundadores reconhecem que o sujeito possui múltiplas dimensões e que suas necessidades vão além de comer, beber, vestir e dormir.

A fundação identifica que o sujeito tem direito a novas experimentações e afetações que a arte pode proporcionar, independente do resultado final desse contato com a fundação. Tornar-se um profissional da arte ou não é o menos relevante. O importante é que ele tenha o acesso a essa linguagem cultural e se reconheça como o principal protagonista da dimensão social.

Buscando entender a contribuição da arte para promover transformações sociais, passaremos à análise do terceiro eixo. Nele será possível encontrar a dimensão cultural da sustentabilidade, levantando como pode ocorrer o acesso à arte por parte da comunidade, as dificuldades encontradas na execução de projetos artísticos e a importância do social e cultural para a fundação.

### **6.3 Terceiro eixo de análise: sustentabilidade cultural**

O debate da questão social foi inserido na sustentabilidade no final dos anos 1990 (COLANTONIO, 2007). Mesmo após duas décadas, essa dimensão carece de aprofundamento por meio de teorias, debates e práticas efetivas. Para iniciar uma discussão sobre o social, é necessário reconhecer quem é o seu principal protagonista, agente dessa transformação: o sujeito.

Tal como visto no capítulo 2, o sujeito é composto por diversas dimensões (CHANLAT, 1996) e está em constante movimento, pois a todo o momento ele se

conecta com novos encontros, vivências, experiências, que vão construindo subjetividades (MANSANO, 2009). Para pensar em uma sustentabilidade social efetiva, cabe tomar em consideração essas afetações, que potencializam os corpos e que, ao se manifestarem, contribuem para o fortalecimento das relações sociais.

O objetivo deste terceiro eixo consiste em dar visibilidade e analisar a dimensão cultural da sustentabilidade e entender qual a contribuição da arte para promover transformações sociais concretas. Neste eixo, foi solicitado aos entrevistados que respondessem questões que problematizavam o acesso à arte para a comunidade, a atuação da fundação no contexto local, as dificuldades encontradas na execução de projetos artísticos e a importância do social e cultural para a fundação.

Desta forma, é de extrema importância entender a relação do sujeito com a cultura e a arte e analisar como esta última pode proporcionar encontros, experiências e vivências que contribuam para potencializar cada corpo. Tal potencialização fortalece o corpo social, uma vez que esse sujeito possui uma relação direta com a cultura e a comunidade em que ele está inserido.

Como desenvolver uma sustentabilidade cultural dentro de uma fundação de cultura? Acreditamos que o primeiro passo nessa direção consiste em entender o conceito de cultura, uma vez que este foi ganhando vários sentidos ao longo da história. Como abordado no Capítulo 3, para Guattari e Rolnik (1996), o conceito de cultura possui três categorias: cultura-valor, cultura-alma e cultura-mercadoria.

A cultura-valor é aquela que classifica as diversas classes sociais por seu nível de acesso aos valores culturais, ou seja, ela é “[...] um julgamento de valor que determina quem tem cultura, e quem não tem: ou se pertence a meios cultos ou se pertence a meios incultos” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 17). A cultura-alma é aquela que apresenta a esfera da cultura em níveis heterogêneos, nos quais “[...] a cada alma coletiva (os povos, as etnias, os grupos sociais) será atribuída uma cultura” (Idem, p. 18). Já a cultura-mercadoria é mais objetiva, pois ela é uma “[...] cultura que se produz, se reproduz, se modifica constantemente” (Idem, p. 19). Ela consiste em classificar os níveis de cultura da cidade, número de livros e filmes produzidos, por exemplo.

As três categorias resultam em uma possibilidade de manipulação dos bens culturais com finalidades econômicas, uma vez que elas apresentam modos fixos de representar a cultura. Os autores assinalam que a “[...] cultura não é apenas uma

transmissão de sistemas de modelização, mas é também uma maneira de elites capitalísticas exporem [...] um mercado geral de poder” (Idem, p. 20).

Pensar no conceito de cultura no qual se fazem presentes diferentes valores, normatizações e classificações, em alguma medida, se confronta com o campo da experimentação das artes, pois este não pode ser categorizado e muito menos classificado. A arte, como experimentação, tem objetivos que caminham em sentido diferente daquilo que a fixa em um simples valor monetário, pois ela requer uma participação do sujeito que, ao entrar em contato com suas produções, pode ser afetado de diversas formas.

A fundação cultural aqui estudada tem como objetivo possibilitar a experimentação e a vivência dos sujeitos no campo da arte, principalmente com as atividades de ballet e teatro. Colocar em prática uma sustentabilidade que atenda à dimensão cultural ultrapassa os limites dos termos reacionários (GUATTARI; ROLNIK, 1996) da palavra cultura, pois o acesso ao campo das artes pode atingir a todas as classes da sociedade, não apenas a uma classe favorecida, normativa e elitista.

De acordo com os dados do IBGE, apresentados pelo Ministério da Cultura – MinC (2010) e tratados no Capítulo 4, 92% dos brasileiros nunca frequentaram museus, 93% nunca foram a exposições de arte, 78% nunca assistiram a um espetáculo de dança e 92% dos municípios não tem cinema, teatro e museu. Percebe-se, por esses dados, que o acesso à arte está limitado a uma classe socioeconômica privilegiada. Essa dificuldade em possibilitar o acesso à cultura também ocorre na região de Londrina, como relata Lúcia: *“O acesso à arte para a comunidade é sempre complicado, sempre é restrito. Mesmo que a gente tem, se a gente falar de teatro e dança, a gente tem uma situação completamente diferenciada do que é a maioria dos municípios do resto do país. Você atendendo as dimensões que a gente atende: permitir, fazer de verdade essa fruição, é uma coisa muito diferenciada. Mas se você pegar, por exemplo, a área que a gente não atua, a música, as artes plásticas, é complicadíssimo o acesso! É muito complicado!”*

Pedro fortalece a posição de Lúcia e relata: *“as pessoas que têm acesso à arte... É muito pouco! A gente, de repente, se a gente for pensar em termos de todos os trabalhos, não só os da Fundação, mas todos os trabalhos com esse envolvimento, talvez não atinjam 5% da população, diretamente, de ir a um espetáculo. E mesmo contando, por exemplo, eventos de cunho mais comercial,*

*como shows que vem de cantores grandes, ainda assim, a gente não atinge isso. Isso é muito triste, numa cidade que é muito rica de artistas, de músicos, de bailarinos e de atores. O que acontece? Então, a única coisa que vem à cabeça sempre é como conseguir atingir mais pessoas pra gente realmente ter a certeza que as pessoas pelo menos experimentaram?"*

Os dois depoimentos anteriores mostram que pensar politicamente em uma sustentabilidade cultural implica, primeiramente, possibilitar o acesso à arte a todas as pessoas de uma cidade, principalmente das classes menos favorecidas. Reconhecer a importância da arte como experimentação, afetação e transformação dos indivíduos vai muito além de ser o objetivo de uma fundação. Faz-se necessário discutir, abordar e garantir esse acesso por meio de políticas públicas, pois "[...] não podemos mais falar em obra de arte sem ver nela um problema estético [...]. Do mesmo modo, ética e política não ficam de lado na experiência com as obras" (TIBURI, 2017, p. 12).

A importância da fundação analisada como agente facilitador do acesso à arte para a comunidade de Londrina e região é de extrema importância. Porém, quantos municípios há no estado do Paraná que contam com esse tipo de iniciativa? E nos outros estados brasileiros? É possível uma fundação de cultura contribuir para o desenvolvimento social e cultural? Essa atuação da fundação na comunidade tem apresentado resultados que, de acordo com Lúcia, são positivos e atendem essa demanda: *"É surpreendente! Que hoje assim numa estimativa são pouquíssimas as pessoas que vão te dizer que não conhece a Fundação, não têm um amigo, um irmão, um vizinho, um amigo da escola, que estuda na Fundação, o povo já aprendeu. A gente está muito enraizado mesmo na comunidade. Isso já ficou evidente em vários momentos, a gente já falou disso também, mas de necessidade política como eu já te falei várias vezes, quando se quis ter uma ingerência dentro da instituição da reação da comunidade, do apoio da comunidade, como financeiramente, nas questões onde a gente faz campanha pra arrecadar dinheiro pra fazer o teatro e tal, então você vê que tem uma resposta "sim" da comunidade, tem uma confiabilidade da comunidade".*

Desenvolver atividades que possibilitem a experimentação no campo da arte, incluindo as pessoas menos favorecidas, potencializa e fortalece as relações sociais, pois a arte tem um caráter político, inclusivo e integrador que não faz distinção entre os indivíduos que entram em contato com ela. Assim, por ser de interesse coletivo:

[...] o acesso à arte (produção e consumo) deve ser democratizado sem privilegiar modelos predeterminados, sendo a participação popular e a autogestão dos processos artísticos elementos centrais para a democratização da arte. Cabe ao estado criar condições, estimular, enfim, garantir a participação popular e auto gestão dos processos artísticos (PIAU; FUSCALDO, 2012, p. 47-48).

A participação do Estado em criar canais facilitadores para estimular o acesso da população às atividades artísticas se faz presente tanto na esfera federal como na estadual e municipal. Todavia, está longe de ser satisfatória. Para Lúcia, o papel do Estado é *“péssimo! Papel vergonhoso do Estado! Aqui em Londrina a gente tem duas situações: a Fundação e o Programa de Incentivo Municipal à Cultura e só! O dinheiro está nesse Programa Municipal de Incentivo, que é ótimo, o PROMIC, mas que não precisava ser só ele; o Estado tinha que pensar a cultura. Quando eu falo em Estado, todas as instâncias, ele não faz isso, ele não se preocupa com isso, quando faz é de uma forma mais no sentido lazer, do que a gente estava falando, promove um show lá, aniversário da cidade sei lá, natal (Risos) essas coisas! Mas não tem essa preocupação. Tem uma preocupação de oferecer lazer, não cultura pra população. O governo do Estado, nós passamos muito tempo sem ter editais de financiamento de nada do Estado, sem ter ação efetiva mesmo, um abandono total”*.

Essa insatisfação e esse descontentamento para com a realidade cultural do Brasil vêm acontecendo há alguns anos, tendo se agravado desde o ano de 2016, com a substituição da presidenta da república pelo seu vice, cujas principais ações levaram a perdas no campo das artes. Para Tiburi:

Não há nada de muito surpreendente no que vivemos hoje no Brasil, tendo em vista que o cenário é de autoritarismo e não de democracia. Jogos de poder envolvendo as artes fazem parte da história. Mas a postura pela qual a imposição de ideias impede o diálogo sobre elas resume nosso momento (TIBURI, 2017, p. 12).

Nota-se, assim, que a arte passa por um momento de fragilidade no cenário atual, pois ela vem sendo atacada constantemente por grupos com interesses políticos voltados para o conservadorismo e a manutenção do capitalismo. Desse modo, é relevante a:

[...] consideração de que ataques às exposições de arte e eventos acadêmicos representam uma mudança de estratégia por parte de movimentos financiados por interesses capitalistas globais [...] Esse

âmbito se tornou alvo preferencial dos ataques porque, há séculos, em todo o Ocidente, ele cultiva a reflexão e o pensamento crítico e, se se quer particularizar para a história recente brasileira, na resistência ao referido golpe, os artista e intelectuais constituíram um dos grupos politicamente mais ativos (DUARTE, 2017, p. 26).

Juntamente com os acontecimentos ocorridos recentemente no país, como os ataques a exposições, museus e manifestações artísticas, bem como a ação e o engajamento dos grupos de artistas politicamente ativos, questionamos a falta de investimento no campo das artes: tal falta se deve ao fato de o governo não considerar o impacto positivo do acesso à arte para o desenvolvimento crítico e sensível da população ou pelo fato de sua preocupação ser precisamente manter o sujeito apenas como massa de manipulação? Outro ponto a ser analisado é a posição dos partidos políticos não progressistas, que apresentam um desinteresse em desenvolver políticas no campo das artes, como acontece no estado do Paraná.

A realidade municipal, de acordo com o relato de Lúcia, tem se mostrado diferente da esfera estadual. O governo municipal tem se mostrado, ao longo dos anos, preocupado com a situação, mas as ações desenvolvidas na cidade, estando condicionadas somente à esfera municipal, dificulta a ampliação do acesso de mais projetos para a comunidade. De acordo com João, *“Londrina é uma ilha. Nós temos uma política pública de cultura que vai aí há mais de 25 anos também. E ela foi evoluindo, mudando, tropeçou, mas ela não parou. Não houve problema de solução de continuidade. Na esfera estadual a gente tem uma total ausência. Não há nada. De um tempo pra cá, com o agravamento dessa crise política, social e econômica que a gente vive, o governo federal também saiu de campo. Então, a gente tem dificuldade de financiamento, dificuldade de circulação, dificuldade no intercâmbio, pouca possibilidade de melhorar o investimento. Desde o ponto de vista de formação docente, espaço físico. Volto a dizer, a gente ainda tem uma cidade que tem. E normalmente outros estados, como é o caso de São Paulo, por exemplo, você tem claramente dois mecanismos: o mecanismo das cidades e um mecanismo público estadual. Esse mecanismo público estadual nunca se desenhou até aqui, e o federal se retirou particularmente do começo do governo da Dilma, ele só foi piorando até agora que inexistente”*.

Embora criticadas as atuações na efetivação de programas que incentivem a manifestação artística, a esfera estadual e a federal possuem leis de incentivo para promover, estimular, proteger e valorizar as manifestações culturais no estado e no

país, como por exemplo o PROFICE no Paraná e a lei Rouanet no Brasil. Elas funcionam por meio de uma política de incentivos fiscais que permite que a pessoa jurídica e a pessoa física apliquem parte do seu imposto de renda em ações culturais.

Sobre a lei Rouanet, Lúcia relata: *“Eu sinceramente gosto da Lei Rouanet, eu acho que ela tem problemas, quando você fala assim “ah! Mas, não precisa financiar, sei lá, Claudia Leite!” Nós também achamos que não. Todos os artistas são contra isso. Artistas que precisam da Lei Rouanet. Lógico que não! Agora, vamos fazer um aditivo lá na lei, sei lá (Risos), um parágrafo lá que diga, que esclareça isso, que os artistas consolidados já, eles não têm necessidade de receber isso”*. Um dos principais problemas da Lei Rouanet está na autonomia atribuída ao mercado (empresas) em destinar seus recursos para a arte que lhe interessa. Isso leva a uma crescente mercantilização da cultura, atendendo apenas aos interesses econômicos. Apesar dos apelos mercadológicos da indústria cultural, a:

[...] ideia de que obras de arte devem ser entretenimento, de que as artes devem apenas embelezar o mundo ou agradar às pessoas, as artes persistem com seus poderes complexos, realizando sua função metafísica essencial, a de nos retirar do imediato, do óbvio, de nos fazer sentir e pensar o que não está regulamentado e, assim, expandir nossa subjetividade no sentido de uma autorreflexão crítica (TIBURI, 2017, p. 30).

Quando um país concebe a arte por uma lógica do mercado está caminhando em uma direção que buscará extrair da arte uma maior rentabilidade, pois o mercado a glamouriza, viabilizando uma sedução para seu consumo e, conseqüentemente, favorecendo o seu sucesso comercial. Abordar a arte a partir das regras de mercado coloca o objeto ou ação artísticas como meras mercadorias. Essa lógica caminha na contramão do objetivo da arte que defendemos neste trabalho, pois, de acordo com os autores aqui estudados, as práticas artísticas consistem em:

[...] atualizar sensações, trazê-las para o visível e o dizível, produzir cartografias de sentido, e que a sensação é a presença viva no corpo das forças da alteridade do mundo que podem passar e levam à falência as formas de existência em vigência, podemos afirmar que atualizar essas forças é “socializar sensações”, comunicando a um coletivo as novas composições de forças que o afetam e o fazem derivar para novas configurações (ROLNIK, 2003, p. 85).

Assim como o capitalismo tem, como suas principais características, a competitividade e o acúmulo, com a conseqüente produção de desigualdade, ao dar

autonomia ao mercado na destinação de recursos públicos para o campo das artes não é diferente. Necessariamente, leva os projetos artísticos a uma competição pela contemplação dos recursos que, na maioria das vezes, é desigual. Lucia relata que *“diferente do PROMIC onde você tem a aprovação e a prefeitura aporta o recurso no seu projeto, na Lei Rouanet você tem que captar. Eu vou pedir pra um empresário pelo ballet de Londrina e a Claudia Leite pra ela. Qual é o que o empresário vai financiar? Não tenho condição de competição, você entende? Então, isso não é interessante pra nós! Essa, não acho uma palavra, mas é uma degeneração da lei que aconteceu, ela não é interessante pra ninguém. Agora, também não é interessante que acabe. Tem que corrigir, não precisa matar a vaca para acabar com os carrapatos, sabe? Mata os carrapatos! Porque é importante! É importante sim como financiadora ou ela é mais importante ainda, que como a gente conseguiu fazer aqui em Londrina, que a lei Rouanet se transformasse num financiamento direto federal, então você aprova o projeto e dá o dinheiro, estabelece lá um montante”*.

O acesso a esses programas é cada vez mais competitivo, pois são exercidos através de uma lógica de mercado. Todavia, o fato de esses programas não atenderem de maneira satisfatória não deve ter como consequência lógica sua extinção; há a necessidade de formular novas políticas públicas que garantam o acesso de todos a esse tipo de financiamento. É aí que a dimensão política da sustentabilidade cultural ganha consistência: pensar em novas estratégias de gestão para tirar o poder de decisão do mercado, uma vez que o valor investido é de impostos, ou seja, dinheiro público. Para desenvolver ações que busquem mitigar essa desigualdade na produção e no acesso à arte, é relevante entender o contexto contemporâneo das novas formas de organização social e das dimensões dos sujeitos que compõem o corpo social, pois nas novas formas:

[...] dominantes de produção que agora envolvem informação, códigos, conhecimento, imagens e afetos, por exemplo, os produtores requerem cada vez mais um alto grau de liberdade, assim como o livre acesso comum, especialmente em suas formas sociais, a exemplo das redes de comunicação, dos bancos de informação e dos circuitos culturais (HARDT; NEGRI, 2016, p. 10).

Com relação ao poder das organizações capitalistas de definir a qual projeto deverá ser destinado o recurso, na visão de Lúcia, está presente outro equívoco:

*“Você faz cortesia com o chapéu dos outros! O empresário aparece, mas na verdade quem está pagando somos nós! O dinheiro público! Então, por que não o dinheiro público patrocinar diretamente, que é o que foi feito aqui? Aí você monta as comissões, seleciona os projetos, financia e acaba com isso, por exemplo. Mas, a Lei Rouanet é uma via, e eu acho que até em nível federal tem alguns programas que são ponto de cultura. Aconteceram algumas coisas que eram bastante estimulantes aqui em Londrina, inclusive teve desses facilitadores de recursos federais, mas precisa ser numa dimensão muito maior, o orçamento da cultura é sempre muito pequeno, não existe essa compreensão. Mesmo num governo de “esquerda” que a gente imaginava, esquerda entre aspas, mas que a gente imaginava que fosse ter um aporte, uma sensibilidade maior. Teve, não dá pra falar que não, mas não chega nem perto do que, sabe? Seria necessário mesmo. Então o poder público, ele se esquiva disso! E a gente tá num nível de coisas que, sabe, a gente vê o governador falar que o que importa são as obras, e o que importa são as obras mesmo, entendeu? E desde que elas não sejam nem de teatro, nem de Universidade! (Risos) Outras e outras obras!”.*

A má gestão dos recursos destinados para políticas que contemplem atividades de manifestação artística implica a dificuldade de desenvolver atividades em âmbitos local e regional. Outro ponto é que, se a tomada de decisão ficar sob o domínio do mercado, aumenta o índice de exclusão de projetos menores ou até mesmos iniciantes de desenvolverem suas atividades, pois eles representam uma menor visibilidade de mercado.

Questões que atendam ao desenvolvimento cultural poderiam ser foco, inicialmente, do Estado na elaboração de políticas públicas que consigam ampliar as ações para um maior alcance da população, principalmente as excluídas socialmente. Além do Estado, as organizações que visam a uma sustentabilidade cultural também poderiam adotar ações que estimulassem a ampliação desse acesso, adotando uma postura que ultrapasse a visão tecnicista e reconhecendo os indivíduos como seres de múltiplas dimensões. Assim, já não cabe mais enxergá-los como meros recursos à disposição do mercado.

A importância em reconhecer a subjetividade e as dimensões que compõem os indivíduos no contexto organizacional são fatores primordiais na busca pela sustentabilidade social e cultural, pois as organizações contemporâneas “[...] exercem influência cada vez maior sobre as condutas individuais, sobre a natureza,

as estruturas socioeconômicas e a cultura, o que as leva a se transformar em elementos-chave das sociedades, contribuindo dessa forma a edificar uma ordem social mundial” (CHANLAT, 1996, p. 40).

A fundação aqui analisada, no intuito de contribuir para uma efetiva dimensão cultural, desenvolve projetos para atender o maior número de regiões e comunidades da cidade, proporcionando o contato com a arte e as experimentações para o maior número de pessoas. Para João, o principal fator do desenvolvimento cultural é o “... acesso! *Você criar, claro que você não vai atingir todo mundo. Eu falo sempre que o sonho seria que cada cidadão dessa cidade ter sido tocado pelo projeto. Mas, apesar de não ser possível isso, isso ser utópico, a gente tem a possibilidade de dar a oportunidade que as pessoas se aproximem e recebam informação tanto das atividades de ensino como nas atividades de fruição: de assistir os espetáculos, de estar, discutir coisas. Acho que é a grande questão, você a partir daí, você contribui com uma sensibilização das pessoas como um todo. É! Seria fantástico. 550 mil habitantes e que todos eles tivessem sido tocados. Mas, isso é impossível no momento atual*”. À medida que a fundação facilita e amplia o acesso da comunidade ao campo das artes, ela apresenta resultados significativos para a cidade de Londrina e região, pois um maior número de pessoas está entrando em contato com as produções artísticas. Além dessa ampliação no atendimento de públicos diversificados, outro ponto que consideramos relevante refere-se às maneiras como o sujeito poderá se conectar à arte, podendo ser com fins de profissionalização, experimentação ou apenas como um espectador.

Para Lúcia, o papel da fundação é de extrema importância tanto no âmbito cultural como âmbito social, pois ela relata que é “... *fundamental o que a gente faz aqui, é uma diferenciação mesmo, tanto de porcentagem da população que teve oportunidade de entrar em contato, não com todas as artes, mas principalmente com o teatro e a dança. É muito diferente de qualquer outro município desse Estado, muito diferente. É um acesso mesmo, muito forte que a gente conseguiu imprimir mesmo! E isso tem um reflexo social, é uma atividade artística e cultural e tem um reflexo social que é um outro tipo de gente que vai sendo formada, um outro tipo de pensamento, um outro horizonte, a atividade artística, você imagina, né? É como ler um livro, você frequenta um outro mundo, uma outra experiência, você não viveu aquilo mas você assiste a coisas, a experiências que somam na sua vida, que acontece daquela forma, é uma ampliação de horizonte muito grande enquanto*

*público. (...) A possibilidade da pessoa ver é uma coisa, a outra possibilidade é do próprio fazer, que aí, isso é muito multiplicado, e a gente cumpre muito bem esses dois polos do fazer artístico, o do usufruir e o produzir mesmo. Então, eu acho uma experiência fundamental assim, uma experiência muito importante, uma sorte mesmo da cidade. Eu sou um pouco eufórica demais para falar disso (Risos), mas é porque a gente viveu a cidade antes e depois dessa experiência sabe? E do ponto de vista público, fruição é outra coisa, é outro momento muito diferente".* A fundação, ao proporcionar esse encontro com as atividades artísticas da cidade, reconhece que existe uma heterogeneidade de elementos presentes no contexto social (MANSANO, 2009) e que o sujeito, independente de sua origem social, pode ter acesso a essa produção. Assim, ele é convidado para transitar no campo das artes podendo estabelecer com elas diferentes conexões.

Para Pedro, a fundação desempenhou um papel importante na questão cultural na cidade de Londrina, tanto no fazer artístico como na transformação das pessoas pela possibilidade de vivenciar essas experiências com a arte. Ele relata que, depois da Fundação, *"a gente percebe algumas diferenças em termos da forma de fazer e da forma como descentralizou o fazer teatral em Londrina, e a dança também. Então você passou a ver pessoas mais diferentes. Posso dizer porque a gente sempre teve na Fundação, a gente sempre teve na mesma turma a criança que a gente tinha que dar o passe e um copo de leite para fortalecer e aquele que vem com motorista e tal esperando ali na frente e de igual tamanho dentro de uma sala de aula. O que a gente percebe pelas pessoas que passaram por aqui é justamente isso, a diminuição de preconceitos, a diminuição de uma visão de mundo diferenciada, certo? Uma contaminação pela vontade de dividir, que eu acho que é um princípio da Fundação, né? Dividir, expandir, aquilo que a gente sabe, dançar, fazer teatro, cantar e tal, dividir com o mundo porque a gente acredita que isso pode fazer um mundo melhor e a gente hoje pode dizer que fez a vida de muita gente melhor e lógico que isso, socialmente, cria um novo ambiente para o entorno pelo menos né?".* Não seria essa mistura e essa troca o que caracteriza precisamente uma sustentabilidade social que vai muito além da geração de emprego e renda, chegando à dimensão cultural e afetiva? Para desenvolver ações que atendam a uma dimensão social da sustentabilidade, é relevante reconhecer e sustentar a heterogeneidade dos sujeitos que compõem o corpo social.

A geração de emprego e renda é fundamental para alcançar uma sustentabilidade social, mas não pode ser vista como única possibilidade nesse campo. As pessoas demandam muito mais do que um emprego. Uma existência potente implica ter acesso a outros bens, como saúde, lazer e cultura. Desta forma, se a arte tem o poder de provocar diferentes afetações no sujeito, possibilitando uma potencialização do seu corpo, da sua existência social e contribuindo para um desenvolvimento do senso crítico, por que não colocá-la à disposição de todos?

Certa de que o indivíduo é o principal agente da transformação social, a fundação estudada tem como objetivo proporcionar o encontro desses sujeitos com o campo das artes, independente da profissionalização desse indivíduo, pois o intuito principal é a possibilidade de experimentações vivências e afetações que poderão potencializar esses corpos.

Ao discutir ações que atendam à dimensão cultural da sustentabilidade, percebemos que ela vai muito além de uma visão reacionária da palavra cultura, ainda mais quando esta visão atende apenas aos interesses de uma classe elitizada e com valores de mercado (GUATTARI; ROLNIK, 1996). Trata-se de incluir as manifestações artísticas de diferentes segmentos sociais dentro da dimensão cultural, evidenciando a contribuição da arte como possibilidade de um encontro que potencialize o cidadão sensível e criticamente.

Ao considerar que o indivíduo é um ser social, acreditamos que todas as possibilidades de encontro que potencializem esse corpo resultam em uma relação social mais efetiva. Portanto, possibilitar a experimentação do sujeito com as diversas manifestações artísticas contribui para um fortalecimento social. Contemplar a sustentabilidade cultural como prioridade estatal é reconhecer que o sujeito é protagonista de sua história individual e social. Isso implica reconhecer as diversidades culturais e possibilitar à população, principalmente à parcela desfavorecida economicamente, a possibilidade de acesso e participação nas manifestações artísticas.

Baseados nos dados apresentados nesses três eixos de análise, acreditamos que a fundação estudada neste trabalho exerce uma prática relevante voltada para a sustentabilidade cultural. Pudemos constatar nos depoimentos de seus fundadores que a fundação está fortemente preocupada com a democratização da arte e suas afetações para o maior número possível de indivíduos, seja na própria instituição, nas comunidades da cidade e na região de Londrina.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A noção de sustentabilidade, com sua abrangência e multiplicidade de significados, dificultou a elaboração de estratégias, práticas e políticas que apresentasse discussões concretas e proporcionasse resultados eficazes no contexto social, político e organizacional das cidades. Ações voltadas para o atendimento de uma sustentabilidade, entretanto, têm se tornado a cada dia mais presentes no cenário contemporâneo, visto que a sociedade tem pressionado o Estado e o mercado no sentido de viabilizar a elaboração de ações que estimulem práticas sustentáveis.

Para promover a sustentabilidade de maneira efetiva, faz-se necessário sair de uma visão voltada simplesmente para a manutenção do capital, que considera apenas três dimensões (econômica, ambiental e social), e reconhecer que existem outras dimensões a serem consideradas nesse processo que envolvem, como consideraram Sachs (2009) e Foladori (2002), as esferas cultural, política e relacional.

A fim de incorporar esse debate nas organizações e proporcionar o estímulo de ações que contemplem uma efetiva sustentabilidade, é necessário entender que este campo envolve uma complexidade de fatores, muitos deles oriundos do campo da subjetividade. Por mais que algumas iniciativas consigam apresentar resultados, elaborando métricas em prol de uma efetiva sustentabilidade, tais métricas encontram seus limites ao abordar as dimensões social e cultural. Em parte, isso se deve ao fato de que os sujeitos, seus principais agentes, são dotados de múltiplas dimensões que se atualizam nos mais diferentes campos, produzindo subjetividades e ações singulares não passíveis de mensuração.

Abordar uma dimensão social e cultural reconhecendo que o sujeito que é um ser singular, não podendo, assim, ter seus modos de vida generalizados como um mero recurso a ser explorado, torna-se de extrema importância para estudos no campo da Administração e, mais especificamente, os estudos organizacionais. Apesar de não utilizar a nomenclatura sustentabilidade social e cultural, foram encontrados diversos estudos da área de Administração (CHANLAT, 1996; STARIK; KANASHIRO, 2013) preocupados em analisar criticamente a relação do trabalhador com as empresas. Trata-se de estudos que tematizam, por exemplo, a cultura organizacional (FREITAS, 1991; MASCARENHAS, 2002; ALCADIPANI;

RUBELLATE, 2003), as técnicas de gestão de pessoas (FLEURY; FLEURY, 2001; LACOMBE; CHU, 2008; FILHO; SIQUEIRA, 2008) e o trabalho imaterial (MANSANO; CARVALHO, 2015).

Seria possível uma organização desenvolver ações que consigam contemplar as sustentabilidades social e cultural, considerando a complexidade presente nesse campo subjetivo? Ao analisar os dados apresentados pela fundação de cultura aqui estudada, encontramos resultados que apontam significativamente para essa direção. Suas ações, porém, não são facilmente incorporadas pelas organizações capitalistas. E isso ocorre por diversas razões. Quando entramos em contato com a fundação com o intuito de realizar uma investigação sobre a sustentabilidade nela desenvolvida, por exemplo, alegou-se não desenvolver nenhuma atividade que contemplasse a sustentabilidade. Talvez essa seja a primeira dificuldade a ser analisada nessas considerações finais: quando se fala em sustentabilidade, imediatamente palavra é associada às questões exclusivamente ambientais, dificultando sua identificação com ações de cunho social, político e cultural. Todavia, os dados analisados apresentam uma fundação que desenvolve atividades concretas que contemplam de maneira significativa uma sustentabilidade não somente na dimensão social como também na cultural. É nesse sentido que consideramos o quanto a amplitude do conceito de sustentabilidade dificulta que as organizações desenvolvam políticas e estratégias que atendam a uma demanda sustentável no âmbito social.

Outro ponto de extrema importância está na visão tecnicista que parte das organizações adota para desenvolver ações, permanecendo apenas nos campos em que é possível realizar a mensuração de resultados, excluindo os problemas e ações políticas decorrentes da esfera da subjetividade. Considerar estratégias e ações que contemplem questões subjetivas é relevante no cenário atual, pois a dificuldade de mensuração implica falta de políticas que contribuam para o desenvolvimento de uma sustentabilidade social e cultural. Assim como a fundação acredita não desenvolver ações sustentáveis, quantas outras organizações compartilham desse distanciamento e se privam de um compromisso mais efetivo com o social e o cultural?

Desenvolver atividades sustentáveis vai muito além de atender a questões mensuráveis ou normatizadas por algum conselho. Conforme apresentado no primeiro eixo de análise, a estudada fundação, apesar de ser fundada no mesmo

período dos principais debates sobre a sustentabilidade, em nenhum momento incorporou esse discurso no seu processo de criação. Isso se repete nos debates sobre a sustentabilidade, tanto no contexto mundial como no nacional, como, por exemplo, a Rio 92, que foi realizada no mesmo ano em que ocorreu a formalização da fundação. Seus fundadores não reconhecem que os problemas sociais também faziam parte das discussões sobre a sustentabilidade e que os princípios norteadores da fundação estavam em sintonia com os da sustentabilidade problematizados nos eventos. Percebemos nos depoimentos que a preocupação com os contextos social, econômico e político era bastante próxima do que se debatia nas conferências e o principal objetivo da fundação era desenvolver uma atividade com fins artísticos que mitigasse os problemas sociais apresentados naquele período. Nesse sentido, os debates das conferências eram bastante sintonizados com as ações da fundação, nascente naquela época.

A fundação, preocupada em contribuir com o desenvolvimento cultural de uma camada social menos favorecida, iniciou suas atividades tendo como foco principal as pessoas que seriam atendidas pelas escolas de ballet e teatro. Em nosso entendimento, esse é o fator fundamental para desenvolver ações e estratégias que atendam à dimensão social da sustentabilidade, pois colocam o sujeito como principal protagonista das transformações sociais.

Essa preocupação com o sujeito faz parte deste grupo desde a criação da fundação. Conforme registrado nos depoimentos, a sua maior preocupação era desenvolver atividades artísticas de uma maneira que ocupassem um maior tempo das crianças para que elas não ficassem na rua, visto que este era um dos principais problemas enfrentados naquele período, sob o ponto de vista dos entrevistados. Além de possibilitar o acesso a atividades artísticas, outro objetivo era atender necessidades básicas como, por exemplo, oferecer refeições, uma vez que a fome também fazia parte daquele cenário.

Pensar no desenvolvimento social é identificar que os problemas primários vigentes são de extrema importância no processo de tomada de decisão, porém é necessário buscar alternativas que proporcionem o fortalecimento do corpo social. Esse ponto, conforme apresentado no segundo eixo de análise, foi em larga medida desenvolvido pela fundação, pois, a partir do momento em que, com auxílio do governo, conseguiu mitigar alguns índices, como por exemplo, a fome e a dificuldade de acesso à educação, a fundação começou a utilizar como principal foco o

desenvolvimento de atividades para a experimentação da arte como produção crítica e sensível do sujeito.

Desenvolver uma sustentabilidade social em relação com as múltiplas dimensões da sustentabilidade implica reconhecer que, assim como o meio ambiente e a biodiversidade são essenciais e que a questão econômica tem seu papel, o sujeito também precisa ser reconhecido como protagonista da transformação social. É neste sentido que vemos esta fundação como uma agente efetiva da sustentabilidade social, à medida que ela foi construindo sua história, desenvolvendo atividades e produzindo ações que ultrapassam as questões de emprego e renda, ocupando-se com o fortalecimento de um senso crítico e sensível de seus alunos. Em nosso entendimento, a fundação atendeu a uma dimensão social à medida que se propôs a desenvolver atividades no intuito de estimular a produção de si como sujeito social implicado com a questão da continuidade da vida planetária.

Constatou-se também, neste trabalho, que, além de atender uma sustentabilidade social, a fundação demonstra, de acordo com o terceiro eixo de análise, a importância das atividades artísticas para uma sustentabilidade cultural. Assim como a sustentabilidade social reconhece que o sujeito é o principal agente da transformação social, a sustentabilidade cultural também caminha nessa direção, pois a arte proporciona, de maneira presentificada, o contato do sujeito com suas percepções e sensações. Nesse sentido, as manifestações artísticas são de extrema importância na composição de modos de vida sensíveis e críticos aos problemas sociais de sua época.

Qual a contribuição da sustentabilidade cultural para o desenvolvimento social de uma comunidade? Uma vez que a população esteja sensibilizada a reconhecer e agir diante dos problemas que atravessam a coletividade, ela se torna mais atenta ao desenvolvimento de ações e políticas públicas que garantam o acesso a outros recursos advindos da arte, mas também da diversão e do lazer. É nesse sentido que a sustentabilidade social e cultural abre caminho para uma análise política dos modos de vida compartilhados em um bairro, cidade e país.

A questão anterior abre espaço à outra: como a sustentabilidade cultural pode ser praticada dentro das organizações? Pensar em ações que atendam a uma efetiva dimensão cultural envolve o apreço à diversidade cultural, reconhecendo a singularidade dos sujeitos e grupos, além de proporcionar seu acesso a todas as

camadas da população, independente de gênero, religião, orientação sexual ou situação socioeconômica. Possibilitar o acesso de seus funcionários e da comunidade em que está inserida à arte, com o auxílio de instituições e grupos culturais, favorece a criação de espaços de troca e sensibilização que não se reduzem a fins mercadológicos. Com isso, a diversidade cultural pode ser trazida para o cotidiano das organizações que, em larga medida, também se beneficiariam desses espaços. Com isso, as organizações não seriam apenas patrocinadoras de projetos artísticos, mas poderiam realizar, em seu interior e na sua vizinhança, experimentações artísticas. Como visto no eixo três, entretanto, a diversidade cultural fica restrita quando as políticas de distribuição de recursos públicos também estão submetidas a uma competitividade presente nos editais.

Outro ponto encontrado no terceiro eixo foi a importância do Estado no desenvolvimento de políticas públicas para garantir o acesso à arte para toda população. Embora o Estado tenha criado políticas que possibilitem a democratização da arte, elas estão longe de atender, de maneira equitativa, a todos os projetos. Assinalamos, desse modo, que o Estado poderia estimular ações que garantissem uma maior qualidade de vida para a população possibilitando uma maior equidade na distribuição de recursos para os projetos, uma vez que essas práticas são primordiais para disseminar uma sustentabilidade cultural em nosso país.

Consideramos, a partir deste estudo, que tomar em análise a dimensão social da sustentabilidade vai muito além da geração de emprego e renda. As necessidades vitais como alimentação, saneamento e moradia são de extrema importância, mas atender a esses pontos é suficiente para alcançar o desenvolvimento do indivíduo? Quais ações seriam necessárias para desenvolver uma efetiva sustentabilidade social?

Atentar para a dimensão cultural implica, além do que já foi assinalado nessas considerações finais, desenvolver ações que estimulem o respeito à diversidade cultural de um povo, mas também possibilitar o acesso às diversas manifestações artísticas que são, em sua grande maioria, destinadas a um pequeno grupo elitizado. Tomar em consideração a sustentabilidade cultural em um país multicultural como o Brasil consiste em acolher a cultura de cada região, uma vez que, por mais marginalizadas que sejam, cada expressão cultural agrega um valor. Desta forma, é relevante o papel do Estado na criação de leis que se distanciem da mera

concorrência e que se pautem pela garantia de acesso dos diversos grupos culturais às políticas públicas.

Por fim, consideramos que este trabalho, em sua dimensão conceitual, mas também empírica, identificou uma possibilidade singular de atender a uma sustentabilidade social e cultural. E isso foi possível ao detectar uma fundação ligada ao terceiro setor na qual o sujeito é seu principal protagonista, destacando a importância do seu acesso ao campo das artes.

O estudo, portanto, abre portas para que novas pesquisas sejam elaboradas no sentido de desenvolver o diálogo multidisciplinar entre os campos da Administração, das Artes, da Sociologia e da Psicologia Social, trazendo a discussão das sustentabilidades social e cultural para o interior das organizações. Isso possibilitaria tirar essas dimensões da sustentabilidade da posição marginal em que se encontram, colocando-as na centralidade daquelas organizações ligadas ao primeiro e segundo setores. Obviamente, uma investigação dessa natureza não é simples, pois implica a superação da centralidade do capital no contexto organizacional em favor da potencialização da existência de seus trabalhadores. Mas, não é precisamente esse tipo de desafio que caracteriza as pesquisas e intervenções universitárias?

## REFERÊNCIAS

- ALCADIPANI, Rafael; CRUBELLATE, João Marcelo. Cultura organizacional: generalizações improváveis e conceituações imprecisas. **Revista de Administração de empresas**, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 64-77, abr./jun. 2003.
- ALMEIDA, Eduardo Augusto Alves de. **Sempre em frente**. 2012. Disponível em: <http://www.artefazparte.com/2012/09/sempre-em-frente.html>. Acessado em: 28/03/2017.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. Os 70 anos da ONU e a agenda global para o segundo quindênio (2015-2030) do século XXI. **R. Bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 587-598, 2015.
- ARCHER, Michael. **Arte contemporânea**: uma história concisa. Tradução de Alexandre Krug. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BAINES, James; MORGAN, Bronwyn. Sustainability appraisal: a social perspective. 2004. In: DATAL-CLAYTON, B.; SADLER, B. (org.). **Sustainability appraisal**: a review of international experience and practice. First draft of work in progress, London: International Institute for Environment and Development, 2004.
- BARCELLLOS, Christovam; HACON, Sandra de Souza. Um grau e meio. E daí? **Cad. Saúde Pública**, v. 32, n 3, 2016.
- BEUYS, Joseph. A revolução somos nós. In: FERREIRA, Glória; COTRIM, Cecilia. (Orgs). **Escrito de artistas**: anos 60/70. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- BRITO, Ronaldo. **Neoconcretismo**: vértice e ruptura do projeto construtivo brasileiro. São Paulo: Cosac & Naif, 2002.
- BOSCO, Francisco. O paradoxo da liberdade de expressão: é no combate público que os preconceitos devem ser combatidos. **Revista Cult**, n. 228, outubro de 2017.
- BUENO, Maria Lucia. A modernidade, a pesquisa em artes e a sociologia da arte. In: MOREIRA, Maria Carla Guarinello de Araujo (Org). **Arte em pesquisa**. Londrina: Eduel, 2005.
- CALCANHOTTO, Adriana. **Parangolé Pamplona**, 1998.
- CASTRO, Carlos. J. Sustainable development: mainstream and critical perspectives. **Organization & Environment**, v. 17, n. 2, p.195-225, 2004.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CAVALCANTI, Gabriel Estellita Lins. **Análise econômica das políticas de incentivo à cultura no Brasil**. 2006. 65 f. Dissertação (Mestrado em finanças e

economia empresarial) – Escola de Pós-Graduação em Economia, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. 2006.

CHANLAT, Jean-François. **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1996.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CLARK, Lygia. **Catálogo da exposição Lygia Clark**. Rio de Janeiro: Paço Imperial, 1999.

CORDANI, Umberto G.; MARCOVITCH, Jacques; SALATI, Eneas. Avaliação das ações brasileiras após a Rio-92. **Estudos Avançados**, v. 11 (29), p. 399–408, 1997.

COLANTONIO, Andrea. **Social sustainability**: an exploratory analysis of its definition, assessment methods, metrics and tools. Oxford Brooks University, EIBURS Working Paper Series, jul. 2007.

COLI, Jorge. **O que é Arte**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CUNHA, Antônio Geraldo da. Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

DAWBOR, Ladislau. **Democracia econômica**: alternativas de gestão social. Petrópolis: Vozes, 2008.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 1994.

DEWEY, John. **Arte como experiência**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DOVERS, Stephen. R. Sustainability: demands on policy. **Jornal of Public Policy**, v. 16, n. 3, p. 303-318, 1996.

DUARTE, Rodrigo. Arte, ódio e ressentimento: a personalidade autoritária ataca a autonomia da cultura. **Revista Cult**, n. 230, dezembro de 2017.

ECO, Umberto. **Obra aberta**: forma e indeterminações nas poéticas contemporâneas. Tradução de Giovanni Cutolo. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

ELKINGTON, John. **Canibais de garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2001.

FILHO, Antônio Martinigo; SIQUEIRA, Marcus Vinicius Soares. Assédio moral e gestão de pessoas: uma análise do assédio moral nas organizações e o papel da área de gestão de pessoas. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 9, n. 5, p. 11-34. 2008.

FLEURY, Maria Tereza Leme; FLEURY, Afonso. Construindo o conceito de competência. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 5, n. spea, p. 183-196. 2001.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Unicamp, 2001.

FOLADORI, Guillermo. Avanços e limites da sustentabilidade social. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n.102, p. 103 - 113, jan/jul. 2002.

FREITAS, Maria Ester de. Cultura organizacional: grandes temas em debate. **Revista de Administração de empresas**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 73-82, jul./set. 1991.

GAZETA DO POVO. **Mais crises culturais**: o futuro incerto da Sinfônica do Paraná e do Balé Teatro Guaíra. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/falando-de-musica/mais-crises-culturais-o-futuro-incerto-da-sinfonica-do-parana-e-do-bale-teatro-guaira/>. Acessado em: 28/03/2017.

GODOI, Christiane Kleinubing; COELHO, Ana Lúcia de Araújo Lima; SERRANO, Araceli. Elementos epistemológicos e metodológicos da análise sociológica do discurso: abrindo possibilidades para os estudos organizacionais, **O&S**, Salvador, v. 21, n. 70, p. 509-536, jul./set., 2014.

GODOY, Arilda Schmidt. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, Christiane Kleinubing; BANDEIRA-DE-MELO, Rodrigo; SILVA, Anielson Barbosa da. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 115-146.

GOHN, Maria da Glória. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GUATARRI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes. 1996.

GUIMARÃES, Roberto Pereira; FONTOURA, Yuna Souza dos Reis da. Rio+20 ou Rio-20? Crônica de um fracasso anunciado. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. XV, n. 3, p. 19-39, 2012.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem-estar comum**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

HAWKES, Jon. **The fourth pillar of sustainability**: culture's essential role in public planning. Common Ground: Melbourne, 2001.

ICHIKAWA, Elisa Yoshie; SANTOS, Lucy Woellner dos. Contribuições da história oral à pesquisa organizacional. In: GODOI, Christiane Kleinubing; BANDEIRA-DE-MELO, Rodrigo; SILVA, Anielson Barbosa da. **Pesquisa qualitativa em estudos**

**organizacionais:** paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 181-205.

KALLIO Tomi J.; NORDBERG, Piia. The evolution of organizations and natural environment discourse: some critical remarks. **Organization & Environment**, v. 19, p. 439 – 457, 2006.

LACOMBE, Beatriz Maria Braga; CHU, Rebeca Alves. **Políticas e práticas de gestão de pessoas:** as abordagens estratégica e institucional. **Revista de Administração de empresas**, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 25-35, jan./mar., 2008.

LANE, Silvia Tatiane Maurer. Uma redefinição da psicologia social. **Revista Educação e Sociedade**, n. 6, v. 3, 1980.

LISBOA, Armando de Melo. Solidariedade. In: CATTANI, Antonio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 242-249.

LITTIG, Beate; GRIEßLER, Erich. Social sustainability: a catchword between political pragmatism and social theory. **Int. J Sustainable Development**, v. 8, nos. 1/2, p. 65-79, 2005.

LUZIO DOS SANTOS, Luís Miguel. **Socioeconomia:** solidariedade, economia social e as organizações em debate. São Paulo: Atlas, 2014.

LUZIO DOS SANTOS, Luís Miguel. **Pautas para outra sociabilidade**. Londrina: Eduel, 2015.

MANSANO, Sonia Regina Vargas. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 8, n. 2, p. 110-117, 2009.

MANSANO, Sonia Regina Vargas; CARVALHO, Paulo Roberto de. Políticas de subjetivação no trabalho: da sociedade disciplinar ao controle. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 20, n. 4, p. 651-661, out./dez., 2015.

MASCARENHAS, André Ofenhejm. Etnografia e cultura organizacional: uma contribuição da antropologia à administração de empresas. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 88-94, abr./jun., 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Nova lei da cultura:** material informativo sobre o projeto de lei de fomento e incentivo. Disponível em: <http://www.culturaemercado.com.br/site/wp-content/uploads/2009/12/PublicidadeRouanet.pdf>. Acesso em: 10 de Julho de 2017.

\_\_\_\_\_. **O que é o Incentivo Fiscal a Projetos Culturais.** disponível em: <http://www.cultura.gov.br/incentivofiscal>. Acessado em: 01/04/2017.

\_\_\_\_\_. **Mais cultura**. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/mais-cultura>. Acessado em: 01/04/2017.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Cultura (PNC)**. disponível em: <http://www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc->. Acessado em: 01/04/2017.

\_\_\_\_\_. **Sistema Nacional de Cultura**. Disponível em <http://cultura.gov.br/sistema-nacional-de-cultura>, acessado em: 01/04/2017.

MONTAÑOS, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: a crítica do padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MORAIS, Frederico. Contra a arte afluyente: o corpo é o motor da “obra”. In: COHN, Sergio. **Ensaio fundamentais**: artes plásticas. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2010.

O’CONNOR, James. ¿Es posible el capitalismo sostenible? In: ALIMONDA, Héctor. Ecologia política. **Naturaleza, sociedad y utopia**. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 27-52.

PARANÁ. Decreto nº 8.679, de 05 de agosto de 2013. Alterações ficam introduzidas no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n. 6.080 – SEFA. Diário Oficial, Curitiba, PR, 04 set. 2013. Disponível em: PARANÁ. [http://www.cultura.pr.gov.br/arquivos/File/cic/PROFICE/Decreto\\_n8852\\_SEFA.pdf](http://www.cultura.pr.gov.br/arquivos/File/cic/PROFICE/Decreto_n8852_SEFA.pdf). Acessado em: 28/03/2017.

PARANÁ. Secretaria de cultura. **Apresentação**. Disponível em: <http://www.cultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=990>. Acessado em: 01/04/2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria de cultura. **PROFICE** – Investir na cultura é investir no futuro. Disponível em: <http://www.cultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1253>. Acessado em: 01/04/2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria de cultura. **Plano Estadual de Cultura - PEC-PR**. Disponível em: <http://www.cultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1224>. Acessado em: 31/03/2017.

PELICIONI, Andréa Focesi. Movimento ambientalista e educação ambiental. In: PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. (Eds.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. 2. ed. rev. e atual. Barueri: Manole, 2014. p. 413-443.

PIAU, Kennedy Ferreira; FUSCALDO, Bruna Muriel Huertas. **No caminho dos encantantes**: contaminações estéticas com a arte popular. Londrina: EdueL, 2012.

PIERRI, Naína. El Proceso histórico y teórico que conduce a la propuesta del desarrollo sustentable. In: PIERRI, Naína; FOLADORI, Guillermo. (Eds.)

**Sustentabilidade?** Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable. Montevideo: Trabajo y Capital, 2001.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **R. Inter. Interdisc. Interthesis**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p.16-50, 2012.

ROLNIK, Suely. Cidade. Bahia, 2010. **Redobra**, n.8, 18 nov. 2010. Entrevista concedida a Pedro Britto. Disponível em: <<http://www.corpocidade.dan.ufba.br/redobra/numero/r8/trocas-8/>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

ROLNIK, Suely. O caso da vítima: para além da cafetinagem da criação e de sua separação da resistência. **ARS** (São Paulo), São Paulo, v. 1, n. 2, p. 79-87, dec. 2003. Disponível em: <<http://www.journals.usp.br/ars/article/view/2914/3604>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. (Tradução Marise Manoel). Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. **PROMIC (novo)**. Disponível em: [http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=18898&Itemid=1896](http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18898&Itemid=1896). Acessado em: 28/03/2017.

\_\_\_\_\_. **Chamamento público nº 001 inscrição 2017**: seleção de projetos para o programa Vilas Culturais. Disponível em: [http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec\\_cultura/promic/promic\\_2017/Edital\\_Vilas\\_Culturais\\_enviado\\_PGM\\_3\\_versao\\_03\\_04\\_2017.pdf](http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_cultura/promic/promic_2017/Edital_Vilas_Culturais_enviado_PGM_3_versao_03_04_2017.pdf). Acessado em: 28/03/2017.

SILVA, Cinara de Andrade. **Hélio Oiticica**: arte como experiência participativa. 2006. 130 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Arte) - Instituto da Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2006.

SHWOM, Rachael. Strengthening sociological perspectives on organizations and the environment. **Organization & Environment**, v. 22, n. 3, p. 271-292, 2009.

STARIK, Mark; KANASHIRO, Patricia. Toward a theory of sustainability management: uncovering and integrating the nearly obvious. **Organization Environment**, v. 26, n. 7, 2013.

TIBURI, Marcia. Arte e autoritarismo. **Revista Cult**, n. 230, dezembro de 2017.

TIBURI, Marcia. A negação de todos os poderes: de onde vêm e para que servem as nossas ideias sobre arte? **Revista Cult**, n. 230, dezembro de 2017.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania**: a sociedade civil na globalização. São Paulo: Record, 2001.

**APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE****“SUSTENTABILIDADE SOCIAL - UMA PERSPECTIVA ATRAVÉS DE UMA FUNDAÇÃO DE CULTURA ARTÍSTICA: UM ESTUDO DE CASO”**

Prezado Senhor:

Gostaríamos de convidá-lo (a) para participar da pesquisa **“Sustentabilidades social e cultural: estudo de caso em uma fundação de cultura artística”**, a ser realizada na **“(Nome da organização)”**. O objetivo da pesquisa é “Compreender como é vivenciada a sustentabilidade social na fundação de cultura artística na cidade de Londrina”. Sua participação é muito importante e ela se daria da seguinte forma: Serão realizadas três entrevistas em três momentos distintos, onde no primeiro encontro será uma conversa aberta em que o participante discorrerá sobre a história da fundação e nos dois encontros seguintes a entrevista será conduzida por um roteiro semiestruturado abordando temas específicos. As entrevistas serão registradas com um gravador de áudio, que será transcrito e cujo texto será utilizado na pesquisa.

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo o senhor: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas somente para os fins desta e futuras pesquisas e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade.

Esclarecemos ainda, que o senhor não pagará e nem será remunerado(a) por sua participação. Os benefícios esperados são: identificar, através das perspectivas, vivências, crenças, valores e costumes vigentes nesse espaço social e cultural, uma nova leitura da dimensão social da sustentabilidade e sua interface com a cultura. Quanto aos riscos, não há existência uma vez que os entrevistados e a organização serão mantidos em sigilo.

Caso o senhor tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos poderá nos contatar através do pesquisador responsável, Luiz Fernando Camargo, residente à Rua XXXXXXXXXX – Jardim XXXXXX na cidade de Londrina Paraná, através dos

telefones (43) XXXX-XXXX e (43) X.XXXX-XXXX ou pelo e-mail luizfernando.camargo@hotmail.com.

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue ao senhor.

Londrina, XX de junho de 2017.

**Luiz Fernando Camargo**  
**Pesquisador Responsável**  
RG: X.XXX.XXX-X

Eu, **(Nome do entrevistado)**, tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

## **APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA**

### **DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

Função:

#### **EIXO 1: História da Fundação**

- Gostaria que você me contasse a história de como se constituiu a Fundação de Cultura, apresentando os principais fatores que contribuíram para essa construção.

#### **EIXO 2: Presença de práticas sociais e culturalmente sustentáveis**

- O que você entende por práticas sociais sustentáveis?
- Quais ações você acredita serem fundamentais para o atendimento de questões sociais em nossa cidade e país?
- Quais objetivos pretendem alcançar ao facilitar o acesso à arte aos alunos atendidos pela escola?
- Qual a importância que o senhor atribui à Fundação no desenvolvimento de práticas sociais sustentáveis?

#### **EIXO 3: Dimensão política atribuída à arte**

- Como você analisa o acesso à arte para a comunidade?
- Como se dá a atuação da fundação junto à comunidade de Londrina e região?
- Como você avalia o papel do Estado como agente facilitador desse acesso?
- Quais as principais dificuldades encontradas no desenvolvimento de projetos artísticos?
- Quais ações você acredita que são fundamentais para proporcionar o acesso à arte a todos?
- Qual a importância social e cultural da fundação para a cidade de Londrina?

#### **Outras Informações:**

- Há alguma outra informação que gostaria de acrescentar à nossa conversa?